O autointitulado Movimento Social Antiproibicionista Brasileiro

Este livro explora o impacto da pandemia do Covid-19 no movimento social antiproibicionista do Brasil, analisando como o período de isolamento social impulsionou a integração mais profunda do movimento no mundo tecnológico e suas ferramentas de comunicação, particularmente através da internet. Utilizando a Sociologia das Associações de Bruno Latour (2012), a pesquisa aborda a complexidade dialógica entre humanos e não-humanos, destacando a emergência e o fortalecimento da Articulação Nacional de Marchas da Maconha, um grupo vinculado ao Movimento Social Antiproibicionista no país. Os resultados indicam que a pandemia não apenas remodelou as interações e operações dos movimentos sociais, mas também acelerou a adoção de tecnologias virtuais dentro do ativismo antiproibicionista, provocando um impacto significativo na realidade social e na militância da causa antiproibicionista brasileira.

O autor é Bacharel em História (UFRN), Mestre em História e Espaços (UFRN), Doutor em Ciências Sociais (UFRN). Membro do Conselho Municipal de Políticas Públicas Sobre Drogas de Natal e Membro do Conselho Estadual de Políticas Públicas Sobre Drogas do RN por duas gestões seguidas, na qual foi presidente do Conselho do estado em sua última gestão.

Este livro é gratuito, se você deseja contribuir com o autor
PIX: 84998089282

9 786206 762126

MOVIMENTO SOCIAL ANTIPROIBICIONISTA

Diego Castro

Diego Castro

O autointitulado Movimento Social Antiproibicionista Brasileiro

e o surgimento da Articulação Nacional de Marchas da Maconha no Contexto da Pandemia COVID-19

Novas Edições Acadêmicas

Diego Castro

O autointitulado Movimento Social Antiproibicionista Brasileiro

Diego Castro

O autointitulado Movimento Social Antiproibicionista Brasileiro

e o surgimento da Articulação Nacional de Marchas da Maconha no Contexto da Pandemia COVID-19

Novas Edições Acadêmicas

Imprint
Any brand names and product names mentioned in this book are subject to trademark, brand or patent protection and are trademarks or registered trademarks of their respective holders. The use of brand names, product names, common names, trade names, product descriptions etc. even without a particular marking in this work is in no way to be construed to mean that such names may be regarded as unrestricted in respect of trademark and brand protection legislation and could thus be used by anyone.

Cover image: www.ingimage.com

Publisher:
Novas Edições Acadêmicas
is a trademark of
Dodo Books Indian Ocean Ltd. and OmniScriptum S.R.L publishing group

120 High Road, East Finchley, London, N2 9ED, United Kingdom
Str. Armeneasca 28/1, office 1, Chisinau MD-2012, Republic of Moldova, Europe
Printed at: see last page
ISBN: 978-620-6-76212-6

Copyright © Diego Castro
Copyright © 2024 Dodo Books Indian Ocean Ltd. and OmniScriptum S.R.L publishing group

Agradecimentos

Quero expressar minha profunda gratidão a todos os seres de luz e amor que, de forma direta ou indireta, contribuíram para a construção e realização deste projeto. À minha amada família, amigos dedicados, professores inspiradores e meu orientador incansável, meu mais sincero agradecimento por todo apoio e encorajamento ao longo desta jornada. Sou grato de coração aos programas de apoio universitário e à concessão de bolsas de estudo, cujo suporte inestimável foi fundamental nos momentos mais desafiadores. Esta tese é dedicada a todas as pessoas que enfrentam ou já enfrentaram as consequências das leis proibicionistas, na esperança de que um futuro mais justo e compassivo possa ser conquistado.

Neste momento especial, gostaria de expressar uma preocupação sincera. Agradeço imensamente a todos os colaboradores que tornaram possível a realização desta tese através da Articulação Nacional de Marchas da Maconha. No entanto, com receio de deixar inadvertidamente alguém de fora, optei por não citar nomes específicos, mas saibam que minha gratidão é direcionada a cada um de vocês que contribuíram incansavelmente para essa causa. Ao longo desses poucos anos de existência, a Articulação Nacional de Marchas da Maconha tem sido uma voz corajosa e persistente na luta pela superação da política de drogas baseada no proibicionismo e na falácia da "guerra às drogas". Seu trabalho tem sido essencial para conscientizar a população sobre os impactos negativos dessa abordagem, especialmente para as populações mais vulneráveis e marginalizadas de nossa sociedade.

Além de apoiar a criação de novas marchas e mobilizações em todo o país, a Articulação tem desempenhado um papel crucial na defesa dos direitos dos pacientes que necessitam da maconha para fins terapêuticos. Seu empenho na luta pela regulamentação da maconha para uso medicinal tem sido um

catalisador para avanços científicos e sociais na compreensão da utilidade dessa planta como instrumento terapêutico.

Porém a atuação da Articulação Nacional de Marchas da Maconha também tem sido marcada pela coragem, pela busca da justiça social e pela defesa dos direitos humanos. Seu compromisso com a construção de uma política de drogas mais humanitária e esclarecida tem inspirado não apenas esta tese, mas também muitas outras iniciativas em prol de uma sociedade mais empática e justa.

A todos os ativistas, coletivos e membros da Articulação, minha mais profunda gratidão. Vocês têm desempenhado um papel essencial na promoção do diálogo, da conscientização e da busca por mudanças significativas em relação à política de drogas no Brasil. Que esta tese possa ser mais uma voz a somar-se ao coro em prol de um futuro onde a dignidade e a liberdade sejam direitos inalienáveis para todos.

A todos que compartilharam desse percurso comigo, meu eterno reconhecimento. Que este trabalho possa contribuir para uma sociedade mais empática e justa, onde a dignidade e a liberdade sejam direitos inalienáveis para todos.

RESUMO

Esta tese explora o impacto da pandemia do Covid-19 no movimento social antiproibicionista do Brasil, analisando como o período de isolamento social impulsionou a integração mais profunda do movimento no mundo tecnológico e suas ferramentas de comunicação, particularmente através da internet. Utilizando a Sociologia das Associações de Bruno Latour (2012), a pesquisa aborda a complexidade dialógica entre humanos e não-humanos, destacando a emergência e o fortalecimento da Articulação Nacional de Marchas da Maconha, um grupo vinculado ao Movimento Social Antiproibicionista no país. Os resultados indicam que a pandemia não apenas remodelou as interações e operações dos movimentos sociais, mas também acelerou a adoção de tecnologias virtuais dentro do ativismo antiproibicionista, provocando um impacto significativo na realidade social e na militância da causa antiproibicionista brasileira.

Palavras-chaves: Pandemia, antiproibicionismo, maconha.

SUMMARY

This thesis explores the impact of the Covid-19 pandemic on Brazil's anti-prohibitionist social movement, analyzing how the period of social isolation propelled deeper integration of the movement into the technological world and its communication tools, particularly through the internet. Using Bruno Latour's Sociology of Associations (2012), the research addresses the dialogical complexity between humans and non-humans, highlighting the emergence and strengthening of the National Articulation of Marijuana Marches, a group linked to the Anti-Prohibitionist Social Movement in the country. The results indicate that the pandemic not only reshaped the interactions and operations of social movements but also accelerated the adoption of virtual technologies within anti-prohibitionist activism, causing a significant impact on the social reality and militancy of the Brazilian anti-prohibitionist cause.

Keywords: *Pandemic, anti-prohibitionism, marijuana.*

Lista de Abreviaturas

ABRAMD - Associação Brasileira Multidisciplinar de Estudos sobre Drogas
EUA - Estados Unidos da América
FERD - Fórum de Redução de Danos do Rio Grande do Sul
MNLD - Movimento Nacional pela Legalização das Drogas
ABGLT - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexs
ABRACE - Abrace Esperança
ABRAND - Associação Brasileira de Redução de Danos
ANMM - Articulação Nacional de Marchas da Maconha
ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APEPI - Apoio à Pesquisa e Pacientes de Cannabis Medicinal
BR - Brasil
CBD - Canabidiol
CEPOPES - Coletivo De Educação Popular e Pedagogia Social
CONITEC - Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde
CONITEC - Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS
DCE - Diretório Central dos Estudantes
EPSJV - Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio |
FND - Faculdade Nacional de Direito
FSMJD – Fórum Social Mundial Justiça e Democracia
GT - Grupo de Trabalho
HIV/AIDS (UNAIDS) - Programa Conjunto das Nações Unidas sobre
LEAP - Law Enforcement Against Prohibition
LGBTQIA+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Questionando, Intersexuais, Curioso, Assexuais, Aliados, Pansexuais, Polissexuais, Familiares, 2-espíritos e Kink
MDM - Marchas da Maconha Brasil
MLM - Movimento Pela Legalização da Maconha
MOPS - Movimento Popular de Saúde
MST - Movimento dos Sem Terra
NESPAS - Núcleo de Estudo das Substâncias Psicoativas e Sociedade
OMS - Organização Mundial da Saúde
ONU - Organização das Nações Unidas
PBPD - Plataforma Brasileira de Política de Drogas
PET - Programa Educação Tutorial
PL - Projeto de Lei

PLANAD - Plano Nacional de Políticas sobre Drogas
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PSOL - Partido Socialismo e Liberdade
PT - Partido dos Trabalhadores
RE - Recurso Extraordinário
REDUC - Rede Brasileira de Redução de Danos e Direitos Humanos
RENCA - Rede Nacional de Coletivos Antiproibicionistas
RN - Rio Grande do Norte
SAL - Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça
SC - Santa Catarina
SP - São Paulo
STF - Supremo Tribunal Federal
SUAS - Sistema Único de Assistência Social
SUS - Sistema Único de Saúde
TDAH -Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade
UFAL - Universidade Federal de Alagoas
UFBA - Universidade Federal da Bahia
UFF - Universidade Federal de Fluminense
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ - Universidade Federal do Rio Grande do Rio de Janeiro
UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
UNASUL - União das Nações Sul-Americanas
UNGASS - Sessão Especial da Assembleia-Geral da ONU sobre o Problema Mundial da Droga
USP - Universidade Estadual de São Paulo

Sumário

Introdução…….……...…….....9

1. A proibição e seus efeitos no Brasil uma breve contextualização…...…….26

2. Contextos e acordos nacionais e internacionais e o fortalecimento do antiproibicionismo.....32

3. Sociedade e redes associativas da maconha: processos dialógicos narrativos antiproibicionistas…….....……....47

4. Procedimentos utilizados na realização das análises das matérias jornalísticas, de sites da internet…….....…….....56

5. O não-humano e sua subjetividade estrutural e organizacional nas relações sociais.....69

6. Organicidade e Horizontalidade na Articulação Nacional de Marchas da Maconha as subjetividades narrativas por meio de entrevistas……...…….101

Conclusão e controvérsias da teoria ator rede……..…….....178

Referências……...……....194

Introdução

O proibicionismo generalizado contra as drogas potencializou a emergência do autointitulado movimento social[1] antiproibicionista[2] brasileiro no final do século XX e início do século XXI. A "guerra às drogas" foi uma política proibicionista do Estado iniciada no século XX. Hoje, no século XXI, os estudos e pesquisas sobre o tema das drogas demonstram a falência desta política no que diz respeito aos custos econômicos e sociais. Ela foi bem-sucedida do ponto de vista da dominação e do controle social, conseguindo atingir de forma extremamente negativa e estigmatizante negros, mexicanos (na proibição dos EUA), mulatos, índios, pobres, hippies, etc. Além disso, a política foi pautada no monopólio do Estado sobre a força, a violência, o encarceramento em massa, o extermínio, a negação dos direitos humanos básicos, a saúde, os usos do corpo e as liberdades da mente.[3]

As pesquisas científicas citadas acima demonstram o grande prejuízo social e material/econômico imposto ao Estado brasileiro pelas políticas proibicionistas das drogas. Não apenas isso, mas também demonstram que as culturas e os diversos usos da maconha resistiram às pressões e voltaram a ser

[1] A bibliografia das ciências sociais que classifica, demarca, delimita, estuda sobre o que seria ou não movimento social é enorme, porém não é meu objetivo teorizar se a luta antiproibicionista no Brasil pode ou não ser cientificamente classificada como movimento social. Decidi chamar a rede antiproibicionista no Brasil de movimento social devido ao fato de ser desta forma que os militantes da causa se enxergam, ou seja, decidi por chamar de movimento social por respeito às narrativas produzidas pelos agentes envolvidos no fenômeno e por respeito aos colaboradores militantes desta pesquisa.

[2] O antiproibicionismo é uma abordagem que se opõe à política de proibição, especialmente em relação às drogas. Em vez de criminalizar o uso de substâncias, o antiproibicionismo propõe políticas que visam a redução de danos, e, uma abordagem mais compassiva, e, baseada em evidências para lidar com questões relacionadas ao uso de drogas.

[3] (BARROS/PERES, 2011), (BOITEUX, 2009), (BRANDÃO, 2013), (BURGIERMAN, 2011), (CAMPOS, 2013), (CARLINI, 2005), (CARLINI, 2011), (CARNEIRO/FIORI/LABATE/MACRAE, 2008), (CARNEIRO, 2005), (CARVALHO, 2014), (FRANÇA, 2015), (GONTIÈS, 2003), (GOULART/LABATE, 2005), (HART, 2014), (LABATE, 2008), (LABROUSSE, 2010), (MACRAE, 2004), (MACRAE, SIMÕES, 2003), (LOPES/RIBEIRO, 2007), (MORAIS, 2005), (SAAD, 2013), (SANTOS, 2009), (SOUZA, 2012), (TORCATO, 2013), (VERÍSSIMO, 2010), (VIDAL, 2009).

aquecidos no século XXI, seja por meio da resistência dos corpos e das práticas materiais, imagéticas e simbólicas, seja por meio dos usos proibidos, seja no discurso da legalização, regulamentação e descriminalização, fomentada por uma militância ativa, passiva ou simultânea e concomitante, variando de acordo com os diversos cenários e contextos, seja por meio das narrativas das mídias, das ciências, das sociedades, dos coletivos e dos sujeitos.

Um resultado imediato dessa política proibicionista, ainda no início do século XX, foi a identificação dos usuários de drogas como inimigos do Estado, sendo criminalizados, perseguidos e coagidos. O dever cívico se sobrepôs aos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos, o que perdurou mesmo após a promulgação da Constituição Brasileira de 1988, que se baseia na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Um fato relevante do processo histórico da política proibicionista é que ela não conseguiu fazer as drogas ou seus usos, especialmente a maconha, desaparecerem. Movimentos de resistência, rachaduras e rupturas dessa política emergiram ao longo dos anos, através de contestações e ações individuais e coletivas. Um exemplo notável é a relação existente entre os movimentos de contracultura (em processo de emergência na década de 1960) e o uso de drogas, um fato amplamente documentado na mídia ocidental e na vasta bibliografia científica e artística, a qual não pretendo me aprofundar neste momento, pois é um tema extenso e desviaria muito do objetivo desta pesquisa.

Minha dissertação de mestrado, defendida na pós-graduação em Histórias e Espaços da Universidade Federal do Rio Grande do Norte em 2016, analisou a história do Movimento Social Antiproibicionista em Natal, Rio Grande do Norte, no século XXI, suas atuações e espaços, e também realizou um resumo histórico do proibicionismo e da luta antiproibicionista no Brasil. O foco da dissertação foram os ativistas da Marcha da Maconha de Natal-RN. Por isso, não pretendo trazer na tese esse enfoque histórico, o qual já foi feito,

possibilitando assim, na tese, poder me dedicar mais às questões de cunho sociais.

O objetivo principal desta pesquisa de doutorado é entender quais são as relações e os conectores que dão sustentabilidade à rede que produz a emergência da Articulação Nacional de Marchas da Maconha no Brasil, e como a pandemia teve um papel significativo nesse processo. Sendo assim, esta tese tem como objetivo examinar a emergência da Articulação Nacional de Marchas da Maconha e como suas dinâmicas se desenvolvem em um contexto social complexo, caracterizado pela formação de grupos dinâmicos que envolvem tanto humanos quanto não-humanos (LATOUR, 2012). Neste contexto, os militantes do movimento social antiproibicionista de várias regiões do Brasil, a pandemia do COVID-19 e a proliferação de tecnologias e plataformas de conexão via internet desempenham papeis significativos. É importante que fique claro que essa tese não é sobre as Marchas da Maconha locais, não será apresentado dados relativos à cidade A ou B, ou a Marcha A ou B, seus contextos, histórias, problemas, características, etc. Mais uma vez, é bom ressaltar que o foco dessa pesquisa permeia três atores sociais (humanos e não-humanos), a emergência da ANMM, a pandemia COVID-19 e a realidade virtual da internet. É claro que, para abordar esses atores é necessário estabelecer redes e relações, que vão do uso da maconha, a militância em movimentos sociais, dos usos das tecnologias aos protocolos de saúde em contexto de pandemia, dentre várias outras associações possíveis.

Este cenário multifacetado tem fortalecido e moldado o grupo autodenominado Articulação Nacional de Marchas da Maconha, ao mesmo tempo em que tem gerado novas formas de engajamento dentro do campo da luta antiproibicionista no Brasil. Esta pesquisa concentra sua atenção nessas interações complexas, explorando como esses elementos se entrelaçam para dar forma às estratégias, identidades e objetivos do movimento. Ao fazê-lo, busca-se não apenas compreender o funcionamento interno da Articulação Nacional de

Marchas da Maconha, mas também lançar luz sobre as dinâmicas mais amplas que permeiam o ativismo antiproibicionista no contexto brasileiro.

Os procedimentos metodológicos desta pesquisa são concebidos com base em uma abordagem epistemológica que enfatiza a interação dinâmica entre o pesquisador e os participantes, bem como entre diferentes formas de conhecimento e perspectivas teóricas. Para alcançar uma compreensão abrangente e multifacetada do fenômeno em estudo, foram conduzidas entrevistas com os membros da Articulação Nacional de Marchas da Maconha foram disponibilizadas de forma pública na internet, e esses dados serão triangulados com outras fontes, incluindo matérias jornalísticas e documentos públicos. A delimitação temporal até dezembro de 2022 é justificada pela necessidade de considerar o contexto sócio-político que pode influenciar a dinâmica temporal que limita a produção de uma tese em quatro anos. Além disso, durante todo o processo metodológico, será promovido um diálogo contínuo entre o pesquisador e os colaboradores, com o objetivo de garantir uma narrativa autêntica e enriquecedora por parte dos entrevistados.

A metodologia adotada nesta pesquisa é embasada na teoria da ação-rede proposta por Bruno Latour, que destaca a importância das redes de subjetividades na compreensão dos fenômenos sociais. A análise das redes de subjetividades envolvidas no movimento antiproibicionista será central para identificar as controvérsias, conexões e dinâmicas que moldam a ação coletiva. Além disso, serão consideradas as múltiplas memórias sobre o fenômeno estudado, reconhecendo a natureza fragmentada e culturalmente mediada das representações da realidade. A pesquisa será conduzida como um esforço colaborativo, com ênfase na igualdade e na mútua aprendizagem entre o pesquisador e os colaboradores. Por fim, os princípios éticos estabelecidos pelo Conselho Nacional de Saúde serão rigorosamente seguidos, garantindo o respeito aos direitos dos participantes e a integridade do processo de pesquisa. Esses procedimentos metodológicos refletem a abordagem sensível, rigorosa e

responsável adotada pela pesquisa, que busca compreender as complexidades e controvérsias do fenômeno estudado em sua totalidade.

A tese a seguir apresenta uma abordagem metodológica fundamentada em diversas teorias e perspectivas teóricas. Uma delas é a teoria das redes de atores, proposta por Bruno Latour, que enfatiza a importância das relações dinâmicas entre diferentes elementos na constituição de fenômenos sociais. Segundo Latour, as ações são distribuídas entre os atores da rede, sejam eles humanos ou não humanos, e é por meio dessas redes que os fenômenos sociais emergem.

A interação constante e as comunicações individuais dentro da sociedade humana são essenciais para sua auto-organização. A pandemia da Covid-19 tem acelerado muitos desses processos dinâmicos da realidade social. É relevante destacar o conceito de Ator-Rede, que enfatiza a natureza temporária, fluida e influenciável dos grupos sociais. Estes grupos são permeados por diversas subjetividades que podem variar dependendo das circunstâncias e dos elementos conectores, sejam eles humanos ou não-humanos, que estão ativos nos fenômenos sociais (LATOUR, 2012).

Outro autor mencionado no quadro teórico da tese é Paul Thompson, cujo trabalho destaca a memória coletiva como uma construção social compartilhada por múltiplos atores. Thompson argumenta que as memórias individuais podem se tornar memórias coletivas, evidenciando assim fatos históricos compartilhados por um grupo de pessoas.

Além disso, a tese faz referência às ideias de Edgar Morin sobre complexidade bio-antropo-social. Morin propõe uma abordagem multidisciplinar e dialógica para compreender a realidade, reconhecendo a interconexão entre diferentes dimensões da vida humana e social.

A perspectiva dialógica também é destacada, especialmente no contexto da história oral, conforme discutido por André Gattaz. Gattaz enfatiza a

importância do diálogo e da colaboração mútua entre pesquisador e entrevistado na construção do conhecimento histórico.

Outro ponto de destaque na sustentação teórica da tese são as perspectivas de Boaventura de Sousa Santos e Milton Santos, que oferecem reflexões sobre o lugar de fala do pesquisador e a relação entre conhecimento científico e realidade social. Ambos os autores enfatizam a necessidade de uma abordagem reflexiva e ética na produção do conhecimento científico, reconhecendo o papel do pesquisador como parte integrante do processo de pesquisa.

Por fim, quanto a questão da sustentação teórica para embasar as entrevistas a tese recorre à teoria da análise textual, especialmente conforme discutida por Lúcia Romão e Nádea Gaspar em "Discursos Midiáticos: Sentidos de Memória e Arquivo". Essa teoria enfatiza a complexidade da análise discursiva, considerando a interação entre diferentes elementos nos discursos midiáticos e a influência das subjetividades em ação. Além disso, a tese destaca a importância das novas linguagens e da internet como objetos de investigação, especialmente no contexto da análise de matérias jornalísticas. A internet é vista como um campo de interações sociais que rompe barreiras geográficas e facilita o acesso à informação, além de criar possibilidades de diálogo e interação.

Chegando ao final desse quadro teórico a tese também destaca a importância do diálogo entre todos os colaboradores da pesquisa, reconhecendo as assimetrias de poder e evitando hierarquizar narrativas. A análise das matérias jornalísticas é conduzida com base nesses princípios, buscando compreender as dinâmicas discursivas que permeiam a construção da Articulação Nacional de Marchas da Maconha.

Ao iniciar essa pesquisa, ou melhor dizendo, ao elaborar essa pesquisa ainda na fase do projeto, o objetivo era pesquisar sobre algumas Marchas da Maconha no Brasil, envolvendo metodologias híbridas das ciências humanas e

um trabalho mais específico in locus, visitando cerca de 12 marchas da maconha, nessa época era o primeiro ano do governo do presidente Bolsonaro (2019-2022), ainda não sabíamos que teríamos uma economia arrasa por políticas desastrosas que resultou em uma desvalorização da bolsa de pesquisa do doutorado, o que no início equivalia a quase quatro salários-mínimos, ao final do governo estava valendo menos de dois. Para além das dificuldades econômicas para visitar todas as cidades que foram planejadas, vieram as imposições da pandemia Convid-19 e toda a questão do isolamento social e do refúgio da militância no meio virtual, o qual já falamos nos primeiros capítulos. Tudo isso culminou quase como uma sincronia divina, na mudança do enfoque desta pesquisa, a emergência de algo que estava pronto para ebulir, o surgimento da Articulação Nacional de Marchas da Maconha, me levando a operar por meio de uma outra abordagem científica, como também já foi explicado nos capítulos iniciais. Tudo isso aconteceu logo após cumprido todas as etapas relacionadas aos componentes curriculares obrigatórios e complementares, assim como cumprido proficiência e qualificação, e, o que poderia parecer o início de uma tormenta, para aqueles que gostam de ter tudo planejado, foi emocionante, apaixonante, acendeu aquela chama que todo processo heurístico deve ter.

O encontro como militante com a Articulação Nacional de Marchas da Maconha veio antes do encontro como pesquisador, estava atolado das atividades iniciais de um doutorado e ainda não havia vencido quase nenhuma das etapas descritas acima, quando Victor Gois e Anna Rodrigues, militantes e amigos, me cobraram a participação nesse grupo que estava se formando nacionalmente, pois eles entendiam a importância da minha participação como alguém que estava na militância do estado do RN a mais de 10 anos. Devido a dinâmica que tomava essa organização do movimento social antiproibicionista com pretensão nacional, ou seja, logo no início do isolamento social, nesse primeiro momento ajudei em algumas questões pontuais, como indicar ou conversar com pessoas que podiam fortalecer a rede, ajudar em divulgações. dentre outras atividades

necessárias porém de menor doação da minha parte, tudo mudou cerca de 6 meses após o isolamento, quando cumprido os requisitos já falados acima, nesse momento deixei de ser apenas militante e passei a ser pesquisador.

A partir do segundo semestre de 2020, sinalizei aos participantes da ANMM que estava pesquisando e de prontidão e consenso fui acolhido, nunca houve uma objeção da parte dos participantes da ANMM em relação a produção dessa pesquisa, muito pelo contrário, o que houve foi uma colaboração saudável entre ambas as partes envolvidas. E, dentro dessa colaboração, me vi envolvido em uma busca constante para estabelecer um rigor quanto aos limites éticos e científicos deste trabalho. Sempre que possível, e em diversas ocasiões, ao longo de dois anos, era reforçado que os documentos públicos produzidos pela ANMM estavam sendo utilizados nessa pesquisa, para que novos participantes da ANMM sempre estivessem cientes.

Durante os dois anos em que acompanhei atentamente todas as atividades da ANMM, conforme descrito nos capítulos anteriores, identifiquei um ponto de notável convergência. Esse ponto diz respeito à forte repulsa e descontentamento em relação ao governo brasileiro sob a presidência de Jair Bolsonaro (2019-2022) e à sua abordagem das políticas públicas de drogas no Brasil, uma coisa que acontecia em todos as lives, em todas as reuniões (como já dito, todo domingo ininterruptamente, por mais de dois anos a ANMM se reuniu), era o grito de em coro de “fora Bolsonaro” o qual era puxado por todos presentes, sem exceções.

Essa posição contrária ao governo Bolsonaro e suas políticas relacionadas às drogas foi amplamente compartilhada pelos membros e participantes da ANMM ao longo do período de estudo. As motivações subjacentes a essa repulsa podem ser complexas e multifacetadas, e incluem preocupações sobre os impactos socioeconômicos e de saúde pública das políticas adotadas, bem como questões relacionadas aos direitos individuais e ao

acesso a tratamentos médicos apropriados. É importante observar que, como pesquisador, minha análise e descrição dessas opiniões refletem as perspectivas apresentadas pelos membros da ANMM durante o período de observação, e não constituem uma opinião pessoal. O objetivo desta tese é compreender e analisar as dinâmicas e discussões em torno da emergência da ANMM e da legalização da maconha no contexto do Brasil contemporâneo, e a repulsa ao governo Bolsonaro é um aspecto relevante dessa análise.

A tese está dividida em seis capítulos e uma conclusão. O primeiro capítulo intitulado "A proibição e seus efeitos no Brasil uma breve contextualização" apresenta uma análise abrangente do contexto histórico e político que levou à proibição da maconha no Brasil, destacando seu caráter racista e os impactos sociais negativos dessa política, além de apontar para a emergência de um movimento social antiproibicionista crítico e questionador.

Neste primeiro capítulo são apresentadas duas premissas fundamentais: a proibição da maconha no Brasil resultou em efeitos negativos para toda a sociedade, com ênfase nos grupos vulneráveis, como negros, pobres, jovens e mulheres; e o surgimento do movimento social antiproibicionista como uma resposta direta a essa política proibicionista. O foco é dado à primeira premissa, que abrange uma análise detalhada do contexto racista que permeou o Brasil nos séculos XIX e XX, levando à exclusão social e étnica, além do uso da violência como forma de controle social. O texto destaca a introdução da maconha no Brasil pelos escravos negros, seguida da criminalização de elementos da cultura negra, como a capoeira e as religiões de matriz africana, antes mesmo da legislação proibicionista de 1930. Ele ressalta a vinculação da repressão ao consumo de maconha ao controle da população negra, evidenciando a base racista das leis proibicionistas.

Além disso, são discutidos os projetos de Nação em vigor naquela época, caracterizados por um viés de civilização e progresso que marginalizavam grupos étnicos não brancos. Movimentos nacionalistas e ultra-nacionalistas

ganharam força, culminando em políticas proibicionistas apoiadas em teorias racistas, eugênicas e sanitárias. A pesquisa do médico José Rodrigues da Costa Dória, apresentada no II Congresso Científico Pan-Americano em 1915, é destacada como central para o discurso proibicionista, vinculando negros ao consumo de maconha e reforçando estereótipos racistas. O texto do primeiro capítulo também menciona a emergência do movimento social antiproibicionista, que critica as políticas proibicionistas e questiona quem se beneficia da guerra às drogas. Esse movimento destaca os impactos sociais negativos da proibição, como o encarceramento em massa de jovens negros e pobres.

No fim do primeiro capítulo, é mencionada a pesquisa coordenada pela professora Luciana Boiteux, que analisou o tráfico de drogas e a Constituição brasileira, destacando a seletividade do sistema de justiça, que resulta na criminalização principalmente de jovens negros e moradores de periferia.

O segundo capítulo é intitulado "Contextos e acordos nacionais e internacionais e o fortalecimento do antiproibicionismo." Neste capítulo a tese aborda a evolução das políticas de drogas ao longo do tempo, desde a imposição inicial de regulamentações proibicionistas até os movimentos mais recentes em direção à reforma dessas políticas. Destaca-se a mudança de paradigma impulsionada pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, que enfatiza a importância dos direitos individuais e da autonomia sobre o próprio corpo. No entanto, as políticas de drogas permaneceram praticamente inalteradas por décadas, refletindo uma mentalidade ultrapassada de guerra às drogas.

Ao longo dos anos, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, a conscientização sobre os perigos do autoritarismo e do ultranacionalismo levou à criação da Organização das Nações Unidas (ONU) e à redação da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Essa mudança de perspectiva deveria ter

influenciado as políticas de drogas, mas as convenções da ONU continuaram promovendo uma abordagem proibicionista.

Entretanto, sinais de mudança começaram a surgir, como a criação da Comissão Global sobre Política de Drogas e a realização da Sessão Especial da Assembleia-Geral da ONU sobre o Problema Mundial das Drogas (UNGASS) em 2016. Esses eventos destacaram as falhas das políticas de drogas existentes e a necessidade de uma abordagem mais humanitária, baseada em evidências científicas e respeitadora dos direitos humanos.

Além disso, resoluções como a L.41 do Conselho de Direitos Humanos da ONU e as Diretrizes Internacionais sobre Direitos Humanos e Políticas de Drogas estão pressionando os países a adotarem políticas mais progressistas, que priorizem a saúde pública e os direitos individuais. No Brasil, apesar de alguns avanços legislativos, como a possibilidade de autorização do cultivo da maconha para fins medicinais ou científicos, o país ainda mantém uma postura conservadora em relação às políticas de drogas, como evidenciado pelo voto contra a retirada da maconha da lista de substâncias perigosas na ONU em 2020.

No final do segundo capítulo a pesquisa apresenta a análise sociológica da emergência da Articulação Nacional de Marchas da Maconha no contexto do movimento social antiproibicionista no Brasil, especialmente em resposta à pandemia de Covid-19. A tese busca entender as dinâmicas, redes, narrativas e transformações que dão significado a esse fenômeno. Destaca-se a ascensão de discursos totalitários na política brasileira, representada pela eleição do presidente Jair Bolsonaro, cujo governo adota uma postura rígida em relação às políticas de drogas, favorecendo a repressão e a punição como estratégias principais. Essa abordagem é criticada por sua falta de eficácia, negligenciando abordagens mais abrangentes e baseadas em evidências, além de ignorar políticas de redução de danos e evidências científicas de outras partes do mundo. O texto também destaca a importância do diálogo entre disciplinas e conhecimentos diversos para abordar o fenômeno das drogas de forma científica, especialmente

no contexto das ciências sociais, onde não se deve hierarquizar discursos e narrativas. A pesquisa se baseia em materiais jornalísticos e entrevistas com membros da Articulação Nacional de Marchas da Maconha, com o autor assumindo uma posição ética ao informar os entrevistados sobre o uso de suas interpretações no texto final da tese.

O terceiro capítulo é intitulado "Sociedade e redes associativas da maconha: processos dialógicos narrativos antiproibicionistas". Este, e, o capítulo e o subsequente a ele, são os responsáveis por estruturar o quadro dos referenciais teóricos utilizados na tese. O capítulo inicia propondo pensar a sociedade humana como uma teia complexa de trocas e comunicações individuais, que se auto-organiza e se autorregenera. A pandemia da Covid-19 acelerou diversos processos dinâmicos dessa realidade social, destacando-se o conceito de Ator-Rede, proposto por Bruno Latour. Neste contexto, grupos sociais são vistos como provisórios e mutáveis, atravessados por subjetividades que variam conforme os conectores em ação, sejam humanos ou não-humanos.

Também foi dialogado neste capítulo sobre as narrativas que desempenham um papel crucial na sociologia das associações, permitindo analisar os conectores que dão sentido à Articulação Nacional de Marchas da Maconha. Cada sujeito contribui com sua própria narrativa, interagindo com outras na construção de realidades dinâmicas. As entrevistas, ao acionarem memórias e narrativas, formam conjuntos coletivos, revelando diferentes perspectivas de um mesmo fenômeno. E por fim, esse capítulo apresenta a pesquisa adotando uma abordagem dialógica, reconhecendo a interação entre pesquisador e colaboradores como fundamental. A metodologia da história oral enfatiza a igualdade e a mutualidade na produção do conhecimento. Bruno Latour e Edgar Morin são referências teóricas importantes, destacando a complexidade das interações sociais e a importância das redes de subjetividades. O antiproibicionismo é central nesta pesquisa, que busca compreender as relações ator-rede manifestadas pela Articulação Nacional de Marchas da

Maconha, especialmente diante das mudanças sociais causadas pela pandemia. A tese busca, ainda nesse capítulo, reconhecer o papel do pesquisador como parte integrante do processo, inspirando-se em perspectivas fenomenológicas e na ideia de que o objeto é uma continuação do sujeito. Desta forma também será discutido neste capítulo a postura militante do pesquisador, o que não contradiz seu papel científico, mas sim o enriquece, facilitando o acesso às narrativas e controvérsias que alimentam a existência do movimento antiproibicionista. Ao analisar em diálogo as diferentes narrativas, esse capítulo busca facilitar uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas e fragmentações que sustentam esse fenômeno social no Brasil.

O quarto capítulo intitulado "Procedimentos utilizados na realização das análises das matérias jornalísticas, de sites da internet" inicia falando sobre como a pesquisa sobre a Articulação Nacional de Marchas da Maconha (ANMM) é conduzida com o objetivo de realizar uma análise aprofundada das representações midiáticas desse movimento social. Essa análise é fundamentada em uma abordagem metodológica que prioriza a análise do discurso, conforme proposto por Lúcia Romão e Nádea Gaspar em "Discursos Midiáticos: Sentidos de Memória e Arquivo".

Esse capítulo ao investigar a cobertura jornalística sobre a ANMM, destaca-se a importância de compreender não apenas os eventos e declarações divulgados, mas também os contextos políticos, sociais e históricos em que esses discursos estão inseridos. Nesse sentido, a tese utiliza uma amostra de seis matérias jornalísticas, selecionadas criteriosamente para representar diferentes momentos e perspectivas do movimento.

A análise das matérias revela uma variedade de temas abordados, incluindo debates sobre políticas de drogas, estratégias de mobilização social, posicionamentos políticos e críticas às abordagens proibicionistas adotadas pelo Estado brasileiro. Além disso, observa-se uma forte presença da internet como

meio de divulgação e organização das atividades da ANMM, especialmente em virtude das restrições impostas pela pandemia de COVID-19.

Ao final deste capítulo destaca-se também a diversidade de vozes representadas nas matérias, incluindo ativistas, pesquisadores, políticos e cidadãos comuns. Essa multiplicidade de perspectivas evidencia a complexidade do debate sobre a legalização da maconha e a necessidade de considerar uma ampla gama de opiniões e experiências na formulação de políticas públicas.

O quinto capítulo é intitulado "O não-humano e sua subjetividade estrutural e organizacional nas relações sociais" Ele inicia com um panorama de como a Articulação Nacional de Marchas da Maconha (ANMM) é representada em diversas cidades, regiões e grupos em todo o Brasil. Cada localidade tem sua própria página no Facebook, perfil no Instagram e, em alguns casos, um e-mail ativo para contato. Por exemplo, em Aracaju, Sergipe, a ANMM possui uma página no Facebook e um perfil no Instagram, enquanto em Belém, Pará, além das redes sociais, eles também têm um e-mail ativo. Essas informações são fundamentais para manter a comunicação e organização entre os participantes da ANMM em todo o país. Além disso, o capítulo apresenta que a ANMM possui uma cartilha de boas-vindas que descreve sua missão, objetivos e estrutura organizacional. A organização se define como um espaço de articulação de coletivos e ativistas que lutam pela mudança nas leis e políticas de drogas no Brasil, combatendo o racismo, a misoginia, a LGBTQIA+fobia e outras formas de discriminação. A cartilha também descreve como a ANMM se organiza, com reuniões semanais na plataforma Zoom, grupos de trabalho no WhatsApp e princípios de convivência que promovem um ambiente seguro e respeitoso.

Esse capítulo também descreve os grupos de trabalho da ANMM que abrangem diversas áreas, como comunicação, formação, direitos humanos e harmonia organizacional. Cada grupo tem suas próprias funções e responsabilidades, contribuindo para a realização das atividades e campanhas da

organização. Além disso, a cartilha estabelece diretrizes para o comportamento dos participantes, promovendo o respeito mútuo e a resolução pacífica de conflitos dentro da ANMM. Essas informações detalhadas sobre a representação da ANMM em diferentes localidades e sua estrutura organizacional fornecem uma visão abrangente do alcance e das atividades dessa articulação em todo o país, bem como dos princípios e valores que orientam seu trabalho.

Por fim, o capítulo descreve uma série de vídeos publicados pelo perfil Descriminaliza STF, que abordam temas relacionados à legalização da maconha e políticas antidrogas. Cada vídeo é analisado de forma detalhada, destacando momentos específicos e discussões relevantes. Por exemplo, há uma discussão sobre o Projeto de Lei 399/2015, que propõe a regulamentação do cultivo e produção de cannabis para fins medicinais no Brasil. Apesar do apoio de associações de pacientes, o projeto é recebido com ressalvas por movimentos antiproibicionistas e enfrenta oposição de políticos conservadores. Outros vídeos abordam eventos de mobilização pela descriminalização da maconha, como o Dia de Mobilização da campanha #descriminalizaSTF. Essa mobilização busca pressionar o Presidente do STF a colocar em pauta o Recurso Extraordinário 635659, que trata da inconstitucionalidade da criminalização do porte de drogas para uso pessoal. Esses eventos incluem encontros ao vivo, lives no Instagram e debates com a participação de diferentes organizações e movimentos sociais.

Além disso, alguns vídeos tratam da tramitação do Recurso Extraordinário 635659 no STF, que já está em julgamento há mais de 10 anos. O texto destaca a situação do sistema carcerário brasileiro e as violações de direitos humanos decorrentes da política de "guerra às drogas". Também são apresentadas críticas à política proibicionista, que é considerada inconstitucional e prejudicial em termos médicos, científicos e econômicos. Outros temas abordados nos vídeos incluem debates sobre o Projeto de Lei 399, que trata da regulamentação da cannabis medicinal/terapêutica, suas implicações com o lobby farmacêutico e o agronegócio, bem como sua relação com o Marco

Temporal (PL 490) e outras propostas. Há também eventos voltados para questões indígenas, racismo e políticas de saúde mental, demonstrando a diversidade de temas e o engajamento da Articulação Nacional de Marchas da Maconha em promover o debate sobre políticas de drogas no Brasil.

Em resumo, essa parte final do quinto capítulo apresenta uma série de vídeos publicados pelo perfil DescriminalizaSTF, abordando diversos temas relacionados à legalização da maconha e políticas antidrogas. A análise se concentra em momentos específicos, como discussões sobre o Projeto de Lei 399/2015, eventos de mobilização pela descriminalização da maconha, e acompanhamento da tramitação do Recurso Extraordinário 635659 no STF. Além disso, destaca-se a participação em lives e debates sobre questões indígenas, racismo e políticas de saúde mental. Esses vídeos refletem o engajamento da Articulação Nacional de Marchas da Maconha em pressionar o STF e promover o debate sobre políticas de drogas no Brasil.

O sexto, e último, capítulo intitulado "Organicidade e Horizontalidade na Articulação Nacional de Marchas da Maconha as subjetividades narrativas por meio de entrevistas". Esse capítulo destaca as preocupações metodológicas e éticas em relação à condução das entrevistas para a tese. É apresentado que nesta pesquisa os entrevistados foram voluntários e suas identidades são expostas publicamente nos vídeos disponíveis online. Isso reflete a dinâmica de segurança dos militantes de movimentos sociais antiproibicionistas, que veem na exposição uma forma de denunciar perseguições e encontram na Articulação Nacional de Marchas da Maconha uma rede de proteção.

Esse capítulo também expõe que essa pesquisa é fundamentada nas "Parcerias do Conhecimento" de Orivaldo Lopes Jr (2019), que enfatiza a importância das relações e subjetividades em ação, buscando um método que interrompa a negação do sujeito e repense a relação sujeito-objeto. Essa abordagem visa não apenas uma atitude politicamente correta, mas uma

reavaliação da questão filosófica subjacente à relação sujeito-objeto na pesquisa social.

Foram realizadas 14 entrevistas, todas voluntárias e disponíveis publicamente, o que eliminou a necessidade de transcrever integralmente as entrevistas ou utilizar muitas citações diretas. Essa abordagem permitiu manter o foco nas análises e explorar as relações entre os sujeitos humanos e não humanos, conforme proposto por Latour (2012), concentrando-se nas redes e dinâmicas subjacentes.

Por fim, o capítulo ressalta que a escolha dos entrevistados baseou-se na disponibilidade e interesse em participar, refletindo apenas um grau de engajamento, não uma hierarquia dentro do grupo da Articulação Nacional de Marchas da Maconha, que funciona de maneira horizontal e igualitária. Além disso, o pesquisador também é militante do movimento, mas sua análise é distanciada, buscando uma abordagem que não negue nenhum dos lugares de fala do sujeito.

1. A proibição e seus efeitos no Brasil uma breve contextualização

Na minha dissertação de mestrado, foram apresentadas duas premissas: a primeira é que a proibição da maconha acarretou efeitos negativos para toda a sociedade brasileira, atingindo diretamente e com maior ênfase negros, pobres, jovens e mulheres. A segunda premissa é que o movimento social antiproibicionista brasileiro emerge como resposta à política proibicionista. No entanto, gostaria de enfatizar a primeira premissa, pois nela está contida toda uma argumentação sobre o contexto racista do início do século XIX e início do XX, aumentando a exclusão social e étnica, assim como o uso da violência como ferramentas de controle social daqueles atingidos pelas leis proibitivas no Brasil.

É importante lembrar que a maconha foi introduzida no Brasil pelos escravos negros e, assim como outros elementos da sua cultura, no início do século XX foram criminalizados, como é o caso da capoeira, das religiões de matriz africana, entre outros. No entanto, antes da lei proibicionista brasileira de 1930, já existia uma lei municipal de proibição da maconha fundamentada no racismo.

> O primeiro documento conhecido que restringe o uso da maconha foi uma postura da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, de 1830, penalizando a venda (...) A referência explícita aos escravos na postura carioca sugere que era entre eles que estava mais divulgado o uso da maconha, e a postura então vincula a repressão de seu consumo ao controle da população negra. (SAAD, 2013, p. 3)

Outro fator importante para analisar a criação de um discurso proibicionista no Brasil e no mundo está relacionado aos projetos de Nação em vigor naquele período da história. Os Estados nacionais, no final do século XIX e início do XX, tinham como objetivo de civilização o progresso. Nesse contexto, os sintéticos eram valorizados e os fitoterápicos descartados, assim como os cidadãos modelos (brancos ocidentais), enquanto outros sujeitos eram considerados falhos e perigosos ou eram tratados como objetos. Movimentos românticos e ultra nacionalistas ganham força no mundo, incluindo regimes totalitários, fascistas, nazistas e ditatoriais. Além disso, as campanhas cívicas

sanitaristas e a eugenia social, teorias que se apoiavam em uma toxicomania asséptica e utópica, acabaram por reforçar as redes de narrativas e argumentos que culminaram nas políticas proibicionistas dos países ocidentais signatários da Liga das Nações.

A medicina social, caracterizada por esses conceitos, passou a fazer parte diretamente dos cargos administrativos e se inseriu na ordem pública no Brasil, principalmente no período Vargas (1930-1945), não mais como um grupo que aconselhava a sociedade. Como dito acima, os elementos de sua cultura negra foram criminalizados no início do século XX, somado a a capoeira e as religiões de matriz africana. Antes da lei proibicionista brasileira de 1930, o Brasil já apresentava uma lei municipal de proibição da maconha fundamentada no racismo.

> (...) psiquiatras brasileiros elaboraram uma série de teses criminalizando negros, nativos, mulheres, capoeiristas, sambistas, maconheiros, prostitutas, macumbeiros, cachaceiros, explorando certo tipo de discurso que estigmatizava todos que não fossem supostamente brancos "puros", próximo daquele que viria a originar também ideias fascista e nazista da superioridade de raças. (BARROS, PERES, 2011, p. 12)

Em 1915, o médico José Rodrigues da Costa Dória, professor da faculdade de medicina da Bahia, lança no II Congresso Científico Pan-americano uma tese que seria central para o discurso proibicionista, no Brasil e no mundo, intitulada "Os fumadores de Maconha: efeitos e males do vício".

> Mais precisamente o ano é 1915 e a ocasião o II Congresso Científico PanAmericano, realizado em Washington nos EUA. Nele representava o Governo do Estado da Bahia, a Faculdade de Direito, a Faculdade de Medicina, o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e a Sociedade de Medicina Legal e Psiquiátrica da Bahia o médico José Rodrigues da Costa Dória. (...) O nome do Dr. Dória seria presença absoluta na produção sobre o assunto nas décadas seguintes e suas teses seriam invariavelmente repetidas até meados da década de 1960. (...) Para o professor de Toxicologia eram "analfabetos", "homens do campo", "canoeiros", "pescadores", enfim, todos os grupos que considerava a "escória da nossa sociedade". Nesses "estados do norte", dizia ocorrer com frequência "violências cometidas durante a embriaguez da

> maconha". Esse perfil de classe definido pelo médico em relação ao consumo de maconha também foi bastante reproduzido e explorado tanto pelos especialistas que escreveram sobre a questão quanto pelas autoridades que foram imbuídas da repressão. (SOUZA, 2012, p. 19-21)

Doria tinha muita influência na sociedade brasileira nesse período, trabalhando para ajudar as autoridades brasileiras, esse tipo de conhecimento médico legal ajudou a aumentar exponencialmente o racismo estrutural do Estado.

> O artigo do Dr. Rodrigues Dória, opera uma "valoração racial da maconha", relacionando as características negativas atribuídas por ele à "raça negra" às da planta com o objetivo de naturalizar o "problema". Sendo assim, do lado da "raça" ele elenca "ignorância", "resistência", "intemperança", "fetichismo" e "agressividade", enquanto que da maconha tem-se "degeneração", "analgesia", "vício", "loucura" e "crime". (SOUZA, 2012, p. 22)

Em sua dissertação de mestrado, publicada em 2013, no programa de pós-graduação em antropologia social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, a pesquisadora Natália Campos analisou o Coletivo CannabisAtiva da UFRN e suas ações como movimento social e acadêmico, focando principalmente nos Ciclos de Debates Antiproibicionistas da UFRN. Trago aqui uma citação de seu texto em que ela apresenta o contexto histórico extremamente racista que levou à criação das leis proibicionistas brasileiras na década de 1930.

> No Brasil, estudos associando o consumo de maconha aos negros, apontavam a erva como causadora de agressividade, violência, delírios, loucura, etc., embasando os argumentos da proibição – reafirmando as colocações dos autores supracitados – e, em 1932, outro decreto (Decreto nº 30.930) passa a punir o usuário de "substâncias toxico-entorpecentes" e inclui a maconha na lista de substâncias proscritas. (CAMPOS, 2013, p. 32)

Fica explícito na citação que foram utilizadas como base de sustentação para as leis proibicionistas teorias racistas do final do século XIX e início do XX, um racismo que a ciência renega e desqualifica, principalmente depois da Segunda Guerra Mundial e da metade final do século XX. No entanto, esse

racismo permanece enraizado nas leis proibicionistas brasileiras, nos discursos de uma parcela da imprensa, na prática de uma tecnociência jurídica punitiva e, sobretudo, nos apelos totalitários que a administração do Estado Nacional exerce sobre os corpos de seus sujeitos/cidadãos, principalmente sobre negros, jovens, mulheres e pobres. As leis proibicionistas são demonstrações claras das intenções de servir a um sistema punitivo disciplinar, ignorando os prejuízos sociais que tais políticas trazem consigo.

> A toxicomania passou a integrar um repertório de questões visadas pela medicina que pontavam cada vez mais para as práticas coletivas, eram captadas em todas as esferas da vida social e pensadas com base nas teorias da raça, da degenerescência e da eugenia. (SOUZA, 2012, p.18)

Por volta das décadas de 1990, a lei proibicionista do Brasil começou a sofrer várias críticas de diversos setores da sociedade. Os músicos e artistas, talvez até antes da década de 90, foram um importante grupo que lutou contra a proibição da maconha. Uma banda que surgiu no Rio de Janeiro em 1995 chamada Planet Hemp foi especialmente importante nessa luta. Já na virada do milênio, outros setores da sociedade brasileira se uniram às críticas, como cientistas e médicos, como Elisaldo Carlini e Antônio Nery (redução de danos), Sidarta Ribeiro e Malcher Lopes (neurociência/maconha/medicinal), Beatriz Labate, Sandra Goulart, Henrique Carneiro e Edward Macrae (humanidades), entre outros. Essa lista só cresce exponencialmente. Posso dizer, apoiado em mais de uma década de experiência na militância, que hoje o número de críticos chega a milhares, incluindo ativistas, jornalistas, historiadores, sociólogos, antropólogos, advogados e médicos, líderes religiosos, atletas, artistas, dentre outros, os quais juntos estão formando uma rede complexa de saberes e ciências. Essas críticas começaram a tomar forma e emergir, passando por um processo de ebulição e metamorfose que ajudou como um catalisador potente no processo de emergência do autointitulado Movimento Social Antiproibicionista, cuja uma das maiores expressões são as marchas da maconha que acontecem no Brasil desde 2002.

Esse movimento social antiproibicionista produz várias narrativas críticas ao proibicionismo. Eles operam questionando o alcance do proibicionismo e seus desdobramentos para a sociedade. Sendo assim, algumas perguntas são feitas por eles, como, por exemplo: quem lucra com a guerra às drogas? Existe uma guerra às drogas ou às pessoas? Quais redes mercadológicas são acionadas pelo mercado ilegal? Como o mercado ilegal é regulado? Onde acontecem as mortes? Quem está preso? Existe um viés classista? Quem lucra com o mercado ilegal? Para onde vão os vários trilhões de dólares gerados pelo comércio ilegal de drogas no mundo? Quem ganha com a corrupção? Etc.

De acordo com as narrativas antiproibicionistas, o mercado ilegal de drogas gera uma renda econômica astronômica que financia não apenas os narcotraficantes, mas também favorece o recrutamento de jovens, negros e mulheres da periferia para trabalhar nas estruturas mais baixas do comércio ilegal. Além disso, esse mercado ilegal também financia e fortalece a corrupção estrutural nos vários níveis da administração estatal. O mercado das drogas ilegais é regulado pela violência, que atinge todas as camadas da sociedade e parece não ter fim. A proibição das drogas sobrecarrega o sistema jurídico, assim como produz um fenômeno negativo com o encarceramento em massa, principalmente do grupo citado acima.

A professora, da faculdade de direito da UFRJ, Luciana Boiteux, foi uma das principais organizadoras da pesquisa intitulada "Sumário Executivo Relatório de Pesquisa Tráfico de Drogas e Constituição" da série "Pensando o direito" produzida pela Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça (SAL). Essa série foi criada em 2007, por meio de um acordo de cooperação técnica internacional com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Essa série tem como objetivo:

> (...) incentivar a academia a olhar para o processo legislativo de modo a produzir conhecimento que possa ser usado para influenciar as decisões do Congresso, democratizando por consequência o debate feito no parlamento brasileiro. Este caderno dá início ao

> conjunto de publicações da Série Projeto Pensando o Direito e apresenta a versão na íntegra da pesquisa sobre Tráfico de Drogas e Constituição, conduzida pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). (BOITEUX , 2009, p. 3)

Esta pesquisa envolveu dois centros universitários: a Universidade Federal do Rio de Janeiro e a Universidade Nacional de Brasília e foi articulada pelo Grupo de Pesquisa em Política de Drogas e Direitos Humanos da FND/UFRJ. De acordo com o resumo do projeto de pesquisa apresentado ao Ministério da Justiça/Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o objetivo era preencher uma lacuna nos estudos criminológicos e jurídicos sobre política de drogas no Brasil, abrangendo o período de março de 2008 a julho de 2009 e visando uma política de drogas mais sensível, humanitária e respeitadora dos direitos humanos no país. A pesquisa teve como órgãos financiadores a Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e a UFRJ (bolsa Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica). Ela contou com a participação de diversos interlocutores, como pesquisadores, alunos, técnicos e professores, que trabalharam coletivamente, e também colaborou com juízes e funcionários dos cartórios do Rio de Janeiro e do Distrito Federal, especialmente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. No total, trabalharam neste estudo seis pesquisadores docentes e 34 pesquisadores discentes. Foi uma pesquisa minuciosa, realizada por meio de parcerias de conhecimento. Ao analisar textualmente a pesquisa, percebe-se que ela produziu algumas narrativas assertivas sobre o sistema jurídico brasileiro, a principal delas é que o sistema nacional de justiça é seletivo, ou seja, a pesquisa afirma que a maioria dos presos no sistema prisional brasileiro são jovens, negros e moradores de periferia, como já foi mencionado.

2. Contextos e acordos nacionais e internacionais e o fortalecimento do antiproibicionismo.

As regulamentações e liberações dos usos da maconha tornam-se tendências cada vez mais aceitas pelos países signatários da ONU, os paradigmas que atingem todas as ciências, como por exemplo, fazer uma ciência ética e ao mesmo tempo de cunho humanitária e democrática, preocupada com os direitos humanos básicos, direito à autodeterminação, direito à diferença, direito a consciência, direito às liberdades de corpo e mente, direito a humanidade, etc., direitos estes, garantidos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos[4] documento ao qual o Brasil é signatário, mas que são desrespeitados pela atual política de drogas proibicionista brasileiras, assim como de outros diversos países signatários.

Porém, a questão não é tão simples. As leis proibicionistas foram aprovadas na década de 1930 pelos países que faziam parte da Liga das Nações. A Declaração Universal dos Direitos Humanos não existia e o contexto histórico era outro, como dito acima. As narrativas que sustentavam as sociedades ocidentais eram formadas por ideais românticos e ultranacionalistas. O discurso do progresso, acima de qualquer custo, era a regência que dava a nota para os modelos dos Estados-Nação. Dessa forma, o período em que a política proibicionista foi pensada foi um momento em que o dever cívico se sobrepunha às subjetividades individuais. Um período onde, em nome do dever cívico e do modelo civilizatório, todos os traços desviantes deveriam ser apagados. Um modelo que valorizava, por exemplo, o sintético em detrimento do fitoterápico.

Somente após os horrores da Segunda Guerra Mundial é que os países ocidentais perceberam o perigo dos Estados totalitários, dos discursos cívicos

[4] A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) foi aprovada em 1948 na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). O documento é a base da luta universal contra a opressão e a discriminação, defende a igualdade e a dignidade das pessoas e reconhece que os direitos humanos e as liberdades fundamentais devem ser aplicados a cada cidadão do planeta. (http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2009/11/declaracao-universal-dos-direitos-humanos-garante-igualdade-social acessado em 14/12/2018).

ultranacionalistas. Para evitar que isso acontecesse novamente na história humana, foi criada a Organização das Nações Unidas e redigida a Declaração Universal dos Direitos Humanos, documento que atinge todas as constituições dos países signatários. A partir deste documento, surge uma garantia jurídica para a defesa dos direitos humanos básicos, como o direito à consciência, o direito aos usos do corpo, o direito à liberdade de expressão (desde que não viole os direitos dos outros), entre outros. No entanto, mesmo com essa mudança, as políticas de drogas não foram repensadas pela ONU. Muito pelo contrário, elas foram incentivadas por este órgão internacional até muito pouco tempo. E, mesmo que o discurso da guerra às drogas já mostre sinais de desgaste, ele ainda tem muita força dentro dessa organização.

Em 1971 e 1972, a ONU realizou duas convenções com o objetivo de erradicar o uso de entorpecentes. Somente na Convenção de 1988, as condutas de porte, aquisição e plantio para consumo pessoal foram mencionadas. O texto da convenção sugere que cada país signatário deve tratar o tema respeitando os princípios constitucionais e conceitos básicos de cada sistema jurídico-legal, bem como as especificidades de cada contexto. Podemos ver que somente a partir da convenção de 1988 a ONU começou a pensar na questão do respeito aos contextos, ou seja, às culturas e hábitos locais e tradicionais.

O Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, ou Gabinete das Nações Unidas contra a Droga e o Crime (português europeu), foi criado em 1997. Nos anos seguintes, a política de guerra às drogas não foi repensada. Pelo contrário, em 2008, foi lançado um pacto com o objetivo de atingir as metas propostas pela política de guerra às drogas, ou seja, a completa erradicação do comércio e dos usos de substâncias proibidas. Esse plano e ação da ONU teriam um prazo de 10 anos, terminando em 2018.

Em 2011, foi criada dentro da ONU a Comissão Global sobre Política de Drogas, que incluiu, em sua maioria, ex-chefes de Estado, como foi o caso da representação brasileira, na pessoa do ex-presidente Fernando Henrique

Cardoso, que foi um dos principais responsáveis pelos trabalhos dessa comissão. No trecho abaixo, retirado do site oficial da Comissão, podemos observar o objetivo de sua criação:

> Os caminhos fornecem um roteiro para uma mudança essencial de política pragmática: o consenso sobre o qual o regime internacional de controle de drogas foi estabelecido há mais de 50 anos foi quebrado. Um número crescente de autoridades nacionais ou locais está se afastando de uma atitude proibitiva em relação às drogas e experimentando diferentes maneiras de gerenciar sua presença na sociedade. Isso inclui a descriminalização de pessoas que usam drogas e a implementação de intervenções de redução de danos e um amplo espectro de terapias (2016); políticas baseadas em evidências, não em ideologia, combatendo os preconceitos sobre as drogas e as pessoas que as usam (2017); prever a regulamentação legal de várias substâncias (2018); os problemas apresentados pela programação de substâncias (2019); e a aplicação efetiva da lei através do combate ao crime organizado (2020). A discussão baseada em evidências e pesquisas que a Comissão Global apresentou, usando sua autoridade moral, está agora desencadeando uma mudança global que se espalha por todos os continentes. A Comissão incentiva reformas positivas em todos os lugares. (A COMISSÃO GLOBAL, 2021)

Segundo informações divulgadas no site oficial do senado brasileiro[5], o documento divulgado pela Comissão demonstra o fracasso da política de repressão à produção e oferta de drogas. Esse documento aponta para a necessidade de mudanças urgentes nas políticas mundiais, tendo em vista que a política de guerra às drogas, além de ter falhado, também produziu consequências devastadoras para os sujeitos, a sociedade e para todo o mundo. Segundo o relatório, bilhões de dólares foram gastos e não houve retorno ou diminuição dos consumos.

Como podemos observar no trecho da matéria a seguir, os passos em direção a uma mudança no cenário político estão sendo dados, mesmo que de forma tímida. A Comissão Global de Política sobre Drogas defende a priorização

[5] Disponível em <https://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/dependencia-quimica/crack-chama-a-atencao-para-dependencia-quimica/comissao-global-de-politica-sobre-drogas.aspx>Acesso em 17 de abr. de 2021.

de investimentos na área da saúde em detrimento dos gastos com repressão, propondo tratar os dependentes como pacientes, em vez de criminalizá-los. Essa perspectiva está em sintonia com a posição adotada pela subcomissão do Senado. É necessário que líderes políticos e figuras públicas tenham a coragem de expressar o que muitos reconhecem em âmbito privado: as evidências esmagadoras demonstram que estratégias repressivas não solucionarão o problema das drogas, e a guerra contra as drogas não foi e não pode ser vencida, como afirmado pelo documento da Comissão Global de Política sobre Drogas. As evidências revelam que os países que optaram por oferecer tratamento em vez de punição aos dependentes obtiveram resultados positivos, como a redução do crime, a melhoria das condições de saúde e a diminuição da dependência. No entanto, o relatório da Comissão Global de Política sobre Drogas ressalta que qualquer perspectiva contrária à adotada pela convenção da ONU e à política repressiva dos EUA enfrenta pressões internacionais.

> Esse "imperialismo do controle às drogas", afirma o relatório, levou a Bolívia a abandonar a convenção de 1961, já que não houve qualquer flexibilização para que a tradição da população boliviana de mascar folhas de coca não fosse excluída da lista de proibições. (COMISSÃO GLOBAL, 2011)

Quase vinte anos depois da Convenção de 1988, algumas mudanças começam a ocorrer no cenário mundial em relação ao proibicionismo e à guerra às drogas. Foi somente durante a Sessão Especial da Assembleia-Geral da ONU sobre o Problema Mundial da Droga (UNGASS), que aconteceu na cidade de Nova York, Estados Unidos da América, em 2016, que se deu início a uma burocracia jurídica voltada para perspectivas que buscam um novo quadro sobre a luta contra o problema mundial das drogas. Os resultados dessa sessão deram aos países ocidentais claros sinais de que a política exercida até então não foi eficiente, política esta que, além de não resolver, contribuiu para o agravamento do problema. O documento foi intitulado "Nosso Compromisso Conjunto de Enfrentar de Forma Efetiva o Problema Mundial das Drogas" e foi publicado na septuagésima primeira sessão do item 106 da lista preliminar da Assembleia

Geral da ONU em 8 de julho de 2016. A Plataforma Brasileira de Política de Drogas (PBPD), seguindo o padrão de matéria jornalística, avaliou o documento produzido pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime em seu site. Segue abaixo um trecho da avaliação.

> A proibição das drogas fomentou um mercado global ilegal estimado pelo UNODC em centenas de bilhões. Em 2005, a produção era avaliada em US$13 bilhões, a indústria do atacado em US$94 bilhões e o varejo estimado em US$332 bilhões. Todo esse mercado que enriquece alguns, traz consequências terríveis para outros, especialmente para as populações mais vulneráveis, notadamente de países latino-americanos. As estimativas de mortes violentas relacionadas ao comércio ilegal de drogas no México desde que a guerra às drogas foi ampliada em 2006, vão de 60.000 a mais de 100.000. A UNGASS 2016 é resultado de um chamado feito por países latino-americanos, como Colômbia e México, para debater novos enfoques que possam afastar a política de drogas do sistema de justiça criminal e aproximá-la de uma abordagem fundamentada na saúde pública, nos direitos humanos e na redução de danos.[3] (ELIAS, 2016)

O governo federal do Brasil enviou representantes para participar da Assembleia da ONU-UNGASS em 2016. A participação brasileira na época foi fundamental para a elaboração de uma nova política mundial de drogas. Abaixo, segue um trecho de uma matéria jornalística publicada no site oficial do governo brasileiro sobre a representação do país.

> Durante a 59ª Reunião da Comissão de Drogas Narcóticas do UNODC, em março, o secretário nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça (Senad-MJ), Luiz Guilherme Paiva, defendeu que as políticas sobre drogas devem levar em conta a dependência como um fenômeno complexo, com causas e consequências sociais e de saúde." Devemos buscar uma abordagem integrada, equilibrada e multidisciplinar, com base em evidências científicas, com uma perspectiva humanitária e de saúde", afirmou o secretário. O processo de preparação para a Ungass permitiu que o Brasil expressasse a importância de políticas de redução de danos, inclusive para usuários de drogas estimulantes; o acesso a substâncias regulamentadas para fins médicos e científicos; alternativas ao encarceramento por delitos relacionados a drogas de menor poder ofensivo; e a participação da sociedade civil na construção das políticas de drogas.(GOVERNO BRASILEIRO, 2016)

Ainda dentro das preocupações relacionadas ao problema gerado pelas políticas proibicionistas de drogas no mundo, foi lançado pelos países que compõem a União das Nações Sul-Americanas um documento em resposta às decisões da UNGASS 2016, intitulado "Da guerra ao cuidado das pessoas políticas de drogas na américa do sul depois da UNGASS"[6]. De acordo com o documento, este momento é um marco para a história da governança regional sobre drogas, reiterando o compromisso incondicional com o respeito à proteção e promoção dos direitos humanos, às liberdades fundamentais e ao Estado de Direito, ao defender a estruturação de um novo olhar sobre as políticas de drogas. Segue abaixo um trecho do documento. Nesse contexto, foi reconhecida a importância fundamental da participação ativa da sociedade civil e da academia, garantindo que as populações afetadas tenham voz na formulação, implementação e produção de evidências científicas que sirvam de base para a avaliação das políticas públicas relacionadas ao controle das drogas. A Resolução também destaca a abordagem ampla das causas do problema como um avanço significativo. Reconhece-se a diversidade dessas causas e seus impactos na saúde, violação de direitos, justiça, segurança dos cidadãos e deterioração das condições sociais e econômicas. Portanto, é necessário que as ações no âmbito multilateral sejam direcionadas para uma responsabilidade compartilhada, deixando para trás a imposição de um único dogma.

As organizações e fóruns regionais são incentivados por esse princípio, pois reúnem e canalizam as posições de diferentes regiões do mundo, permitindo o reconhecimento de sensibilidades divergentes em relação ao problema. O tráfico de drogas e seus crimes associados exigem a participação de todas as nações, uma vez que sua natureza transnacional desafia frequentemente as fronteiras entre os Estados. Nesse sentido, a UNGASS 2016 convocou os sistemas regionais a estabelecerem mecanismos de controle para os crimes

[6] Disponível em < https://library.fes.de/pdf-files/bueros/la-seguridad/13035.pdf> Acesso em 19 de abr. 2021

agravados pelo fenômeno das drogas. A proposta da UNASUL de buscar abordagens alternativas para a regulação dos elos mais vulneráveis da cadeia das drogas (consumidores, agricultores, pequenos traficantes) será "legitimada" se, ao mesmo tempo, houver um esforço para fortalecer os mecanismos de combate ao crime organizado, conforme defendido pelo Conselho Sul-Americano sobre o Problema Mundial das Drogas. Daqui em diante, é essencial que a proporcionalidade seja considerada nos sistemas e códigos penais, de modo que as punições estejam em consonância com a gravidade da conduta a ser punida. Ignorar ou subestimar esse princípio representaria um retrocesso na ideia de justiça, que busca atribuir a cada um o que lhe é devido.

> De agora em diante, é essencial que a proporcionalidade permeie os sistemas e códigos penais para que as sanções se relacionem com as dimensões da conduta que se pretenda punir. Ignorar ou subestimar tal princípio implicará um retrocesso na ideia de uma justiça que possa dar a cada um o que lhe corresponda. Na UNGASS 2016, enfatizou-se a necessidade de não descansar enquanto não seja obtida tal proporcionalidade. (DA GUERRA AO, 2016, p. 8-9)

Outra importante mudança no cenário mundial foi a publicação da resolução L.41 na sessão de 2018 do Conselho de Direitos Humanos da ONU. Esse documento propõe alterações nas políticas públicas que visem mitigar o impacto das leis de drogas, respeitando o estado de direito, o princípio da proporcionalidade e os direitos humanos. Segue abaixo um trecho da resolução L.41. O Conselho de Direitos Humanos, guiado pelos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas, reafirma a universalidade, interdependência e indivisibilidade dos direitos humanos consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos e em outros instrumentos de direitos humanos. Destaca-se que o Conselho de Direitos Humanos tem o mandato de promover o respeito universal pela proteção de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, sem discriminação, e servir como um fórum para o diálogo sobre questões relacionadas a direitos humanos, bem como promover a coordenação efetiva e a integração dos direitos humanos no sistema das Nações Unidas.

Solicita-se ao Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos que elabore um relatório, em consulta com os Estados, o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, outras agências das Nações Unidas, sociedade civil e outras partes interessadas relevantes, sobre a implementação do compromisso conjunto de abordar e combater de maneira eficaz o problema mundial das drogas no que diz respeito aos direitos humanos. Esse relatório deve ser apresentado ao Conselho de Direitos Humanos em sua trigésima nona sessão. Além disso, solicita-se ao Escritório do Alto Comissariado que compartilhe o relatório com a Comissão de Entorpecentes, por meio dos canais apropriados, como uma contribuição para o trabalho realizado nesse campo e como preparação para a sexagésima segunda sessão da Comissão.

> O Conselho de Direitos Humanos, Orientados pelos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas, [...]como uma contribuição para o seu trabalho neste campo e como preparação para a sexagésima segunda sessão da Comissão; Incentiva o Alto Comissariado das Nações Unidas para os direitos humanos e os mecanismos internacionais de direitos humanos relevantes a continuar, dentro de seus respectivos mandatos e por meio dos canais apropriados estabelecidos com a Comissão de Entorpecentes, sua contribuição para abordar as implicações dos direitos humanos do problema mundial das drogas. (ONU, 2018)

Em março de 2019, uma coalizão formada por Estados-membros da ONU e seus organismos - o Centro Internacional de Direitos Humanos e Política de Drogas, o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, a UNAIDS e o Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários - em parceria com profissionais especialistas em Direitos Humanos, lançou um importante documento para realizar mudanças conjuntas nas políticas de drogas dos países signatários. Trata-se das Diretrizes Internacionais sobre Direitos Humanos e Políticas de Drogas, um documento que ainda não reflete diretamente na postura política e jurídica da ONU em relação às drogas, mas mesmo assim, endossa novas alternativas para o enfrentamento do problema das drogas no mundo, que não sejam pautadas por uma guerra sem

resultados. Para deixar claro os processos que levaram à formulação deste documento, segue abaixo um trecho retirado da apresentação.

> As opiniões expressas nesta publicação não representam necessariamente as das Nações Unidas, incluindo o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Organização Mundial de Saúde (OMS) ou seus Estados-membros. As diretrizes foram produzidas graças ao apoio generoso da Parceria Global sobre Políticas de Drogas e Desenvolvimento, implementada pela GIZ em nome do Ministério Federal da Cooperação Econômica e do Desenvolvimento da Alemanha, o Departamento Federal de Relações Exteriores da Suíça e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Também agradecemos à Canadian HIV/AIDS Legal Network e à Harm Reduction International por sua colaboração no desenvolvimento das Diretrizes; à Universidade de Essex, Universidade do Rosário (Bogotá), ao Centro de Direitos Humanos e ao Instituto de Direito Internacional e Comparado na África da Universidade de Pretória e ao Asia Catalyst por seu apoio logístico e outros tipos de apoio na preparação das consultas globais; e à Rede Internacional de Pessoas que Usam Drogas por convocar uma consulta com pessoas que usam drogas. Dedicamos uma última palavra de agradecimento ao Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS, ao Escritório do Alto Comissariado para os Direitos Humanos, ao Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime, e à Organização Mundial de Saúde pelo engajamento construtivo durante todo o processo de redação (DIRETRIZES INTERNACIONAIS, 2019)

De acordo com matéria publicada no site da ONU AIDS[7] as diretrizes divulgadas por este documento foram apresentadas em um momento de extrema importância para os acontecimentos futuros, tendo em vista a reunião ainda em 2019 da Comissão de Narcóticos da ONU, que tem por objetivo formular uma nova estratégia global sobre drogas. Ainda de acordo com o texto da matéria, o crescimento de evidências que demonstram as falhas do paradigma punitivo, incluindo violações generalizadas dos direitos humanos, leva os governos a enfrentarem um crescente apelo social e científico por mudanças na atual política.

[7] Disponível em <https://unaids.org.br/2019/03/nacoes-unidas-e-parceiros-lancam-diretrizes-internacionais-sobre-direitos-humanos-e-politica-de-drogas/> Acesso em 17 de abr. 2021.

> Buscando promover o Estado de direito, as diretrizes apresentam recomendações sobre a administração da justiça—incluindo práticas discriminatórias de policiamento, prisão e detenção arbitrária e descriminalização de drogas para uso pessoal—e articulam o estado global da legislação sobre direitos humanos em relação à política de drogas, que inclui acabar com a pena de morte por delitos relacionados a drogas. (...) Além de se afastar de uma abordagem punitiva para as drogas, as diretrizes deixam claro que uma abordagem centrada nos direitos humanos é fundamental para melhorar o acesso ao direito à saúde das pessoas, para que vivam livres de tortura e em um padrão de vida adequado. De acordo com o seu direito às obrigações de saúde, os países devem garantir a disponibilidade e acessibilidade dos serviços de redução de danos, que devem ser propriamente financiados, adequados às necessidades dos grupos vulneráveis e respeitando a dignidade humana. (NAÇÕES UNIDAS, 2019)

Em 2020, foram publicados seis livros separados do Relatório Mundial sobre Drogas 2020 da Organização das Nações Unidas (ONU)[8]. O objetivo do relatório é fornecer apoio à comunidade internacional na implementação de recomendações operacionais sobre uma série de compromissos assumidos pelos Estados-Membros, incluindo as recomendações contidas no documento final da sessão especial da Assembleia Geral sobre o problema mundial das drogas, realizada em 2016 (UNGASS 2016).

No que se refere especificamente ao Brasil, a possibilidade de autorização do cultivo da maconha já é prevista juridicamente desde a Convenção de Drogas da Organização das Nações Unidas de 1961, que foi promulgada no Brasil mesmo durante a ditadura militar, por meio de um decreto presidencial assinado por Castelo Branco. No entanto, a possibilidade de produzir remédios à base de maconha só foi prevista em 2006, quando o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sancionou a nova lei de drogas, Lei nº 11.343/2006. Esta lei deu à União a prerrogativa de autorizar o plantio, a cultura e a colheita de plantas como a maconha ou a cocaína. O texto afirma que para serem permitidas, essas atividades devem ter como objetivo exclusivamente fins medicinais ou científicos. No mesmo ano de 2006, Lula assinou o decreto que

[8] Disponível em <https://wdr.unodc.org/wdr2020/index.html> Acesso 19 de abr. 2021.

regulamenta esta lei, atribuindo ao Ministério da Saúde, ao qual a ANVISA é vinculada, a autorização do plantio e registro de medicamentos feitos à base de maconha. A partir de 2015, a ANVISA começou a sofrer as primeiras pressões da sociedade para a autorização de importação de remédios e para a regulamentação de remédios à base de maconha. Atualmente, essa é uma das questões de tensão entre os diversos discursos em torno do antiproibicionismo da maconha no Brasil, e é muito provável que essa tensão se reflita em quase todo o processo dialógico no qual esta pesquisa está empenhada em realizar.

Ao finalizar este levantamento relacionado à história do proibicionismo e dos mecanismos e organismos jurídicos internacionais e nacionais, e antes de realizar algumas reflexões sobre o papel das ciências, gostaria de comentar sobre uma matéria jornalística do site da Rede Brasil Atual. A entrevista é intitulada "ONU retira maconha da lista de drogas mais perigosas; Brasil votou contra"[9], o que, na minha opinião, demonstra uma guinada importante e preocupante nos rumos da política interna do Brasil.

De acordo com o texto da matéria, seguindo uma recomendação da Organização Mundial da Saúde (OMS), a ONU realizou a votação em relação à retirada da maconha da lista de substâncias perigosas no dia 2 de dezembro de 2020. Dos 53 países com direito a voto, 27 foram a favor e 25 foram contra. Infelizmente, o Brasil está incluso nos países que votaram contra, e continua indo na contramão das evidências científicas críticas ao proibicionismo. No trecho citado a seguir, a matéria faz uma análise sobre essa postura do Brasil.

> O Brasil votou contra, seguindo orientação do governo Bolsonaro. Países como China, Egito, Nigéria, Paquistão e Rússia também disseram não. Por outro lado, a medida foi apoiada pelos países americanos. Uruguai, Colômbia, Equador e México foram favoráveis, assim como EUA e Canadá. Até então, a maconha constava na mesma lista de substâncias como a heroína, por exemplo. Esse índice foi lançado em 1961, na Convenção sobre Drogas Narcóticas, que deu início à chamada "guerra às drogas" em

[9] Disponível em <https://www.redebrasilatual.com.br/mundo/2020/12/onu-retira-maconha-da-lista-de-drogas-mais-perigosas-brasil-votou-contra/> Acesso em 17 de abr. de 2021.

> todo o mundo. A decisão tem um peso simbólico, pois ainda caberá aos países definirem internamente os status de cada substância. Mas representa mais uma vitória na luta contra a criminalização. Nos últimos anos, uma série de países vem legalizando o uso recreativo da maconha. O Canadá, por exemplo, deu esse passo no ano passado. Nesse ano, cinco estados norte americanos também decidiram, em plebiscitos, liberar o uso da erva. No mês passado, foi a vez do México decidir pela legalização. Anteriormente, ainda em 2017, o Uruguai havia sido o pioneiro desse tipo de medida no continente. (PEREIRA, 2020)

Não pretendo me aprofundar mais na história do antiproibicionismo ou do proibicionismo e suas contradições, acredito que o dito acima, assim como o complemento das referências já são suficientes para o leitor dimensionar o fenômeno em questão, além disso este trabalho já foi feito na minha dissertação de mestrado, como dito acima. Muita coisa ainda pode e vai ser discutida nos próximos anos em relação à política de drogas no Brasil e no mundo. Porém, o foco desta pesquisa não é propriamente uma análise mais sistematizada por meio de uma ciência jurídica ou política desse cenário. O objetivo desta pesquisa, como já foi dito, é analisar o fenômeno sociológico da emergência da Articulação Nacional de Marchas da Maconha dentro do Movimento Social Antiproibicionista brasileiro devido a pandemia do Covid-19. Logo, a busca é perceber as dialógicas, os conectores, as redes, as narrativas, as intercessões e rupturas, as transformações e mutações que dão sentido à realidade existencial deste fenômeno. Um fator importante do contexto das ciências políticas sobre este fenômeno analisado foi a ascensão na política partidária brasileira de discursos totalitários. Ao mesmo tempo que é eleito no Brasil um presidente representante desse discurso totalitário, emerge o grupo antiproibicionista, organizado e reivindicando-se enquanto movimento social, autointitulado Articulação Nacional de Marchas da Maconha. É importante destacar que, o governo do presidente brasileiro Jair Bolsonaro adotou uma postura bastante rigorosa em relação às políticas de drogas. Bolsonaro e membros do seu governo empregaram uma visão conservadora e de linha dura no combate às drogas ilícitas.

O presidente Bolsonaro defendeu abertamente a repressão e a punição como estratégias principais no combate ao tráfico de drogas. Ele fez questão de enfatizar a necessidade de uma abordagem mais agressiva por parte das forças de segurança e tem apoiado medidas como o aumento das penas para traficantes. Além disso, o governo Bolsonaro expressou posturas céticas em relação à descriminalização ou legalização de drogas. O presidente, na época, deu publicamente em várias ocasiões sua opinião em oposição à legalização da maconha, por exemplo, afirmando que isso poderia levar ao aumento do consumo e problemas sociais associados.

A postura rigorosa adotada pelo governo brasileiro em relação às políticas de drogas tem sido alvo de críticas devido a várias razões. Em primeiro lugar, ao enfatizar a repressão e a punição como estratégias principais no combate às drogas, o governo pode estar negligenciando abordagens mais abrangentes e eficazes. Essa abordagem pode falhar em lidar com as causas subjacentes do uso de drogas, como pobreza e falta de acesso a serviços de saúde mental e oportunidades educacionais e econômicas. Outra crítica é a ausência de políticas de redução de danos. A falta de tais políticas pode ser considerada irresponsável, uma vez que medidas como a troca de seringas têm se mostrado eficazes na prevenção da disseminação de doenças infecciosas entre os usuários de drogas.

Além disso, a postura do governo parece ignorar evidências científicas e experiências de outros países. Exemplos como a descriminalização e a regulamentação da maconha em alguns lugares mostraram resultados mistos e, em alguns casos, redução do consumo e dos danos associados ao uso de drogas. Por fim, alguns argumentam que a abordagem de linha dura adotada pelo governo Bolsonaro é desproporcional. Priorizar a repressão sobre outras questões sociais mais urgentes pode direcionar recursos e esforços de maneira inadequada. Investir em prevenção, tratamento e programas de reinserção social pode ter um

impacto mais positivo na redução do consumo de drogas e na diminuição dos danos sociais associados.

Desta forma, do mesmo jeito que foi necessário uma introdução sobre a luta antiproibicionista no Brasil e sobre o contextual de emergência, também é necessário uma breve apresentação sobre o olhar e o papel das ciências dentro deste fenômeno tão complexo. Para enfrentar este problema de forma científica, o diálogo entre disciplinas e entre diversos conhecimentos é sempre o principal referencial metodológico e teórico ao trabalharmos com o fenômeno das drogas. Para analisar temas complexos da sociedade, são necessários olhares de uma ciência complexa (MORIN, 1999). Muitas das mudanças que ocorrem hoje em relação ao pensamento político proibicionista sobre as "drogas" estão relacionadas aos diálogos que estabelecemos entre pesquisas de áreas ditas separadas, como exemplo, história, sociologia, antropologia, biologia, química, geopolítica, psicologia, tecnologia de informação e mídia, etc., e até com áreas ditas não científicas, como com o conhecimento popular, com a fitoterapia, com os pajés e xamãs, com a literatura e a arte, etc. Não se deve hierarquizar discursos e narrativas em nenhuma metodologia científica, principalmente no caso desta pesquisa em Ciências Sociais (com enfoque sociológico) que busca analisar as redes, dinâmicas, mutáveis, inconstantes, mas que fornecem sustentabilidade e o fortalecimento do movimento social antiproibicionista do Brasil.

Os principais instrumentos sociológicos interpretativos e conceituais utilizados nesta tese foram aplicados às matérias jornalísticas que falam sobre a ANMM e às entrevistas concedidas por membros da Articulação Nacional de Marchas da Maconha ao Coletivo Antiproibicionista CannabisAtiva da UFRN em dezembro de 2022, como preparação para o "XIII Ciclo de Debates Antiproibicionistas da UFRN Leilane Assunção", intitulado "A Articulação Nacional de Marchas da Maconha: um exemplo de movimento social no século XXI". Mesmo sabendo que o material é público, gratuito e disponível online no YouTube, tomei o princípio ético de informar todos os entrevistados de que eu

utilizaria o resultado das minhas interpretações no texto final da tese. Além disso, enviei o resultado das minhas interpretações para cada um dos entrevistados antes de submeter o texto final à banca avaliadora. É importante ressaltar que eu também fui responsável pela realização das entrevistas, o que facilitou o desenvolvimento da pesquisa.

Ainda apresentarei minha aproximação com a Articulação Nacional de Marchas da Maconha como pesquisador e ativista, a interpretação da estrutura e forma de organização, assim como e principalmente as interpretações das entrevistas. Antes disso, no entanto, é necessário abordar alguns pontos específicos teóricos e metodológicos que dão sustentação à pesquisa.

3. Sociedade e redes associativas da maconha: processos dialógicos narrativos antiproibicionistas.

A sociedade humana se auto-organiza e se autorregenera por meio das trocas e comunicações individuais. O momento da pandemia da Covid-19 serviu como catalisador que acelera muitos desses processos dinâmicos da realidade social humana. Gostaria de chamar a atenção para o conceito de Ator-Rede. Todos os grupos são provisórios, dinâmicos, mutáveis e transpassados por subjetividades que variam de acordo com as circunstâncias e os conectores/mediadores em ação, sejam humanos ou não-humanos, dentro dos fenômenos sociais (LATOUR, 2012).

> A ação não ocorre sob o pleno controle da consciência; a ação deve ser encarada, antes, como um nó, uma ligadura, um conglomerado de muitos e surpreendentes conjuntos de funções que só podem ser desemaranhados aos poucos. É essa venerável fonte de incerteza que desejamos restaurar com a bizarra expressão ator-rede. (LATOUR, 2012 p. 72)

As narrativas são tão importantes para a sociologia das associações, pois são sobre elas que esta ciência pode analisar os conectores que, circunstancialmente, provisoriamente e dinamicamente, dão contorno e sentido à Articulação Nacional de Marchas da Maconha. Cada sujeito impõe uma narrativa própria, que vai se relacionar com outras na construção de realidades dinâmicas, seja essa subjetividade um ser humano ao qual acessamos com um tipo de linguagem ou o não-humano ao qual acessamos quando estes agem enquanto sujeitos que alteram a nossa relação com o mundo, como, por exemplo, a internet e seus diversos aplicativos que impõem formas de organização próprias e moldadas a elas, a subjetividade de um momento de pandemia que impõe novas formas de relacionamentos sociais, entre outros. É exatamente nessas relações e conexões que se prende o principal interesse teórico desta pesquisa.

As entrevistas acionam as memórias e narrativas, formando um conjunto que, mesmo não sendo homogêneo ou uniforme, pode ser considerado coletivo. Os discursos sobrepostos e acionados pelo pesquisador formam redes coletivas,

produzindo narrativas e diversas perspectivas de um mesmo movimento ou fenômeno social. Como afirma o historiador Paul Thompson: “A memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos” (THOMPSON, 1992, p. 17).

De acordo com as afirmações de Bruno Latour (2012), devemos respeitar em nossas análises as redes de subjetividades mediadoras da ação que compõem o fenômeno estudado. Ou seja, não devemos trabalhar buscando a existência de um grupo cristalizado, acabado, imóvel, de uma identidade naturalizada ou de um modelo natural que vá produzir a ação esperada e idealizada. Dito isso, fica claro que essa pesquisa se preocupa com a rede e suas relações dinâmicas, por isso, é necessário que se coloque um limite temporal, pois a rede não para de produzir, mas a pesquisa tem temporalidade circunscrita a seu momento processual. Todas as entrevistas, matérias jornalísticas, dentre outras aqui abordadas tiveram como limite dezembro de 2022.

> Por definição, a ação é deslocada. A ação é tomada de empréstimo, distribuída, sugerida, influenciada, dominada, traída, traduzida. Se se diz que um ator é um ator-rede, é em primeiro lugar para esclarecer que ele representa a principal fonte de incerteza quanto à origem da ação. (LATOUR, 2012 p. 76)

As entrevistas fazem parte de um processo de colaboração que, por meio de teorias e metodologias, devem sempre levar em conta o fator dialógico presente em todo o processo. Esse é um ponto importante na metodologia da história oral, como afirma o historiador André Gattaz.

> Um dos aspectos mais cativantes do trabalho em História Oral é a natureza interativa do documento, criado conjuntamente pelo pesquisador e pelo colaborador, participante dos eventos passados, numa experiência que se baseia tanto na igualdade como na diferença. A condição necessária da pesquisa de campo é ser um diálogo, no qual estamos falando com pessoas, não estudando “fontes”; ser uma situação de aprendizado para os dois lados. E é considerando-se a entrevista como um diálogo, e não como uma inquirição, que se pode obter os melhores resultados do trabalho de campo. Algum tipo de mutualidade deve ser estabelecida, quebrando os papeis tradicionais de “observador” e “observado” e fazendo com que os dois sujeitos interagentes atuem conjuntamente. O pesquisador, assim, deve ter interesse na

> igualdade, como condição para uma narrativa mais honesta e espontânea. (...) Assume-se, portanto, que a textualização final da entrevista é *de autoria do historiador*... (GATTAZ, 2014, p. 261-262)

O fator dialógico é uma questão importante para todo tipo de ciência que se dispõe a trabalhar o outro, ou seja, a alteridade. É importante para todos que realizam trabalhos científicos de campo social, para todos os trabalhos etnográficos e, enfim, para toda e qualquer forma de conhecimento que conceba o outro como um colaborador e não somente como um elemento fixo e classificável. Essa é a profunda importância do método dialógico. Meus primeiros contatos e reuniões enquanto militante com a Articulação Nacional aconteceu em 2020, porém meu trabalho de campo enquanto pesquisador só teve início após a defesa de qualificação desta tese, no primeiro semestre de 2021, até então o foco seria sobre as narrativas antiproibicionistas espalhadas pelo Brasil, porém, devido a pandemia tudo já havia mudado, foi após a qualificação que decidi então pesquisar o surgimento da Articulação Nacional de Marchas da Maconha em meio às mudanças sociais advindas não só da pandemia, como também de uma adaptação forçosa as tecnologias, muitas das quais já existiam, mas foram ressignificadas pela realidade imposta.

A utilização do termo "memórias" e não "memória" também obedece a uma intencionalidade dentro da metodologia dialógica proposta. A palavra no plural significa que existem várias memórias sobrepostas, formando uma teia invisível de representações das realidades. Metodologicamente, uma pesquisa científica em oralidade tem possibilidades teóricas, como afirma Alessandro Portelli, quando ele afirma que "estamos lidando com uma multiplicidade de memórias fragmentadas e internamente divididas, todas, de uma forma ou de outra, ideologicamente e culturalmente mediadas" (PORTELLI, 2012, p. 106).

É justamente dentro do jogo das subjetividades/multiplicidades que surgem as controvérsias e os conectores e mediadores das ações dos humanos e não humanos, elemento principal de análise proposta pela sociologia das

associações, proposta por Bruno Latour (LATOUR, 2012). As narrativas e controvérsias são que vão ajudar o analista, nesta pesquisa, a compreender o fenômeno social.

Esta pesquisa, quando finalizada, será o resultado de colaborações. Assim, por mais que ela leve o meu nome na capa, ela foi feita completamente em conjunto, ou seja, em parceria do conhecimento. São os colaboradores e o pesquisador que vão produzir o resultado, embora a apresentação do trabalho final escrito seja sempre produzida pela ótica do pesquisador. A influência dos colaboradores no trabalho é inseparável e insubstituível. Existe uma lógica mutualista neste processo, como nos afirma Alessandro Portelli: "A entrevista, afinal, é uma troca de olhares e, bem mais que outras formas de arte verbal, a história oral é um gênero multivocal[10], resultado do trabalho comum de uma pluralidade de autores em diálogo". (PORTELLI, 2012, p. 20). Nesta pesquisa, busco deixar claro que o diálogo, como metodologia e suporte teórico, é uma das prerrogativas basilares que possibilitam o desenvolvimento de pesquisas científicas cada vez mais preocupadas com questões democráticas, éticas e humanas.

As bases sociológicas, de igual importância teórica e metodológica, que sustentam esta pesquisa, estão fundamentadas em duas grandes linhas ou formas de pensamento propostas por Bruno Latour (2012) e Edgar Morin (1999). Com Latour, esta pesquisa comunga com o que ele chama de teoria ator-rede. Sendo assim, também comunga com suas ideias sobre a formação de grupos, a importância das narrativas, dos conectores e da subjetividade. Com Edgar Morin, esta pesquisa comunga com sua interpretação dialógica do pensamento e das ideias. Para ele, os processos de troca são de fundamental importância para que qualquer pensamento se mantenha vivo. Comunga também da ideia de complexidade bio-antropo-social. Ou seja, esta pesquisa comunga com a ideia

[10] Várias vozes.

de que a dialógica é parte fundamental para a compreensão de que a realidade existencial é complexa, formada por diversos canais de interações de subjetividades, sejam essas em níveis químicos, elétricos, biológicos, antropológicos, sociais, ou nas palavras de Latour, na ação/conexão de subjetividades humanas e não-humanas.

Qualquer pesquisa sobre o fenômeno do antiproibicionismo no Brasil tem como objetivo problematizar um Estado democrático que permite, por meio de suas leis, a criminalização e o afastamento da sociedade de indivíduos que, na maioria dos casos (exceto em casos comprovados de psicopatia crônica), deveriam receber toda a atenção e assistência do Estado para sua plena integração/reintegração à sociedade (MACRAE, SIMÕES, 2004). As leis proibicionistas brasileiras infringem o direito à cidadania e à dignidade humana, especialmente nas "zonas periféricas", onde se concentra a população de baixa renda. Principalmente quando o Estado, como foi o caso do governo do ex-presidente brasileiro Bolsonaro (2019-2022), insistiu como dito acima, em uma política desastrosa e comprovadamente falida para gerir o problema dos usos e distribuições de substâncias colocadas na ilegalidade. Não há necessidade de retomar o que foi apresentado no primeiro capítulo, porém é importante ressaltar sempre o lado socialmente nefasto da famigerada "guerra as drogas", que na verdade é guerra aos negros, pobres, moradores de periferias, usuários, ou seja, é uma guerra seletiva.

A temática do antiproibicionismo é central nas sociedades contemporâneas e sua pesquisa tem como principal objetivo a expansão do conhecimento humano de forma ética, harmoniosa, fraterna e positiva, tanto para a sociedade quanto para os sujeitos relacionais, na busca por mudanças que acabem com esse tipo de política. Por isso, utilizei como balizador ético para a proposição e execução desta pesquisa o que é regido pelo Conselho Nacional de Saúde. Este órgão federal impôs, para todo o território brasileiro, normas específicas para a realização de pesquisas científicas por meio de suas

atribuições. Dessa forma, esta pesquisa buscou cumprir os requisitos propostos pela Plenária do Conselho Nacional de Saúde em abril de 2016, ao elaborar a Resolução Nº 510.

Já foi dito aqui que esta pesquisa não utiliza entrevistas cedidas diretamente a ela, mas sim ao Coletivo CannabisAtiva da UFRN, disponibilizadas de forma pública na internet. Por questões éticas, outro motivo que vale ressaltar, é que, de acordo com a Resolução, o método dialógico (diálogo entre diversos conhecimentos) é utilizado como ferramenta para interligar as narrativas científicas. A quarta consideração da Resolução Nº 510 reconhece que, para seus fins e concepções pluralistas de ciências, que implicam a adoção de múltiplas perspectivas teórico-metodológicas, são consideradas as ciências Sociais, em suas especificidades impositivamente dialógicas, tanto no campo da teoria quanto da metodologia. Ou seja, não só a teoria utilizada nesta pesquisa é dialógica, ou melhor dizendo, fluentemente dinâmica e mediada por ações, como propõe Bruno Latour (2012), mas também a metodologia analítica utilizada é dialógica e híbrida. Mas que tem como ponto de partida para a investigação a sociologia das associações proposta por Latour (2012).

Começo a partir da afirmação de que tudo é social. De acordo com o pensamento de Latour (2012), aquilo que estudamos como social é formado por subjetividades em associação, sejam elas humanas ou não humanas. Para ele, as associações e as controvérsias geradas pelas relações dinâmicas e complexas entre subjetividades formam a rede do que, sempre provisoriamente, de forma contextualizada e circunstancial, constitui aquilo que chamamos de social.

O que Latour propõe tem implicações diretas na forma como as ciências sociais trabalham. Pensando na questão do movimento social antiproibicionista, ou de qualquer outro tipo de grupo, podemos afirmar que eles não precisam da chancela de nenhuma ciência para existir. O contrário é mais aceitável, ou seja, eles existem e cabe às ciências estudá-los. Sendo assim, não é objetivo desta

pesquisa provar a existência desse movimento social, pois, como dito acima, ele não precisa ser provado. Também não é objetivo desta pesquisa demonstrar quando e como esse movimento surgiu.

Enfim, a principal preocupação desta pesquisa é analisar quais são as possibilidades das relações ator-rede que se manifestam por meio da Articulação Nacional de Marchas da Maconha no século XXI, a partir das mudanças sociais provocadas pela pandemia.

Ao refletir teoricamente sobre as implicações do lugar de fala do pesquisador, ou seja aquele que produz as interpretações e análises do texto final da pesquisa, busquei inspiração na perspectiva fenomenológica proposta por Boaventura de Sousa Santos. Segundo essa perspectiva, o discurso sobre neutralidade, uma impossibilidade, é substituído por um ato mais sincero de admitir que a observação altera o observado. Nessa abordagem, não se abandona em nenhum momento a postura ética que envolve a produção de conhecimento científico. No entanto, ao não negar as implicações da relação entre pesquisador e pesquisa, esta tese busca produzir olhares diversificados sobre a questão das redes críticas às políticas proibicionistas no século XXI e a emergência da Articulação Nacional de Marchas da Maconha.

Outro importante teórico ao qual esta pesquisa se ancora para pensar a questão do lugar de fala é o geógrafo Milton Santos. De acordo com seu pensamento, a produção científica é uma relação que se estabelece entre o sujeito/pesquisador que a produz e o mundo à sua volta.

> (...) podemos afirmar hoje que o objeto é a continuação do sujeito por outros meios. Por isso, todo conhecimento científico é auto-conhecimento. A ciência não descobre, cria, e o acto criativo protagonizado por cada cientista e pela comunidade científica no seu conjunto tem de se conhecer intimamente antes que conheça o que com ele se conhece do real. Os pressupostos metafísicos, os sistemas de crenças, os juízos de valor não estão antes nem depois da explicação. A ciência moderna não é a única explicação possível da realidade e não há sequer qualquer razão científica para considerar melhor as explicações metafísicas, da astrologia, da

> religião, da arte ou da poesia. A razão por que privilegiamos hoje uma forma de conhecimento assente na previsão e no controle dos fenômenos nada tem de científico. É um juízo de valor. A explicação científica dos fenômenos é a auto-justificação da ciência enquanto fenômeno central da nossa contemporaneidade. A ciência é, assim, autobiográfica. (SANTOS, 1995, p. 52)

Por isso, não vejo contradição em ser militante e pesquisador no mesmo campo. Pelo contrário, a inserção mais profunda no campo me proporciona uma perspectiva mais aprofundada do fenômeno. As narrativas e teias de significado suscitadas não me são estranhas, ou seja, não é necessário gastar muita energia para realizar o esforço antropológico da alteridade (mas sim do estranhamento), nem é necessário um tremendo esforço de tradução etnográfica. Por ser militante, tenho domínio das interfaces comunicativas com as quais os sujeitos se relacionam, se conectam, formam redes momentâneas e circunstanciais, humanas e não-humanas, ligadas, ou melhor enredadas, por esse grupo denominado Articulação Nacional de Marchas da Maconha.

Outro fator positivo dessa postura científica proposta, falando especificamente desta pesquisa, é que o acesso às narrativas conflituosas, aos embates e às controvérsias pode ser facilitado. Os grupos tendem a parecer mais coesos quando vistos de fora, porém, quando vistos de dentro, ficam mais nítidas as rupturas, as fragmentações e as dinâmicas de movimento dentro da rede. E é exatamente este o objetivo desta análise: colocar em diálogo as narrativas produzidas por esta pesquisa (ao analisar em seu procedimento inicial as matérias jornalísticas) com as narrativas dos entrevistados, os militantes e jornalistas (dos sites especializados e não especializados). Por meio deste procedimento, esta pesquisa pode obter uma análise que leve em conta de forma aprofundada as

controvérsias que alimentam a existência da rede que sustenta o fenômeno do movimento social antiproibicionista no Brasil.

4. Procedimentos utilizados na realização das análises das matérias jornalísticas, de sites da internet

Ultrapassadas as discussões sobre as possibilidades de neutralidade nas ciências e as questões relativas a uma ciência engajada e motivada em resolver não só problemas técnicos ou econômicos, mas, em conjunto, pensar questões sociais, incluindo as discussões sobre o universo do pesquisado e a inexistência de barreiras fixas entre pesquisador e pesquisado, ou melhor dizendo, entre os colaboradores da pesquisa, pois, como já mencionado, o pesquisador é o campo e o campo é o pesquisador. Enfim, após a superação de todas essas discussões de cunho mais conceitual e teórico, deparei-me com a questão de como, enquanto pesquisador e, ao mesmo tempo, militante da causa antiproibicionista, eu poderia realizar uma análise científica sobre a rede que fomentou o surgimento da Articulação Nacional de Marchas da Maconha.

Para pesquisar matérias jornalísticas, são necessárias algumas preocupações em relação à teoria da análise textual. Desta forma, decidi considerar, como referência para o meu trabalho, o livro "Discursos midiáticos: sentidos de memória e arquivo" de Lúcia Romão e Nádea Gaspar. Neste livro, é discutido que o método analítico do discurso não é um modelo pronto, exigindo que se leve em conta o aparato teórico complexo, entrelaçado por conceitos que se articulam engenhosamente nas redes de discurso, que são compostas por fios e furos que trabalham em igual relevo. Para elas, a inovação trazida pelos computadores e pela internet força os cientistas a renovarem suas concepções, levando em conta as realidades fragmentadas pelas subjetividades em ação.

> Não se pode deixar de mencionar igualmente as novas linguagens que começam a aparecer como objeto de investigação mais recente, relacionadas ao computador e a internet e que nos forçam a rever noções clássicas na teoria como autoria, efeito-sujeito, memória, língua. Em todas essas distintas materialidades o acesso se faz pelo fragmento, pelo resíduo, pelo que sobra e pelo que falta... pelo que escapa ao simbólico, pelo que toca o real da língua e o real do sujeito. Enfim, há uma gama imensa de possibilidades, que atestam

> a potencialidade e o vigor do aparato teórico analítico do campo do discurso. (ROMÃO e GASPAR, 2008, p. 17)

Ao trabalhar com matérias jornalísticas, observei que os sujeitos produtores das narrativas são circunstanciados, contextualizados e referenciados por posições, dinâmicas e fluxos de ações. Não existe nada, principalmente em matéria social, que seja natural, dado, cristalizado, neutro ou linear, e assim também são as narrativas e os discursos. Por mais que existam regras, padrões e classificações, elas sempre estarão furadas, expostas e desgastadas pelas realidades das diversas subjetividades confrontadas pelas dinâmicas de interações da realidade.

> Ao provocar a análise discursiva das posições-sujeitos, materializadas nas textualizações jornalísticas, buscamos construir uma reflexão que leve em conta a linguagem e a sua exterioridade, o político-ideológico e a memória já lá construída pela voz midiática. Dessa maneira, suspeitamos dos sentidos "evidentes" das notícias, isto é, flagrado, nos andaimes da materialidade linguística, o modo como o sujeito constroi os seus percursos de sentido, que não são neutros nem literais. (ROMÃO e GASPAR, 2008, p. 36)

Decidi iniciar a pesquisa por meio da internet devido às suas características peculiares. Além de facilitar o acesso à informação, a internet cria um campo novo de interações sociais. Primeiramente, em relação ao acesso, é mais fácil conseguir acesso a bens materiais de suporte de informações, como livros, revistas, jornais, etc. Segundo, ela rompe com as barreiras geográficas, possibilitando um alcance maior, além de aumentar as possibilidades dialógicas. Por fim, como já foi dito, a internet serviu como o principal meio de interação social durante a pandemia.

> A internet apresenta-se, como todos sabemos, como possibilidade para uma nova forma de virtualização. Ao se conectar à rede, o sujeito se representa como desgastando-se, via linguagem virtual, do tempo e do espaço físico ordinário, e cria uma existência imaginária em território fluente e móvel, pela linguagem. (...). Trata-se, no entender do autor, de um universo indeterminado, pois cada nova conexão em constante extensão pode tornar-se produtora ou emissora de informações novas, imprevisíveis, e reorganizar por

> conta própria parte da conectividade global. (ROMÃO e GASPAR, 2008, p. 144)

Depois de deixar clara a importância do diálogo entre todos os colaboradores da pesquisa, respeitando as assimetrias, porém tomando cuidado para não hierarquizar narrativas, e também, a importância da pesquisa em matérias jornalísticas de sites da internet, é iniciada a etapa da análise das matérias jornalísticas. Foram seis as matérias jornalísticas analisadas neste trabalho sobre a Articulação Nacional de Marchas da Maconha.

A primeira matéria jornalística foi publicada com o título "Marchas da Maconha organizam debate sobre modelos de legalização."[11] A matéria do ano de 2020 diz que no dia 17 de abril, a Marcha Nacional da Articulação realizará o quarto debate da série "Não é só pela maconha que marchamos", que vem sendo construída desde o início da quarentena. A proposta é discutir modelos de legalização que já foram aplicados em outros lugares, como Uruguai, Estados Unidos e Espanha, além de debater projetos que estão em discussão nas casas legislativas do país. O evento também vai listar as aspirações, estratégias e metas para o avanço da agenda anti-proibicionista. Esse foi um momento ímpar, já que devido a pandemia a militância nacional se viu forçada a se articular de forma mais nacional, porém sem desrespeitar as hierarquias locais.

Devido à pandemia do coronavírus, a maioria das Marchas pela Maconha não realizou manifestações nas ruas, como costumam fazer todos os anos. Mas em abril e maio, ações virtuais reuniram marchas e movimentos antiproibicionistas de todo o Brasil e do mundo. O evento foi transmitido simultaneamente em várias páginas de coletivos organizadores de Marchas pela Maconha em todo o Brasil. O tema do debate é "Modelos de Legalização", e contou com convidados como Sheila Geriz, Denis Russo Burgierman, Tamára

[11] https://smokebuddies.com.br/marchas-da-maconha-organizam-debate-sobre-modelos-de-legalizacao/

Silva, Matias Maxx e Marcela Mattos. O evento também contou com apresentações de artistas independentes associados à cultura da cannabis.

O texto da matéria relata a realização de debates virtuais organizados pela Marcha Nacional da Articulação[12], que discutem a conjuntura do movimento e da política de drogas em geral, além de realizarem atividades culturais em conjunto. Até o momento, já foram realizadas três lives, abordando temas como as raízes racistas do proibicionismo e a questão do encarceramento em massa. A quarta live contou com a presença de convidados renomados, como Sheila Geriz e Denis Russo Burgierman, e apresentações de artistas independentes ligados à cultura canábica. O objetivo foi discutir modelos de legalização e estratégias para o avanço da agenda anti-proibicionista.

O texto diz que a transmissão ocorreu no Facebook em várias cidades, incluindo Curitiba, Juiz de Fora, Vitória, Uberlândia, Catanduva, Fortaleza, Campinas, São Luís, Florianópolis, Natal, Belo Horizonte, Recife, Rio de Janeiro, Maceió, Zona Sudoeste, Niterói, Paraty, Teresina e Santos. Por fim, a matéria relata que a articulação de marchas também participou de uma reunião com o deputado Paulo Teixeira, presidente da comissão especial que originou o substitutivo do PL 399/15, que trata da regulamentação da maconha para fins medicinais e industriais no Brasil. A matéria finaliza afirmando que a proposta da articulação é continuar se reunindo e tentar agregar o maior número possível de Marchas da Maconha pelo país, aproveitando o período de isolamento para expandir virtualmente e fortalecer a rede antiproibicionista.

A próxima matéria jornalística[13] foi publicada com o título da matéria diz "Articulação Nacional de Marchas realiza fórum virtual no Dia Mundial da Maconha. Smoke Buddies, 04 jun. 2021." A matéria diz que no dia 20 de abril

[12] É bom deixar registrado que neste momento o nome Articulação Nacional de Marchas da Maconha ainda não havia sido escolhido.
[13] https://smokebuddies.com.br/articulacao-nacional-de-marchas-realiza-forum-virtual-no-dia-mundial-da-maconha/

de 2021, a Articulação Nacional de Marchas da Maconha promoveu um fórum virtual em comemoração ao Dia Mundial da Maconha, com o objetivo de discutir "A regulamentação brasileira que queremos". O evento contou com três mesas de debate que abordaram o passado, presente e futuro da regulamentação da maconha no Brasil, além de um curso sobre cannabis medicinal e um encerramento cultural.

Ela afirma que devido à pandemia, o fórum virtual foi uma forma de manifestação e ativismo canábico, já que não seria possível realizar marchas presenciais. A transmissão do evento foi realizada por mais de 40 páginas de marchas da maconha e coletivos antiproibicionistas no Facebook. De acordo com a matéria, a organização da ANMM busca criar políticas de reparação social, trabalhos de base estruturados, eventos educativos, cursos, mesas de debate, expansão da cultura canábica e a reivindicação de uma regulamentação justa e democrática.

A matéria também apresenta as mesas que aconteceram no evento. Na primeira mesa de debate, com o tema "O passado nos condena", os mediadores foram Zazá "Lula" Almeida e Wagner Coutinho "Joe", e os convidados foram Janaina Rubio Gonçalves, Edward MacRae, Gabi Moncau e a professora Jussara Lopes. Eles discutiram as histórias e narrativas da proibição da maconha no Brasil, abordando temas como as raízes racistas, as mazelas estruturais e a estigmatização da cannabis.

Na segunda mesa, intitulada "A que ponto chegamos? Em que ponto estamos?", a mediação ficou a cargo de Guilherme Campos, e os convidados foram Paulo Teixeira, Luciana Boiteux e Dra. Eliane Nunes. Eles fizeram uma análise da conjuntura atual da regulamentação da maconha no Brasil, abordando propostas e projetos de lei já existentes, em vigor e em tramitação, e avaliando em que medida essas propostas contemplam os interesses dos defensores da legalização.

Na terceira mesa, intitulada "Para onde iremos? Iremos para onde queremos ir?", os mediadores foram Paulo Mariante e Giancarlo Pieracciani, e os convidados foram organizações/delegações de Marchas da Maconha, Associações, Movimentos e Coletivos Antiproibicionistas. Eles discutiram modelos de regulamentação, propostas legislativas de regulamentação e os próximos passos para a luta pela regulamentação da maconha no Brasil.

Além das mesas de debate, o fórum também ofereceu um curso sobre cannabis medicinal, ministrado pelo V Curso sobre Cannabis Medicinal da Universidade Federal de São Paulo. Por fim, o fórum contou com um encerramento cultural, com a participação de artistas como Chelo Lion & His Yellow Fingers, Marina Peralta, Hélio Bentes, Síntese, Jah I RAS, Mato Seco e Cidade Verde.

A próxima matéria jornalística foi publicada com o título “Articulação Nacional Marchas da Maconha"[14]. O texto diz que o episódio em questão conta com a participação de representantes da Articulação Nacional de Marchas da Maconha, que discutem como essa iniciativa surgiu, suas atuações, financiamentos, objetivos, perspectivas futuras, entre outros temas. A matéria também afirma que o coletivo Marchas da Maconha é considerado a maior manifestação ativista antiproibicionista do país, e busca superar o proibicionismo, descriminalizar, regular e legalizar a maconha e outras drogas no Brasil. A entrevista mostra a importância da mobilização social na luta contra o proibicionismo e na busca por políticas mais justas e eficazes de drogas no país.

Com base nas informações apresentadas no podcast "Maconhômetro Sociedade", podemos perceber a importância da Articulação Nacional de Marchas da Maconha na mobilização e organização do debate sobre a política de drogas no Brasil. Através da participação de representantes de diversas entidades, organizações, coletivos antiproibicionistas e associações de pacientes,

[14]https://podcasts.apple.com/us/podcast/entrevista-articula%C3%A7%C3%A3o-nacional-marchas-da-maconha/id1500605403?i=1000522957367&l=es

a articulação busca discutir as narrativas em torno da superação do proibicionismo, da descriminalização, regulação e legalização da maconha e outras drogas no país. Nesse sentido, a entrevista, feita por essa matéria, com Daiane Ros e Ingryd Rodrigues, ativistas da Marcha da Maconha Maceió e Marcha da Maconha Belo Horizonte, respectivamente, nos permite entender como essa iniciativa surgiu, como atuam, se financiam e quais são seus objetivos, trazendo importantes reflexões sobre o tema.

Além disso, a matéria também afirma que a Articulação Nacional de Marchas da Maconha busca fortalecer a rede antiproibicionista no Brasil, promovendo atividades diversas, artísticas ou de formação, para difundir conhecimento e informações relevantes sobre o tema, aproveitando inclusive o período de isolamento social para expandir virtualmente. A luta pela legalização da maconha e outras drogas no país é um tema relevante e atual, e a articulação desempenha um papel fundamental na mobilização e organização desse debate, trazendo vozes diversas para a discussão e buscando transformar a política de drogas no Brasil.

A próxima matéria jornalística foi publicada com o título " Marchas da Maconha se posicionam contra a incorporação do CBD isolado ao SUS"[15]. A matéria diz que a Articulação Nacional de Marchas da Maconha está convocando todos os ativistas, usuários, pacientes, familiares e interessados que defendem e/ou utilizam as propriedades medicinais da cannabis a se manifestarem contra a incorporação do canabidiol isolado (CBD) da empresa farmacêutica Prati-Donaduzzi no Sistema Único de Saúde (SUS) via consulta pública da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC). Essa consulta ficou aberta até 15 de março de 2021. O texto da matéria argumenta que a organização acredita que a incorporação revelou, mais uma vez, a necropolítica repetida do governo federal de Jair Bolsonaro, que privilegia os interesses

[15]https://smokebuddies.com.br/marchas-da-maconha-se-posicionam-contra-a-incorporacao-do-cbd-isolado-ao-sus/ intitulada

econômicos da grande indústria farmacêutica em detrimento da saúde dos usuários e da população em geral. De acordo com a publicação, a organização argumenta que a incorporação visa restringir a manipulação da maconha para a grande indústria e o tráfico de drogas, ignorando o importante papel do cultivo doméstico e do cultivo associativo de pacientes através da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). A organização acredita que essa medida, assim como outras ações recentes, como a negação do direito ao cultivo pela APEPI (11/2020) e a recente tentativa de suspender o direito ao cultivo pela ABRACE (02/2021), coloca os pacientes que precisam da produção associativa em risco e ameaça sua dignidade e qualidade de vida durante o tratamento. A organização também cita a concessão da patente para o óleo de CBD isolado (06/2020) pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) para a mesma empresa que se beneficiou da consulta como motivo para resistir à incorporação.

A matéria também traz o relatório técnico elaborado pela Conitec, o impacto orçamentário da incorporação do CBD Prati-Donaduzzi® no SUS para a epilepsia refratária foi estimado em R$ 80 milhões por ano com impostos ou R$ 70 milhões sem impostos, totalizando R$ 416 milhões (com impostos) ou R$ 337 milhões (sem impostos) ao longo de cinco anos no já subfinanciado SUS. Enquanto isso, uma garrafa de 60 ml de óleo de CBD de 200 mg/ml da PRATI é vendida por R$2.500, o gasto mensal para o tratamento através da ABRACE e APEPI varia de R$200 a R$700. Por sua vez, com o cultivo doméstico e a produção caseira de óleo de maconha integral, os custos variam de R$20 a R$80 por mês. A organização também argumenta que as pesquisas e experiências clínicas atuais das propriedades medicinais da maconha apontam para problemas com o uso de compostos isolados, como o que a PRATI busca monopolizar. Há uma menor eficácia do uso de compostos isolados em comparação com o óleo de maconha integral, porque este contém toda a riqueza de canabinoides e terpenos da planta, e há interação entre esses compostos no corpo humano, conhecida como efeito entourage.

A próxima matéria jornalística foi publicada com o título“ Marchas da Maconha apresentam encontro de mulheres antiproibicionistas para celebrar de março”[16]. O texto jornalístico apresenta o Encontro de Mulheres Antiproibicionistas, promovido pela Articulação Nacional de Marchas da Maconha em celebração ao Dia Internacional da Mulher. A proposta foi debater sobre os eixos de Liberdade, Saúde e Resistência, apresentando a luta feminista pela liberdade da mulher e a luta contra o proibicionismo, que afeta a vida da mulher de diversas formas. Uma delas é o aborto, por exemplo, que ainda é proibido. Além disso, o texto aborda a questão da guerra às drogas no Brasil, que nada mais é do que o genocídio da população preta, pobre e periférica, e como essa política do Estado afeta a vida da mulher negra, pobre e periférica, que representa a maior parte da população carcerária feminina.

O texto ainda destaca que a regulação das substâncias não é feita de acordo com a preocupação em relação à saúde das pessoas, mas sim por interesses, o que gera preconceito em relação ao uso da maconha. Porém, é possível observar uma mudança de pensamento nesse sentido, como a quinta edição do curso de cannabis medicinal desenvolvido na Unifesp, com mais de 14 mil inscritos, mostrando que a maconha pode ajudar em várias questões de saúde e na economia do país com o recolhimento de impostos. Em suma, o texto apresenta a luta antiproibicionista como uma forma de defender o direito ao corpo, à liberdade e à vida das mulheres, principalmente aquelas que são mais vulneráveis e afetadas pelo sistema opressor e excludente da sociedade.

Além disso, o texto destaca a importância da união das mulheres nessa luta, já que a opressão não afeta todas da mesma forma, e é preciso dar voz às mulheres que mais sofrem com o sistema proibicionista. Isso inclui as mulheres negras, periféricas, trans e outras minorias que têm suas vidas e liberdades constantemente ameaçadas pelo Estado e pela sociedade.

[16]https://revistaforum.com.br/mulher/2021/3/5/marchas-da-maconha-apresentam-encontro-de-mulheres-antiproibicionistas-para-celebrar-de-maro-92920.html intitulada

Outro ponto importante é a necessidade de políticas públicas que visem a redução de danos e o acesso à informação sobre drogas, para que as pessoas possam tomar decisões conscientes e seguras sobre seu consumo. Essas políticas devem ser inclusivas e voltadas para as necessidades específicas de cada grupo, sem perpetuar o preconceito e a discriminação.

Em suma, o texto evidencia a importância da luta antiproibicionista na defesa dos direitos das mulheres e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A criminalização das drogas afeta a vida de muitas mulheres de diversas formas, e é preciso dar voz a essas mulheres e lutar por políticas públicas que visem a redução de danos e o acesso à informação. A união das mulheres nessa luta é fundamental para garantir que todas sejam ouvidas e que ninguém seja deixado para trás.

A próxima matéria jornalística foi intitulada “Articulação Nacional promove reflexão no Dia Mundial da Maconha”[17]. O texto jornalístico apresenta o evento promovido pela Articulação Nacional de Marchas da Maconha, intitulado "Passado, Presente e Futuro: a regulamentação brasileira que queremos", como uma importante iniciativa para debater a questão da proibição da maconha no Brasil. Através de mesas de discussão, a atividade busca trazer reflexões acerca do passado, presente e futuro da regulamentação da cannabis no país.

De acordo com a matéria, o evento contou com a participação de renomados especialistas no assunto, incluindo o deputado federal Paulo Teixeira (PT-SP), e trouxe de temas relevantes como a história da proibição da maconha, a conjuntura atual das propostas e projetos de lei em tramitação no país, e modelos de regulamentação para o futuro.

[17] https://folhasantista.com.br/noticias/ativismo/articulacao-nacional-promove-reflexao-no-dia-mundial-da-maconha/

A reportagem destaca a importância do debate sobre a regulamentação da maconha para a promoção da saúde pública, segurança e justiça social. A proibição atual não tem sido eficaz em combater o tráfico de drogas e tem gerado prejuízos sociais e econômicos, como a superlotação dos presídios, violência policial, marginalização social e a falta de acesso a tratamentos médicos à base da cannabis.

A matéria também diz que, por outro lado, a regulamentação da maconha pode trazer benefícios significativos, como a redução da violência, a geração de empregos e arrecadação de impostos, além de permitir o acesso a produtos derivados da cannabis com finalidades terapêuticas. Portanto, é preciso ampliar o debate e buscar soluções regulatórias que levem em consideração as necessidades e direitos de todos os envolvidos na questão.

A matéria finaliza dizendo que, o evento promovido pela Articulação Nacional de Marchas da Maconha é, portanto, uma excelente oportunidade para essa discussão, que é essencial para a construção de políticas públicas mais justas e eficazes em relação à regulamentação da maconha no Brasil.

Ao todo, foram cinco matérias analisadas relacionadas à Articulação Nacional de Marchas da Maconha (ANMM). Cada uma delas abordou diferentes eventos, atividades e posicionamentos da organização em relação à política de drogas no Brasil.

A primeira matéria relatou a realização de debates virtuais organizados pela ANMM, com o objetivo de discutir modelos de legalização da maconha e projetos legislativos em tramitação no país. O evento foi adaptado para o formato virtual devido à pandemia da COVID-19, reunindo ativistas de várias cidades e promovendo estratégias para avançar na agenda antiproibicionista.

A segunda matéria destacou um fórum virtual realizado pela ANMM em comemoração ao Dia Mundial da Maconha. O evento abordou temas como a história da proibição da maconha, a conjuntura atual das propostas de

regulamentação e modelos futuros. Além disso, o fórum ofereceu um curso sobre cannabis medicinal e apresentações culturais, reforçando a importância da difusão de informações relevantes sobre o tema.

A terceira matéria trouxe a posição da ANMM contra a incorporação do canabidiol isolado (CBD) da empresa Prati-Donaduzzi no Sistema Único de Saúde (SUS) via consulta pública da CONITEC. A organização alegou que essa incorporação privilegia interesses econômicos em detrimento da saúde dos usuários e da população em geral. Também destacou a importância do cultivo doméstico e do cultivo associativo de pacientes através da ANVISA e questionou a eficácia do uso de compostos isolados em comparação com o óleo de maconha integral.

A quarta matéria apresentou o Encontro de Mulheres Antiproibicionistas promovido pela ANMM em celebração ao Dia Internacional da Mulher. O evento buscou debater a luta feminista pela liberdade da mulher e a resistência contra o proibicionismo, enfatizando como essa política afeta especialmente a vida das mulheres mais vulneráveis, como as mulheres negras e periféricas. A união das mulheres nessa luta foi destacada como fundamental para dar voz àquelas que são mais afetadas pelo sistema opressor e excludente da sociedade.

Por fim, a quinta matéria descreveu um evento promovido pela ANMM que propôs reflexões sobre o passado, presente e futuro da regulamentação da maconha no Brasil. Especialistas no assunto participaram das discussões, incluindo o deputado federal Paulo Teixeira. A importância da regulamentação da maconha foi enfatizada para a promoção da saúde pública, segurança e justiça social, ressaltando a necessidade de políticas mais justas e eficazes em relação às drogas no país.

Todas essas matérias jornalísticas refletem, ao mesmo tempo, as subjetividades que envolvem o caráter organizacional e estrutural da Articulação Nacional de Marchas da Maconha (ANMM) com suas abordagens traz temáticas

de pautas sociais, e, a dificuldade midiática jornalística, já que apenas cinco matérias foram encontradas. Seria necessário um trabalho aprofundado nas ciências da comunicação para entender o motivo disso acontecer, sem correr o risco de cair em especulações ou afirmações superficiais, como por exemplo, colocar a culpa no capitalismo, nos meios de produção, etc. Essa pesquisa poderia se debruçar sobre essas questões referente ao meio midiático, porém esse não é nosso foco.

Dessa forma, o que vale ressaltar, é que, mesmo de forma parca, ou tímida, a ANMM foi notícia na mídia brasileira (especializada ou não no tema), seja pela questão da saúde, seja pela questão da luta virtual no momento da pandemia, seja por outras pautas transversais das lutas sociais no Brasil, que como apresentarei mais a frente, operam quase que intrinsecamente na luta antiproibicionista no Brasil. A apresentação dessas matérias midiáticas podem ajudar a facilitar a compreensão das próximas etapas desta pesquisa. Os temas que constantemente aparecem na mídia se refletem nos discursos acionados em maior ou menor intensidade por vários sujeitos, como podemos ver nos próximos capítulos dedicados à etapa das entrevistas.

A seguir a pesquisa estabelece a relação entre duas subjetividades a serem analisadas, a saber: realizar um levantamento dos principais documentos e publicações da ANMM (subjetividades estruturais) e realizar a análise das entrevistas (subjetividades humanas), ou, nas palavras de Latour (2012), das interações entre humanos e não humanos em uma rede dinâmica que constrói e desconstrói grupos.

5. O não-humano e sua subjetividade estrutural e organizacional nas relações sociais

A Articulação Nacional de Marchas da Maconha está representada atualmente por várias cidades, regiões e grupos. A lista de participantes e seus contatos a seguir foram feitas de acordo com as informações do Trello[18] da ANMM[19]. Em Aracaju, Sergipe, a Marcha da Maconha tem uma página no Facebook em fb.com/marchadamaconhaaju/ e uma conta no Instagram em @marchadamaconhaaju. Em Araraquara, São Paulo, a página da Marcha da Maconha no Facebook é fb.com/marchadamaconhaaqa/. Em Balneário Camboriú, Santa Catarina, a página da Marcha da Maconha no Facebook é fb.com/marchadamaconhabalneariocamboriu/. Em Belém, Pará, a página da Marcha da Maconha no Facebook é fb.com/legalizebelem e a conta no Instagram é @legalizebelem. Além disso, eles possuem um email ativo em legalizebelem@gmail.com. Em Belo Horizonte, em Minas Gerais, tem uma página da Marcha da Maconha no Facebook em fb.com/MarchaDaMaconhaBH/ e uma conta no Instagram em @marchadamaconhabh. Além disso, eles possuem um email ativo em marchadamaconhabh@gmail.com. Em Brasília, no Distrito Federal, tem uma página da Marcha da Maconha no Facebook em fb.com/MarchaDaMaconhaBrasiliaDF/ e uma conta no Instagram em @marcha.bsb. Em Campinas, São Paulo, a página da Marcha da Maconha no Facebook é fb.com/mmcampinas/ e a conta no Instagram é @marchadamaconhacps. Eles possuem um email ativo em marchadamaconhacps@gmail.com. Em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, a página da Marcha da Maconha no Facebook é fb.com/marchadamaconhacg/ e a conta no Instagram é @marchadamaconhacg. Eles possuem um email ativo em marchadamaconhacgms@gmail.com. Em Campos dos Goytacazes, Rio de

[18] O Trello é a ferramenta visual online que possibilita ao time o gerenciamento de qualquer tipo de projeto, fluxo de trabalho ou monitoramento de tarefas. Adicione arquivos, checklists ou até mesmo automação.
[19] https://trello.com/b/a7Pt59Iz/articula%C3%A7%C3%A3o-nacional-de-marchas-da-maconha.

Janeiro, a conta no Instagram da Marcha da Maconha é @marchadamaconhacampos e eles possuem um email ativo em marchadamaconhacmps@gmail.com. No Cariri, Ceará, a página da Marcha da Maconha no Facebook é fb.com/marchadamaconhacariri/ e a conta no Instagram é @marchadamaconhacaririoficial. Eles possuem um email ativo em marchamcariri@gmail.com. Em Catanduva, São Paulo, a página da Marcha da Maconha no Facebook é fb.com/Marcha-da-maconha-Catanduva-107295620805276/ e a conta no Instagram é @marchadamaconhacatanduva. Eles possuem um email ativo em marchadamaconhacatanduva@gmail.com. Em Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul, a página da Marcha da Maconha no Facebook em fb.com/marchadamaconhacxs/ e no Instagram em @marchadamaconhacxs. Em Chapecó, Santa Catarina, a marcha pode ser encontrada no Facebook em fb.com/marchachapeco/, mas não há perfil no Instagram. Já em Contagem, Minas Gerais, a marcha está presente no Facebook em fb.com/profile.php?id=1665658710330116 e no Instagram como @marchadamaconhacontagem, além de possuir um e-mail ativo, marchadamaconhacontagem@gmail.com. Em Cuiabá, Mato Grosso, é possível encontrar a marcha no Facebook em fb.com/marchadamaconhacba/ e por e-mail em marchadamaconhamt@gmail.com. Em Curitiba, Paraná, a marcha pode ser encontrada no Facebook em fb.com/marchadamaconhacuritiba/ e no Instagram em @marchadamaconhacwb. Em Dourados, Mato Grosso do Sul, a marcha possui um perfil no Facebook em fb.com/Marcha-da-Maconha-de-Dourados-222912828054750/ e no Instagram em @marchadamaconhadourados. Em Duque de Caxias, Rio de Janeiro, a marcha pode ser encontrada no Facebook em fb.com/marchadamaconhadcx/. Em Florianópolis, Santa Catarina, a marcha está presente no Facebook em fb.com/MarchadaMaconhaFloripa/ e no Instagram em @marchadamaconhafloripa. Em Fortaleza, Ceará, a marcha pode ser encontrada no Facebook em fb.com/MarchaDaMaconhaFortaleza/ e no Instagram como @marchadamaconhafortaleza, além de possuir um e-mail ativo,

marchadamaconhafortaleza@gmail.com. Em França, São Paulo, a marcha está presente no Facebook em fb.com/machardamaconhafrancasp/. Em Goiânia, Goiás, a marcha pode ser encontrada no Instagram como @marchadamaconha.goiania. Em Guarulhos, São Paulo, a marcha está presente no Facebook em fb.com/marchadamaconhadeguarulhos/. Em Igarassu, Pernambuco, a marcha pode ser encontrada no Instagram em @mdamaconhaigarassu. Em Ilha do Governador, Rio de Janeiro, a marcha possui um perfil no Instagram em @marchadamaconhailha e um e-mail ativo, marchadamaconhailha@gmail.com. Em Itaboraí, Rio de Janeiro, a marcha pode ser encontrada no Facebook em fb.com/Marcha-da-Maconha-Itabora%C3%AD-717315728310174/. Em Itajaí, Santa Catarina, a marcha está presente no Facebook em fb.com/marchadamaconhaitajai/. Em João Pessoa, Paraíba, a marcha pode ser encontrada no Facebook em fb.com/marchadamaconhajp/ e no Instagram em @marchadamaconha_jampa. Em Joinville, Santa Catarina, a página do Facebook é fb.com/marchadamaconhajoinville/, o Instagram é @marchadamaconhajoinville e o e-mail ativo é marchadamaconhajoinville@gmail.com. Em Juiz de Fora, Minas Gerais, a página do Facebook é fb.com/MarchaDaMaconhaJF/, o Instagram é @marchadamaconhajf e o e-mail ativo é marchadamaconha.juizdefora@gmail.com. Em Jundiaí, São Paulo, a página do Facebook é fb.com/marchadamaconhajundiai/. Em Lavras, Minas Gerais, a página do Facebook é fb.com/marchalavras/. Em Londrina, Paraná, há duas páginas do Facebook para a Marcha da Maconha, sendo elas fb.com/Marcha-da-Maconha-Londrina-458508777677814/ e fb.com/marchadamaconhalondrina/. Em Maceió, Alagoas, a página do Facebook é fb.com/MarchaMaconhaMcz/, o Instagram é @marchadamaconhamaceio e o e-mail ativo é marchadamaconhamaceio@gmail.com. Em Natal, Rio Grande do Norte, a página do Facebook é fb.com/MarchaDaMaconhaPotiguar, o Instagram é @marchadamaconhanatal e o e-mail ativo é marchadamaconharn@gmail.com. Em Niterói, Rio de Janeiro, a página do Facebook é

fb.com/marcha.maconhauberlandia/ e o Instagram é @marchadamaconhaniteroi. No Pará de Minas, Minas Gerais, a página do Facebook é fb.com/LegalizaParaDeMinas/, o Instagram é @legalizaparademinas e o e-mail ativo é marchadamaconhaparademinas@gmail.com. Em Paraty, Rio de Janeiro, a página do Facebook é fb.com/marchadamaconhaparaty/. Em Pato Branco, Paraná, a página do Facebook é fb.com/marchadamaconhapatobranco/. Em Pelotas, Rio Grande do Sul, a página do Facebook é fb.com/marchadamaconhapelotas/ e o Instagram é @marchadamaconhapel. Em Piracicaba, São Paulo, a página do Facebook é fb.com/Marcha-da-Maconha-piracicaba-891924397509746/. Em Piripiri, Piauí, a página do Facebook é fb.com/MarchaDaMaconhaPiripiri/ e o Instagram é @marchadamaconhapiripiri. E por fim, em Poá, São Paulo, a página do Facebook é fb.com/MarchaDaMaconhaPoa2012/.

Cidade	Estado	Página do Facebook	Perfil do Instagram	Email
Aracaju	Sergipe	fb.com/marchadamaconhaaju/	@marchadamaconhaaju	-
Araraquara	São Paulo	fb.com/marchadamaconhaaqa/	-	-
Balneário Camboriú	Santa Catarina	fb.com/marchadamaconhabalneariocamboriu/	-	-
Belém	Pará	fb.com/legalizebelem	@legalizebelem	legalizebelem@gmail.com
Belo Horizonte	Minas Gerais	fb.com/MarchaDaMaconhaBH/	@marchadamaconhabh	marchadamaconhabh@gmail.com
Brasília	Distrito Federal	fb.com/MarchaDaMaconhaBrasiliaDF/	@marcha.bsb	-
Campinas	São Paulo	fb.com/mmcampinas/	@marchadamaconhacps	marchadamaconhacps@gmail.com
Campo Grande	Mato Grosso do Sul	fb.com/marchadamaconhacg/	@marchadamaconhacg	marchadamaconhacgms@gmail.com
Campos dos Goytacazes	Rio de Janeiro	-	@marchadamaconhacampos	marchadamaconhacmps@gmail.com

Cariri	Ceará	fb.com/marchadamaconhacariri/	@marchadamaconhacaririoficial	marchamcariri@gmail.com
Catanduva	São Paulo	fb.com/Marcha-da-maconha-Catanduva-107295620805276/	@marchadamaconhacatanduva	marchadamaconhacatanduva@gmail.com
Caxias do Sul	Rio Grande do Sul	fb.com/marchadamaconhacxs/	@marchadamaconhacxs	-
Chapecó	Santa Catarina	fb.com/marchachapeco/	-	-
Contagem	Minas Gerais	fb.com/profile.php?id=1665658710330116	@marchadamaconhacontagem	marchadamaconhacontagem@gmail.com
Cuiabá	Mato Grosso	fb.com/marchadamaconhacba/	-	marchadamaconhamt@gmail.com
Curitiba	Paraná	fb.com/marchadamaconhacuritiba/	@marchadamaconhacwb	-
Dourados	Mato Grosso do Sul	fb.com/Marcha-da-Maconha-de-Dourados-222912828054750/	@marchadamaconhadourados	-
Duque de Caxias	Rio de Janeiro	fb.com/marchadamaconhadcx/	-	-
Florianópolis	Santa Catarina	fb.com/MarchadaMaconhaFloripa/	@marchadamaconhafloripa	-
Fortaleza	Ceará	fb.com/MarchaDaMaconhaFortaleza/	@marchadamaconhafortaleza	marchadamaconhafortaleza@gmail.com
França	São Paulo	fb.com/machardamaconhafrancasp/	-	-
Goiânia	Goiás	-	@marchadamaconha.goiania	-
Guarulhos	São Paulo	fb.com/marchadamaconhadeguarulhos/	-	-
Igarassu	Pernambuco	-	@mdamaconhaigarassu	-
Ilha do Governador	Rio de Janeiro	-	@marchadamaconhailha	marchadamaconhailha@gmail.com

Itaboraí	Rio de Janeiro	fb.com/Marcha-da-Maconha-Itabora%C3%AD-717315728310174/	-	-
Itajaí	Santa Catarina	fb.com/marchadamaconhaitajai/	-	-
João Pessoa	Paraíba	fb.com/marchadamaconhajp/	@marchadamaconha_jampa	-
Joinville	Santa Catarina	fb.com/marchadamaconhajoinville/	@marchadamaconhajoinville	marchadamaconhajoinville@gmail.com
Juiz de Fora	Minas Gerais	fb.com/MarchaDaMaconhaJF/	@marchadamaconhajf	marchadamaconha.juizdefora@gmail.com
Jundiaí	São Paulo	fb.com/marchadamaconhajundiai/	-	-
Lavras	Minas Gerais	fb.com/marchalavras/	-	-
Londrina	Paraná	fb.com/Marcha-da-Maconha-Londrina-458508777677814/	-	-
Maceió	Alagoas	fb.com/MarchaMaconhaMcz/	@marchadamaconhamaceio	marchadamaconhamaceio@gmail.com
Natal	Rio Grande do Norte	fb.com/MarchaDaMaconhaPotiguar/	@marchadamaconhanatal	marchadamaconharn@gmail.com
Niterói	Rio de Janeiro	fb.com/marcha.maconhauberlandia/	@marchadamaconhaniteroi	-
Pará de Minas	Minas Gerais	fb.com/Legal		

Outro documento importante, que consta no Trello, para conhecer melhor a ANMM é a sua cartilha de boas vindas. No início da cartilha é apresentada a parte relacionada à própria existência da ANMM, em forma de pergunta "Quem somos?" A organização diz ser um espaço de articulação dos coletivos e ativistas que constroem as marchas da maconha em diversos estados do Brasil. O objetivo

é organizar a luta pela mudança nas leis e políticas de drogas do país, além de fomentar a criação de novas marchas, manter o registro histórico das lutas e dos eventos realizados. Buscamos a partir da ação coletiva, combater o racismo, a misoginia, a LGBTQIA+fobia, o sexismo, o encarceramento em massa, a hipocrisia, o preconceito e o estigma em relação à saúde mental, às substâncias legais e ilegais, às pessoas que usam drogas, à cultura canábica e fortalecer a luta antimanicomial. Reivindicamos o respeito à liberdade, autonomia das pessoas e o fim da guerra aos pobres. Outra pergunta contida na cartilha é "como nos organizamos?" E de acordo com a cartilha, a ANMM se reúne todos os domingos às 20h da noite na plataforma Zoom para deliberações e debates pertinentes. As reuniões seguem uma organização mínima, com definição de uma pessoa para mediação e outra para a relatoria dos encaminhamentos, preferencialmente de forma rotativa. As reuniões podem delegar tarefas temporárias para voluntários, criar grupos de trabalhos para executar atividades pontuais e cunham, soberanamente, as decisões coletivas.

Os grupos são divididos em uma plataforma virtual, por meio da utilização do aplicativo WhatsApp, o Grupo chamado de Geral é o espaço de contato inicial dos coletivos e ativistas com a Articulação, criando uma verdadeira rede de troca de informações, onde ocorre o acolhimento de novos militantes, divulgação de eventos e engajamento para campanhas antiproibicionistas e antimanicomiais.

Já os grupos de trabalho são: Operativo MarchasBR, grupo para execução de tarefas gerais. Costuma ser o canal de comunicação entre os membros ativos nas reuniões e que estão executando alguma tarefa pontual ou do dia a dia. O GT Comunicação Articulação, grupo para demandas de comunicação e redes sociais: neste grupo, são produzidas as artes, textos e principais estratégias para expansão midiática de nossas campanhas e eventos. O GT Formação Cont. ANMM grupo que promoveu encontros semanais para trocas pedagógicas sobre variados temas

pertinentes à nossa construção, tendo como facilitadores[20] membros internos e convidados externos. Maconha e Direitos Humanos, este grupo busca viabilizar ações concretas para defender as garantias constitucionais, bem como os princípios fundamentais. Articulação Mulheres, este grupo é composto quase que exclusivamente por mulheres e tem como objetivo tratar temáticas de gênero e emancipação da mulher. O GT do PL Popular, grupo que surgiu da necessidade de operacionalizar nossa campanha a respeito da construção do projeto de lei de iniciativa popular que queremos. Esta proposta está sendo realizada a partir do Grande Fórum Antiproibicionista, composto por atos (encontros) focalizados neste debate.

Atualmente existem dois subgrupos de trabalhos ligados a esta campanha, cuja missão é discutir e cunhar duas grandes teses para o projeto. O GT Harmonia, grupo que tem como função manter a harmonia da organização como um todo, propondo soluções metodológicas para tratamento de conflitos internos e violações, além de formular propostas de acordos de convivência para constar na carta de princípios e ser aplicado pelos moderadores dos chats e respaldar os trabalhos das comissões de mediação e ética, garantindo um ambiente de construção seguro, acolhedor e livre de todas as opressões. O GT Agenda, que tem a função de planejar o calendário com eventos e campanhas da ANMM e, a partir disso, propor a pauta das reuniões ordinárias. O GT Admins Grupão ANMN, grupo que reúne os membros da Articulação que estão em período de gestão da administração do grupo geral, responsáveis pela comunicação harmônica no grupão geral do whatsapp, as pessoas que fazem parte desse grupo são responsáveis por manter a "paz" evitando que pessoas se

[20] Um facilitador, dentro da metodologia de apresentação de seminários, eventos, palestras, etc., é alguém que desempenha o papel de tornar o processo mais suave, eficiente e eficaz. Dentro do contexto da ANMM onde os princípios de descentralização e igualdade são enfatizados, a dinâmica do facilitador é adaptada para refletir uma abordagem mais descentralizada e igualitária. Nesses casos, o papel do facilitador é compartilhado entre os participantes ou rotativo entre eles, permitindo uma distribuição equitativa de responsabilidades e uma participação mais ampla e inclusiva.

exaltam nas discussões e até silenciando o grupo quando necessário. Além disso, ele tem como objetivo trocas entre os responsáveis por observar cumprimento das regras e adição ou exclusão de membros. Além de definir os trabalhos de cada grupo a cartilha ainda traz algumas recomendações importantes para o bom funcionamento da ANMM, como por exemplo, o que não se pode fazer entre os interlocutores dos grupos: falas acusatórias, ofensivamente insinuativas, misóginas, racistas, manicomizante, grosserias, ordens e cobranças autoritárias, escarnecimento, maus julgamentos, regionalismo, capacitismo, xenofobias, preconceitos com LGBTQIA+; além de definir procedimentos de intervenção nesses assuntos, em caso de violação, quem se sentir ofendido deve marcar a mensagem da ofensa e solicitar ao outro que apague a mensagem, que cesse os ataques, e/ou que se retifique. Se o detrator insistir, poderá ser removido a qualquer momento pela moderação. Como já foi dito, esse grupo tem a prerrogativa de moderação e pode ainda fechar o chat quando algum problema inflamar.

Os principais meios de comunicação de mídia da ANMM são: a página do youtube do Descriminaliza STF e o canal do facebook Descriminaliza STF (em conjunto com as páginas cruzadas das Marchas da Maconha citadas acima). Considerando o teor dos conteúdos disponibilizados na página do Descriminaliza STF no Facebook e no youtube, que conta com um total de 167 vídeos publicados desde o ano de 2020, é possível afirmar que a análise minuciosa de cada um deles seria uma tarefa árdua e demandaria um extenso período de tempo. Nesse sentido, optou-se por selecionar alguns momentos que se mostraram mais significativos e coerentes com as entrevistas utilizadas neste estudo, com o intuito de apresentar um compilado de informações relevantes. É importante ressaltar a coesão entre os conteúdos selecionados e a temática central da pesquisa, garantindo a coerência do texto. Foram escolhidos os links do facebook, já que é a partir dessa página que são retransmitidos para o youtube todos os vídeos postados.

O primeiro vídeo analisado foi publicado em 16 de setembro de 2020, foi publicado no Facebook uma discussão intitulada "Papo bolado: debatendo o PL 399/2015"[21] pelo perfil DescriminalizaSTF. O Projeto de Lei federal que visa regulamentar o cultivo e produção de cannabis para fins medicinais no Brasil foi o tema em destaque. Embora o projeto seja apoiado por associações de pacientes, é recebido com ressalvas pelos movimentos sociais antiproibicionistas, enquanto políticos conservadores da base do governo fazem campanha contrária baseada em mentiras. A discussão buscou avaliar o PL 399/2015, seus avanços e retrocessos.

O próximo vídeo foi publicado no dia 27 de novembro de 2020, o Movimento pela Legalização da Maconha organizou uma live em função do Dia Nacional da Maconha Medicinal[22], que ocorre anualmente nesta data. Devido à pandemia, o evento não ocorreu presencialmente no Rio de Janeiro. A live discutiu o cenário dos usos terapêuticos da maconha em 2020, contando com a participação de Lilian Hollos (ABRACANNABIS), Carolina Freitas (APEPI), Bruna Fernanda (AHC), Gabriel Solá (MAMA FLOR), mediada por Andrew Reed (MLM). A transmissão foi realizada no Facebook em 27 de novembro de 2020.

O vídeo analisado a seguir foi postado [23]em 20 de julho de 2021, o perfil DescriminalizaSTF publicou no Facebook uma chamada para o primeiro "Dia de Mobilização" da campanha #descriminalizaSTF, campanha que se tornou permanentes e teve continuidade todo dia 20 ininterruptamente, ao menos, até o final dessa pesquisa em abril de 2023. A intenção é que a ação seja permanente e ocorra todo dia 20 do mês até que o Presidente do STF, Luiz Fux, coloque em pauta o Recurso Extraordinário 635659. O dia contou com três momentos: um encontro com a Articulação Nacional de Marchas da Maconha transmitido ao

[21] está hospedado no link:
https://www.facebook.com/descriminalizaSTF/videos/1316495245357307
[22] https://www.facebook.com/watch/live/?ref=watch_permalink&v=413364009792562.
[23]https://www.facebook.com/descriminalizaSTF/videos/537040134005445.

vivo no Facebook das 10h às 12h, uma live no Instagram do perfil DescriminalizaSTF às 16h20 e um segundo encontro com a Articulação Nacional de Marchas da Maconha transmitido ao vivo no Facebook das 19h às 21h. A mobilização busca avançar no debate pela descriminalização do uso da maconha no país.

O vídeo analisado a seguir foi postado em 27 de julho de 2021, foi postado um vídeo que aborda a tramitação do Recurso Extraordinário 635659 no Supremo Tribunal Federal (STF)[24]. Conforme os dados apresentados no texto, este recurso já está em julgamento há mais de 10 anos, e votos já foram proferidos. A situação do sistema carcerário brasileiro foi declarada como inconstitucional pelo STF, e muitas pessoas são submetidas a tratamentos desumanos devido a uma política pública de "guerra às drogas", que é manifestamente inconstitucional e se configura como uma guerra contra jovens negros e pobres das periferias e favelas. Além disso, a adoção de uma política proibicionista que viola direitos fundamentais prejudica o país em termos médicos, científicos e econômicos. O pedido apresentado no texto é que o Relator Ministro Gilmar Mendes informe se há previsão de conclusão do julgamento do Recurso Extraordinário 635659 em ambiente eletrônico, considerando a inclusão de um sistema de votação virtual adequado para a situação de calamidade sanitária que estamos enfrentando.

O vídeo analisado a seguir foi postado em 9 de agosto de 2021, foi postado um convite para uma live com a Gleycielli Nonato, do povo indígena Guató, que ocorreria às 19h30min, horário de Brasília[25]. Durante a live, seria debatido o Projeto de Lei 399, que trata da regulamentação do uso da cannabis medicinal/terapêutica, suas implicações com o lobby farmacêutico e o agronegócio, bem como sua relação com o Marco Temporal (PL 490) e outras propostas. A postagem ressalta que o atual governo de Jair Bolsonaro tem dado

[24] https://www.facebook.com/watch/?v=566402291032997.
[25] https://www.facebook.com/watch/live/?ref=watch_permalink&v=154220380092108.

encaminhamento para projetos que prejudicam os povos indígenas e exploram latifúndios, além de estar ligado à indústria farmacêutica. A Marcha da Maconha de São Paulo e o Movimento Nacional de Combate ao Abuso no Meio Ayahuasqueiro (MovAya) convidam para essa live-debate[26], que busca discutir o atual cenário em que vivemos, em que "passar a boiada" é seguir com o massacre indígena, com a exploração dos latifúndios, com o genocídio dos povos não-brancos e com a dependência da indústria farmacêutica. A live-debate seria transmitida nas plataformas do Youtube (Marcha da Maconha SP e MovAya) e na Twitch da Marcha da Maconha SP.

O vídeo analisado a seguir foi postado no dia 20 de agosto de 2021, ocorreu o segundo Dia de Mobilização da Ação Permanente DescriminalizaSTF[27]. A intenção é que esse movimento seja realizado todos os dias 20 de cada mês até que o Presidente do STF, Luiz Fux, coloque em pauta o Recurso Extraordinário 635659. A mobilização foi dividida em três momentos, sendo o primeiro das 10h às 12h, com um encontro ao vivo com a Articulação Nacional de Marchas da Maconha. O segundo momento foi uma LIVE no Instagram @descriminalizaSTF às 16h20, e o terceiro momento foi um encontro ao vivo com a Articulação Nacional de Marchas da Maconha das 19h às 21h.

O vídeo analisado a seguir foi postado no dia 20 de setembro de 2021, ocorreu mais uma Ação Permanente DescriminalizaSTF[28], mobilização que tem como objetivo acontecer todos os dias 20 de cada mês até que o Presidente do STF, Luiz Fux, coloque em pauta o Recurso Extraordinário 635659. O primeiro momento da mobilização foi um encontro ao vivo com a Articulação Nacional de Marchas da Maconha das 11h às 12h. A programação completa foi disponibilizada no link da bio @descriminalizastf.

[26] Live quer dizer que o conteúdo está sendo publicado ao vivo na internet e debate quer dizer que não vai ser em formato de palestra, mas sim de roda de conversa.
[27] link: https://www.facebook.com/descriminalizaSTF/videos/584909949316072/.
[28] https://www.facebook.com/watch/live/?ref=watch_permalink&v=909480973287914.

O vídeo analisado a seguir foi postado no dia 20 de outubro de 2021, aconteceu mais uma mobilização da Ação Permanente DescriminalizaSTF[29]. Essa ação ocorrerá todos os dias 20 de cada mês até que o Presidente do STF, Luiz Fux, coloque em pauta o Recurso Extraordinário 635659. A programação do quarto ato da mobilização teve três momentos: o primeiro, das 10h às 12h, foi um encontro ao vivo com a Articulação Nacional de Marchas da Maconha, juntamente com uma LIVE Reacting à sessão do dia na ALESP; o segundo momento, das 16h20 às 17h20, foi uma LIVE no Instagram @DescriminalizaSTF com presenças especiais; e o terceiro momento, das 19h às 21h, foi um encontro ao vivo com a Articulação Nacional de Marchas da Maconha também com presenças especiais.

A Ação Permanente DescriminalizaSTF é uma mobilização que busca chamar atenção para a necessidade da descriminalização das drogas no Brasil, lutando pelo avanço social, pela ciência e pela vida. A mobilização é uma forma de pressionar o Presidente do STF a colocar em pauta o Recurso Extraordinário 635659 e contribuir para o avanço da legislação brasileira sobre o tema.

O vídeo analisado a seguir foi postado no dia 20 de novembro de 2021, a Articulação Nacional de Marchas da Maconha promoveu uma ação permanente de mobilização, intitulada "Dia de mobilização #DescriminalizaSTF - EDIÇÃO ESPECIAL - DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA[30] - 20 de Novembro 2021 - 1º Momento", com o objetivo de pressionar o Presidente do STF, Luiz Fux, a colocar em pauta o Recurso Extraordinário 635659. A programação foi especialmente voltada para o combate ao racismo e ao genocídio do povo preto, pobre e periférico.

O vídeo analisado a seguir foi postado no dia 29 de novembro de 2021, a Articulação Nacional de Marchas da Maconha reagiu ao vivo à Audiência Pública sobre o Plano Nacional de Políticas sobre Drogas (PLANAD), em uma

[29] https://www.facebook.com/descriminalizaSTF/videos/862553391117747.
[30] https://www.facebook.com/descriminalizaSTF/videos/1096074174495873/.

transmissão ao vivo intitulada "Audiência Pública - Plano Nacional de Políticas sobre Drogas (PLANAD)[31] - 29/11/2021 - ANMM LIVE Reacting".

O vídeo[32] analisado a seguir foi postado no dia 20 de dezembro de 2021, a Articulação Nacional de Marchas da Maconha realizou mais uma ação permanente de mobilização, intitulada "É DIA DE LUTA E DE PRAZER! SARAU LIBERTICONHA! - Dia de Mobilização #DescriminalizaSTF - 20 de Dezembro 2021 19h". O evento contou com arte e erotismo na luta a favor da liberdade, contra o racismo e também com a mobilização mensal de pressão ao STF. A organização convidou os participantes para juntarem-se à mobilização e pressionarem o Ministro a colocar em pauta o Recurso Extraordinário 635659.

O vídeo analisado a seguir foi postado no dia 26 de janeiro de 2022, ocorreu o lançamento da 1ª Conferência Livre Nacional sobre Políticas de Drogas Antiproibicionistas preparatória para a 5ª Conferência Nacional de Saúde Mental[33]. O evento teve como objetivo contribuir para um debate mais amplo sobre as políticas de drogas antiproibicionistas, rompendo com o paradigma do proibicionismo. A conferência contou com a participação de militantes e organizações engajadas neste processo. O lançamento foi feito em formato virtual, em uma roda de conversa.

O vídeo analisado a seguir foi postado no dia 28 de janeiro de 2022, ocorreu a Articulação Nacional de Marchas da Maconha rumo ao Fórum Social Mundial Justiça e Democracia. A atividade foi uma roda de conversa intitulada "Arquitetura de um Sistema de Injustiças e a Luta Contra as Opressões"[34]. O evento teve como objetivo discutir o papel do Poder Judiciário nas violações de direitos humanos de diferentes movimentos sociais, como mulheres, povos indígenas, sem-terra, LGBTQIA+, luta antimanicomial e antiproibicionista. A

[31] https://www.facebook.com/watch/live/?ref=watch_permalink&v=443852497371106.
[32] link: https://www.facebook.com/descriminalizaSTF/videos/591552588810063/.
[33] link: https://www.facebook.com/watch/live/?ref=watch_permalink&v=663788907949628.
[34] link: https://www.facebook.com/descriminalizaSTF/videos/460922605501029.

roda de conversa teve transmissão via Facebook em mais de 30 páginas de Marchas da Maconha e parceiros.

O vídeo analisado a seguir foi postado no dia 29 de janeiro de 2022, celebrou-se o Dia Nacional da Visibilidade Trans e Travesti[35]. A data surgiu no Brasil em 2004 durante a campanha do Ministério da Saúde "Travesti e Respeito" com o intuito de conscientizar a sociedade pela erradicação das violências transfóbicas que acontecem cotidianamente contra travestis e pessoas transgêneras. Infelizmente, o Brasil lidera o ranking mundial de assassinatos de pessoas trans, e a estatística de vida de uma pessoa trans no nosso país é de apenas 35 anos de idade. A maioria das pessoas trans ainda tem como única fonte de renda a prostituição.

Neste dia emblemático, a Articulação Nacional das Marchas da Maconha convidou todas as pessoas cisgêneras que compõem a luta antiproibicionista e as demais interessadas a conhecer um pouco mais sobre travestilidade, transgeneridade e não-binariedade. A live, com a mediação de Lírio Negro e participação de Maria Daniela e Aisha, aconteceu às 20:20.

O vídeo analisado a seguir foi postado no dia 22 de fevereiro de 2022 o Grito dos Excluídos, o Fórum Regional de Saúde Sul e o Drogas em Debate organizaram um bate-papo com profissionais de saúde, com o objetivo de contribuir para o processo de construção rumo à 4ª Conferência Municipal de Saúde Mental de São Paulo[36], à 1ª Conferência Nacional de Políticas de Drogas Antiproibicionistas e à 5ª Conferência Nacional de Saúde Mental. O tema central da conversa foi a construção de uma política pública de saúde para pessoas que usam drogas, que se baseie na inclusão, nos cuidados no território e no respeito aos direitos humanos.

[35] https://www.facebook.com/descriminalizaSTF/videos/647618036563273/.
[36] link: https://www.facebook.com/descriminalizaSTF/videos/631713714552613.

O vídeo analisado a seguir foi postado no dia 14 de maio de 2022, foi realizada a 1ª Conferência Livre Nacional Sobre Políticas de Drogas Antiproibicionistas preparatória para a 5ª Conferência Nacional de Saúde Mental[37]. Essa conferência foi destinada a todas as pessoas que têm compromisso com as lutas por políticas de drogas antiproibicionistas e desejam contribuir com estas elaborações.

Foram realizadas quatro plenárias preparatórias à 1ª Conferência, que ocorreram nos dias 5 e 6 de março de 2022, respectivamente um sábado e um domingo, das 9h às 12h e das 14h às 17h. No dia 5 de março, foram discutidos os seguintes eixos: Antiproibicionismo (9h), Redução de Danos (14h), Políticas Públicas (9h) e Políticas de Drogas (14h). As discussões foram transmitidas ao vivo pela página do Facebook e contaram com a participação daqueles que acompanharam pelo chat.

A participação na 1ª Conferência Livre Nacional Sobre Políticas de Drogas Antiproibicionistas para a 5ª Conferência Nacional de Saúde Mental dependeu de inscrição prévia via Google Forms, que encerrou no dia da conferência, exceto para quem participou nos espaços presenciais, já que a conferência foi híbrida.

Foi permitida a realização de atividades preparatórias autogestionárias à 1ª Conferência Livre Nacional Sobre Políticas de Drogas Antiproibicionistas para a 5ª Conferência Nacional de Saúde Mental, tais como plenárias e oficinas, que foram comunicadas previamente à organização da conferência por meio do e-mail: conferennaclivrepoliticadrogas@gmail.com.

O vídeo analisado a seguir foi publicado entre os dias 27 a 30 de abril de 2022, ocorreu o Fórum Social Mundial Justiça e Democracia em Porto Alegre.

[37] link: https://www.facebook.com/descriminalizaSTF/videos/651667786100932/.

Para preparar os participantes para o evento, foi realizada a Jornada Rumo ao FSMJD[38], que contou com um ciclo de debates preparatórios.

Em um desses debates, realizado em 12 de março de 2022, foi discutido o tema "ARQUITETURA DE UM SISTEMA DE INJUSTIÇAS", com foco na questão das mulheres. Durante a discussão, foram abordadas também as políticas antiproibicionistas sobre drogas, incluindo a questão da maconha. O objetivo foi ouvir os ativistas e movimentos sociais e acumular formulações para o evento principal, o Fórum Social Mundial Justiça e Democracia.

O vídeo analisado a seguir foi postado no dia 20 de abril de 2022, foi comemorado o Dia Mundial da Maconha e também foi realizado um Dia de Mobilização #DescriminalizaSTF[39], com uma edição especial sobre Autismo, pela Articulação Nacional de Marchas da Maconha. O evento foi uma AÇÃO PERMANENTE realizada em todo dia 20 do mês até que o Presidente do STF, Luiz Fux, colocasse em pauta o Recurso Extraordinário 635659. A programação foi especialmente planejada, com um debate que contou com a presença de militantes de pessoas autistas e familiares, prescritores de cannabis, ativistas de associações de terapia cannabica e ativistas em prol do uso religioso da cannabis. A atividade ocorreu em alusão ao Dia Internacional do Autismo, comemorado em 02 de abril, e ao Dia Internacional da Maconha, celebrado em 20 de abril. O objetivo foi discutir o tema da descriminalização da maconha e a luta pelos direitos dos autistas, que têm conquistado cada vez mais respeito e espaço na sociedade, e trazendo uma nova perspectiva à saúde mental no Brasil e no mundo. Foi transmitida também a exibição do X Fórum da Cannabis Medicinal de São Paulo Homenagem ao Padre Ticão, que prestou homenagem a esse padre que atuou pelos diversos usos terapêuticos da maconha e o cultivo doméstico dessa erva santa.

[38] link: https://www.facebook.com/descriminalizaSTF/videos/1823751567824259.
[39] link: https://www.facebook.com/descriminalizaSTF/videos/1051777352080714/.

O vídeo analisado a seguir foi postado no 28 de abril de 2022, a Articulação Nacional de Marchas da Maconha divulgou em sua página do Facebook a programação do Fórum Social Mundial Justiça e Democracia 2022[40], que aconteceu em Porto Alegre entre os dias 26 e 30 de abril. As atividades foram híbridas, com transmissão para a rede de mais de 35 páginas da organização. No dia 28 de abril, foi realizada uma roda de conversa sobre a arquitetura de um sistema de injustiças e a luta contra as opressões, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, em Porto Alegre. No dia 29 de abril, aconteceu uma atividade intitulada "Caminhos para um Modelo de Política sobre Drogas Antiproibicionista, Antipunitivista, Não Violento e Seguro", no Centro Cultural Cidade Baixa. Já no dia 30 de abril, foi realizada a Marcha da Maconha Porto Alegre, Edição Fórum Social Mundial, com concentração na Praça do Aeromóvel e saída às 4:20h. A participação do público foi incentivada e considerada muito importante para a organização.

O vídeo analisado a seguir foi postado no dia 11 de maio de 2022, ocorreu o II Encontro Nacional Pré-Conferência Livre Nacional sobre Políticas de Drogas Antiproibicionistas.[41] Este encontro teve como objetivo discutir a conjuntura atual e como avançar na pauta antiproibicionista. O evento contou com a presença de Nathalia Oliveira, co-fundadora da Iniciativa Negra por Uma Política sobre Drogas e integrante da Secretaria Operativa da Plataforma Brasileira de Políticas de Drogas, e Henrique Carneiro, historiador e professor da USP, onde coordena o Laboratório de Estudos Históricos das Drogas e da Alimentação.

Durante o encontro, foram discutidos temas como o antiproibicionismo, a redução de danos, as políticas públicas e as políticas de drogas. Este encontro

[40] link: https://www.facebook.com/watch/live/?ref=watch_permalink&v=519454072967534.
[41] link: https://www.facebook.com/watch/live/?ref=watch_permalink&v=358766659569169.

foi uma atividade preparatória para a Conferência Livre Nacional sobre Políticas de Drogas Antiproibicionistas, que ocorreu no dia 14 de maio de 2022.

A 1ª Conferência Livre Nacional sobre Políticas de Drogas Antiproibicionistas foi realizada no dia 14 de maio de 2022, das 09h00 às 13h00 e de 14h00 às 18h00. Esta conferência foi a etapa final de um amplo conjunto de militantes e organizações que se propuseram a organizar a conferência desde o início do ano. O objetivo da conferência foi refletir sobre como o proibicionismo promove mortes e doenças e como a falsa "guerra às drogas" prejudica a população marginalizada em bolsões urbanos de pobreza, sobretudo a população negra, indígena, mulheres, crianças e adolescentes.

Para participar da conferência, era necessário ter compromisso com as lutas por políticas de drogas antiproibicionistas e desejar contribuir com essas elaborações. A participação dependia de inscrição prévia via Google Forms. Também foi possível realizar atividades preparatórias autogestionárias à 1ª Conferência Livre Nacional Sobre Políticas de Drogas Antiproibicionistas para a 5ª Conferência Nacional de Saúde Mental, tais como plenárias e oficinas, as quais foram previamente comunicadas à organização da conferência por meio do e-mail

conferennaclivrepoliticadrogas@gmail.com.

O vídeo analisado a seguir foi postado no dia 14 de maio de 2022, ocorreu a 1ª Conferência Livre Nacional Sobre Políticas de Drogas Antiproibicionistas[42], preparatória para a 5ª Conferência Nacional de Saúde Mental. O evento, que ocorreu das 09h00 às 18h00, teve como objetivo discutir a necessidade de uma abordagem antiproibicionista em relação às drogas, e contou com a participação de uma ampla gama de militantes e organizações.

[42] link: https://www.facebook.com/watch/live/?ref=watch_permalink&v=978132436219409.

Durante a conferência, foram abordados os impactos do proibicionismo na população marginalizada, principalmente na população negra, indígena, mulheres, crianças e adolescentes. Foi destacado que a falsa "guerra às drogas" promove a violência e impede que o mercado seja regulado, além de espalhar drogas de má qualidade muito mais prejudiciais e perigosas do que as substâncias originais. Também foi ressaltado que o proibicionismo dificulta o acesso a serviços de saúde e à educação, além de encarcerar milhares de jovens, principalmente negros, pobres, favelados e periféricos, muitas vezes, por portarem quantidades mínimas de substâncias proibidas.

A conferência foi parte da 5ª Conferência Nacional de Saúde Mental, convocada pelo Conselho Nacional de Saúde, que teve como tema: “A Política de Saúde Mental como Direito: Pela defesa do cuidado em liberdade, rumo a avanços e garantia dos serviços da atenção psicossocial no SUS”. A conferência se colocou como um espaço de resistência em vista dos ataques que vêm sendo aprofundados, sobretudo, nos últimos cinco anos à Política Nacional de Saúde Mental, colocando em risco conquistas históricas, como as da Reforma Psiquiátrica.

Antes da conferência final, foram realizadas diversas atividades preparatórias, como as Pré-Conferências no I Encontro Nacional nos dias 05 e 06 de Março de 2021, e o II Encontro Nacional na data de 11 de maio de 2022, para debater e elaborar propostas de Diretrizes sobre os quatro Eixos Temáticos que foram construídos: Antiproibicionismo; Redução de Danos; Políticas Públicas e Estratégias de Resistência Contra o Retrocesso; Política de Drogas, Direitos Humanos e as Lutas das Populações Vulnerabilizadas e demais Segmentos Sociais.

O processo de discussão culminou na etapa final da conferência, quando foram debatidas e aprovadas as propostas de Diretrizes que foram encaminhadas à 5ª Conferência Nacional de Saúde Mental. Os organizadores destacaram a

importância do processo participativo e consideraram o evento como um momento histórico na luta por uma perspectiva antimanicomial, antiproibicionista, antirracista, antilgbtqiap+fóbica, feminista, inclusiva. No dia 25 de maio de 2022, aconteceu a abertura do Simpósio "Cannabis Brasil", diretamente de Viçosa/MG, promovido pelo Movimento Liberta a Planta. O evento ocorreu de 25 a 27 de maio e contou com diversas palestras e debates sobre a cannabis no Brasil. No primeiro dia do simpósio, 25 de maio, a abertura ocorreu às 19h no Auditório da BBT (Biblioteca Central da UFV) e o primeiro eixo do evento foi sobre Pesquisa, com apresentações como a interação Cannabis Ambiente, a importância do ensino do Sistema Endocanabinoide e da Cannabis Medicinal na universidade, a ciência e tecnologia para o beneficiamento de produtos terapêuticos à base de cannabis, e a posição da academia frente à maconha e a cannabis. Às 21:30, foi servido um coquetel.

No segundo dia do evento, 26 de maio, o primeiro eixo foi Saúde, com palestras sobre a descoberta do sistema endocanabinoide e seu potencial como alvo farmacoterapêutico, experiências clínicas e de extensão, e depoimentos de pacientes que utilizam a cannabis para tratar suas doenças. Às 10h, houve um coffee break e, em seguida, continuaram as apresentações sobre Saúde, com foco nas aplicações práticas da cannabis em neurologia, os desafios do médico consultor em cannabis e um debate.

No período da tarde, o eixo foi Jurídico, com palestras sobre o habeas corpus preventivo e associações de pacientes, o desencarceramento da juventude negra, e os instrumentos jurídicos para realização de pesquisa científica com cannabis. Às 16:30, houve um coffee break na Câmara Municipal de Viçosa, seguido de uma Audiência Pública sobre Cannabis Medicinal na Saúde Pública de Viçosa, na qual foi abordada a importância da cannabis no tratamento de diversas doenças. No terceiro e último dia, 27 de maio, o evento começou com a apresentação sobre HCS Preventivos e encerrou com uma dinâmica conduzida pelo Professor Felipe Simas. Para finalizar o evento, no dia 28 de maio, ocorreu

a Marcha da Maconha Viçosa, com concentração no Quatro Pilastras e animação do DJ Pelinho.

O vídeo analisado a seguir foi postado no dia 10 de junho de 2022, ocorreu o Esquenta Marcha da Maconha São Paulo na Faculdade de Direito da USP[43], no Largo São Francisco. Diversas entidades e ativistas de lutas antiproibicionistas, antiracistas, antipunitivistas e anticarcerárias se reuniram para tratar do encarceramento em massa, da emissão de habeas corpus para cultivo e da organização da luta social, convocando o pessoal do Direito para refletir junto e se somar nesse front.

O evento teve início às 19h, no Auditório Rui Barbosa, no segundo andar da Faculdade de Direito da USP, e contou com a presença de diversos confirmados, tais como Anna Rodrigues, Redutora de Danos e Produtora Cultural da RENFA- Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas; Carlos Preto, Sociólogo da Frente Estadual pelo Desencarceramento; Cecilia Galicio, Advogada da Rede Reforma e do Conselho Municipal de Políticas Públicas de Drogas e Álcool - COMUDA; Dra. Eliane Nunes, Psiquiatra da SBEC-Sociedade Brasileira de Estudos da Cannabis; Diva Sativa, Ativista Canábica e Apresentadora do Filosofia de Biqueira, do Coletivo DAR e da Marcha da Maconha São Paulo; Luiz Fernando Petty, Historiador do Coletivo DAR-Desentorpecendo a Razão e da Marcha da Maconha São Paulo; Mariana Limeira, Estudante de Direito da SAJU-Anticárcere e da Frente Estadual pelo Desencarceramento-SP; Michael Dantas, Advogado da Rede Reforma; Nathalia Oliveira, Socióloga da Iniciativa Negra por uma Nova Política Sobre Drogas e da Plataforma Brasileira de Política Sobre Drogas; Tamires Sampaio, Advogada da Coordenação Nacional de Entidades Negras –CONEN; e Zaza Lula, Redutora de Danos do Movimento Antiproibicionista e da ABGLT- Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos e da

[43] link: https://www.facebook.com/watch/live/?ref=watch_permalink&v=1202434037000276.

Articulação Nacional de Marchas da Maconha. É importante ressaltar que a Marcha da Maconha São Paulo ocorreu no sábado seguinte, dia 11 de junho, com concentração a partir das 14h20 no Vão do MASP.

O vídeo analisado a seguir foi postado no dia 29 de junho de 2022[44], foram discutidos os desafios da pauta antiproibicionista e a perspectiva da luta em meio ao cenário político e eleições de 2022. A jornalista e ativista Bel Cursino (@blogueiracannabica), o brizolista, trabalhista, antiproibicionista e pré-candidato estadual pelo PDT, Marcos Sodré (@sodrefloripa), e o pré-candidato federal pelo PSOL, doutor em Sociologia Política pela UFSC e organizador da Marcha da Maconha Floripa, Vini (@vi.boemia), foram os convidados para discutir a Marcha da Maconha Floripa e os desafios da pauta antiproibicionista em meio ao cenário político e eleitoral de 2022.

O vídeo analisado a seguir foi postado no dia 19 de agosto de 2021, a Faculdade de Direito da USP lançou, na página do Facebook Descriminaliza STF a série de Seminários Antiproibicionistas[45] com o objetivo de convergir ideias, mobilizar, denunciar, viabilizar e enfrentar retrocessos na questão das drogas e outras pautas morais pelo viés do antiproibicionismo. O evento aconteceu no Auditório Ruy Barbosa, no Largo São Francisco, em São Paulo, e contou com a presença de representantes de diversos movimentos parceiros, ativistas, militantes, representantes políticos, pesquisadores, trabalhadores e usuários. O tema do evento foi "Proibicionismo: Por que Precisamos Mudar a Política sobre Drogas no Brasil". A atividade foi transmitida pela rede de mais de 40 páginas da Articulação Nacional de Marchas da Maconha.

O vídeo analisado a seguir foi postado no dia 01 de setembro de um ano não especificado, aconteceu o Seminário Antiproibicionistas 2ª Ed no Rio de Janeiro[46], no Botequim Cultural Saravá Prainha, às 16h20. O evento tinha como

[44] link: https://www.facebook.com/descriminalizaSTF/videos/290596146560412/.
[45] link: https://www.facebook.com/descriminalizaSTF/videos/1119446688929419.
[46] link: https://www.facebook.com/descriminalizaSTF/videos/642752047402054.

objetivo convergir ideias, mobilizar esforços, denunciar problemas e dar visibilidade à questão das drogas e outras pautas morais, pelo viés do antiproibicionismo.

O seminário foi transmitido pela rede de mais de 40 páginas da Articulação Nacional de Marchas da Maconha, podendo ser assistido no Facebook e no YouTube na página indicada. Na ocasião, foi lançado um manifesto antiproibicionista, o qual os participantes foram convidados a assinar.

Este evento foi uma importante oportunidade para se debater a política sobre drogas e suas implicações sociais, e demonstrou a necessidade de se aprofundar o debate e mobilizar esforços em prol do antiproibicionismo.

O vídeo analisado a seguir foi postado no dia 14 de setembro de 2022, foi realizada uma debate aula pública com o tema "Contexto Científico, Político e Associativista da Cannabis em SC[47]Construção de estratégias políticas", promovida com o intuito de fortalecer o debate científico em torno da Cannabis Medicinal em Santa Catarina.

Durante a atividade, foram esclarecidas e contrapostas controvérsias, obscurantistas e pânicos morais relacionados à temática, com o objetivo de facilitar o acesso, produção e pesquisa da Cannabis Medicinal e incidir nas demandas de cuidado da população. Além disso, foi construída uma plataforma político-científica com a participação de pesquisadores, candidatos ao legislativo estadual de SC Vinícius Lanças e Marcos Sodré e representantes da sociedade civil.

Os convidados expositores foram Paulo Bittencourt (UFSC) e Carla Ayres (Vereadora Floripa). Os convidados âncoras foram Vinicius Lanças, Marcos Sodré, Marquito, Afrânio e Marina Guzman (Clínica Sativa) e Pedro

[47] link: https://www.facebook.com/descriminalizaSTF/videos/1593422764388085.

(Santa Cannabis). A participação da Batalha da Costeira também foi destaque no evento.

Dessa forma, a iniciativa se mostrou importante para o debate amplo, consistente e pautado na ciência, visando o bem público do cidadão catarinense e a construção de estratégias políticas para a temática da Cannabis Medicinal.

O vídeo analisado a seguir foi postado no dia 22 de setembro de 2022, ocorreu o lançamento das Oficinas Manual de Redução de Danos LGBTQIA+.[48] O evento foi transmitido e promovido pela ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexs), em parceria com a Plataforma Brasileira de Política sobre Drogas-PBPD e a Articulação Nacional de Marchas da Maconha. O objetivo foi a construção coletiva do Manual de Redução de Danos LGBTQIA+, que será lançado ainda esse ano. O projeto é parte do Edital Caravana do Conhecimento, promovido pela PBPD, que busca a reforma da atual política de drogas e a promoção de diretrizes baseadas nos direitos humanos e na redução de danos, com vistas à reordenação do cenário político para o ano de 2023.

Durante o evento, foram discutidas as perspectivas e as necessidades da população LGBTQIA+ no âmbito da redução de danos e do uso de drogas. A construção coletiva do manual foi realizada por meio de oficinas e debates, visando a escuta de interlocutores, comunidades e pessoas atingidas pela política de drogas. A partir dessas discussões, foram apontadas diretrizes para uma política de drogas mais inclusiva e afirmativa, que contemple a perspectiva dos direitos humanos e da Redução de Danos.

O Projeto Caravana da Diversidade, que faz parte da Caravana do Conhecimento, tem como objetivo movimentar o debate sobre drogas e redução de danos, fortalecer e ampliar a rede de Advocacy para o tema, e construir um material específico que sirva de apoio para a capacitação de Redutores de Danos

[48] link: https://www.facebook.com/descriminalizaSTF/videos/1672518399799408.

e a implementação de projetos de intervenção voltados ao atendimento da população LGBTQIA+. Durante as atividades, foram emitidos certificados de participação, mediante lista preenchida pelos participantes.

O vídeo analisado a seguir foi postado no dia 23 de setembro de 2022, foi realizada uma roda de conversa intitulada "Políticas de Drogas em diálogo com a Educação Social no SUAS"[49]. Durante a roda de conversa, foi debatido o Caderno de Orientações técnicas “Atendimento no SUAS às famílias e aos indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social por violação de direitos associado ao consumo de álcool e outras drogas”, publicado pelo ministério vinculado à política de Assistência Social em 2016. Dentre os participantes, estava presente Denis Petuco, que atuou como consultor na elaboração do caderno e dialogou com o campo da educação social no tema do álcool e outras drogas.

Os responsáveis pela realização do evento foram Binô Zwetsch, educador social, antropólogo e ativista de direitos humanos, e Marta Conte, representante da Abramd Sul, FERD/RS e REDUC. Além disso, participaram como âncoras Dênis Petuco, sociólogo, redutor de danos e professor da EPSJV/Fiocruz, Carlinhos Guarnieri, assistente social, redutor de danos e educador social, Felipe Oliveira, representante do Movimento Negro Unificado, Aline Madruga, psicopedagoga, mestranda em educação e integrante do CEPOPES, e Maria Baré, representante do coletivo indígena, PET conexões políticas públicas de juventude, DCE UFRGS e estudante de Medicina.

É importante destacar que durante o evento foram emitidos certificados de participação, mediante lista preenchida durante as atividades. A iniciativa teve como objetivo movimentar o debate sobre drogas e redução de danos, buscando fortalecer e ampliar a rede de advocacy para o tema, a fim de construir um material específico que sirva de apoio para a capacitação de Redutores de Danos

[49] link: https://www.facebook.com/descriminalizaSTF/videos/776811153605250.

e a implementação de projetos de intervenção voltados ao atendimento da população LGBTQIA+.

O vídeo analisado a seguir foi postado no dia 12 de outubro de 2022, ocorreu a roda de conversa intitulada "A Reromada! Vidas Negas Importam!"[50], transmitida pela página do Facebook Descriminaliza STF. A roda contou com a presença de @caseangatu, @mariaestrelapsol e @dra.marianeventura, e teve como objetivo desmistificar falsos mitos e alertar para a realidade da luta por e com grupos específicos. O tema central do encontro foi o manifesto livre antiproibicionista em defesa das Vidas Negras e Indígenas. O movimento ressurgiu este ano e marchou pela importância dessas vidas, pelo direito à existência e respeito.

O vídeo analisado a seguir foi postado no dia 13 de outubro de 2022, ocorreu o I Encontro da Abramd Sul, intitulado "Caravana do conhecimento: Políticas sobre drogas em diálogo em parceria com a PBPD",[51] transmitido pela página do Facebook Descriminaliza STF. O evento aconteceu em formato híbrido, no Auditório do CFH/UFSC/Florianópolis. A programação contou com mesas temáticas pela manhã e grupos de trabalho à tarde, com o objetivo de elaborar uma proposição regional para uma nova política sobre drogas. As inscrições estavam abertas para quem quisesse se organizar na luta.

O vídeo analisado a seguir foi postado no dia 17 de novembro de 2022, foi lançado o livro "Mulheres Negras Sim"[52] durante a coletiva de imprensa da 19ª Marcha da Consciência Negra de SP. O evento contou com a presença do Movimento Negro e de diversas mídias parceiras. A coletiva aconteceu no Sindicato dos Jornalistas, localizado na Rua Rego Freitas 530, às 19h. Além da presença física, também foi possível participar do evento online. O objetivo da

[50] link: https://www.facebook.com/descriminalizaSTF/videos/605903521317700/.
[51] link: https://www.facebook.com/descriminalizaSTF/videos/409581018029545.
[52] link: https://www.facebook.com/descriminalizaSTF/videos/1108896916481931.

coletiva foi apresentar a agenda de luta do Movimento Negro e alertar sobre a importância de mídias antirracistas no combate ao racismo.

O vídeo analisado a seguir foi postado no dia 20 de dezembro de 2022, ocorreu mais uma atividade da campanha "DescriminalizaSTF"[53], promovida pela Articulação Nacional de Marchas da Maconha. Foram realizadas duas atividades para marcar a campanha. Às 16h20, foi realizada uma roda de conversa em homenagem a Ras Geraldinho, um lutador pelo reconhecimento do direito ao uso religioso da maconha, que foi preso e condenado injustamente devido à luta contra o proibicionismo. Às 19h00, foi feita a apresentação da Carta de Princípios da Articulação Nacional de Marchas da Maconha, na qual foram convidados outros movimentos sociais e mídias antiproibicionistas e aliados. Ambas as atividades foram transmitidas nos canais da campanha DescriminalizaSTF no Facebook e no YouTube.

E, por fim, o vídeo analisado a seguir foi postado com o título “O XIII Ciclo de Debates Antiproibicionistas da UFRN Leilane Assunção”[54], que aconteceu no dia 27 de dezembro de 2022, na parte da tarde, e foi transmitido ao vivo. A palestra abordou o tema "Articulação Nacional de Marchas da Maconha, um exemplo de movimento social no século XXI", e as inscrições foram abertas para todos que estivessem interessados em participar.

O Ciclo de Debates Antiproibicionista da UFRN Leilane Assunção é considerado o evento científico acadêmico antiproibicionista mais regular da América Latina e, talvez, do mundo. Com treze edições, o evento já abordou diversas temáticas relacionadas ao fenômeno das drogas na sociedade, procurando conscientizar e instruir a população em uma aproximação entre sociedade e ciências.

[53] link: https://www.facebook.com/descriminalizaSTF/videos/578139010194184.
[54] link: https://www.facebook.com/descriminalizaSTF/videos/1139145726787443/.

Os Ciclos de Debates abordaram diversas áreas das ciências, como filosofia, política, biologia, medicina, história, direito, economia, psicologia e saberes populares. Isso porque o fenômeno das drogas é complexo e precisa de uma abordagem que não fragmente os saberes e que não se restrinja a um único campo. Neste ano, o foco do evento foi o movimento social que surgiu durante a pandemia, a Articulação Nacional de Marcha da Maconha (ANMM). Os movimentos sociais das Marchas da Maconha, que se organizam de forma independente e autônoma há mais de uma década no Brasil, criaram uma rede dialógica nacional que se autointitula ANMM, ganhando protagonismo social e sendo visto como uma grande escola da militância antiproibicionista no Brasil e no mundo.

As circunstâncias geradas pelo pós-pandemia, com a reinserção ao convívio social, apresentaram uma dinâmica inesperada e desafios que oportunizaram a reflexão e ampliaram o debate sobre o uso de drogas. Não foram apenas as pessoas que usam drogas que se viram envoltas em novas questões, a sociedade e seus sistemas de assistência e repressão também devem enfrentar a problemática posta e apresentar saídas dignas com vistas ao melhoramento dos seus mecanismos em consonância com os direitos humanos.

Diante desse panorama mundial, o evento propôs o tema "drogas e pandemia, contextos e relações", buscando ensejar reflexões e ações urgentes que possam desmistificar certos conhecimentos, avançando no debate, além de gerar saúde mental, desenvolvimento social e pessoal. Como já mencionado, a quantidade de vídeos postados pela ANMM é enorme, o que demandaria muito tempo para realizar uma análise completa. No entanto, é importante destacar que os vídeos selecionados para este trabalho serviram como uma amostragem da capacidade produtiva desta articulação, bem como das narrativas em disputa. Desta forma passamos ao próximo ponto de reflexão. A seguir esta tese adentra em uma das ferramentas citadas em todas as entrevistas concedidas.

Esta ferramenta, muito elogiada, foi chamada de “GT Formação Continuada Articulação Nacional de Marchas da Maconha” que realizou uma série de encontros com o objetivo de aprofundar o debate sobre diversos temas relacionados à luta pela legalização da maconha e pelos direitos dos usuários da substância. O primeiro encontro, ocorrido em 1º de julho de 2021, teve como tema a 'Cartilha da UNGASS' e foi conduzido pelo facilitador Diego Castro. O segundo encontro, realizado em 8 de julho de 2021, abordou o tema 'Três modelos normativos de democracia', de Jürgen Habermas, e foi conduzido por Vini Lanças. No terceiro encontro, realizado em 14 de julho de 2021, o tema foi 'A Lei', de Nicos Poulantzas, e a condução foi feita por Paulo Mariante. O quarto encontro, realizado em 21 de julho de 2021, teve como tema 'Aresp 1625710' e foi conduzido por André Barros. O quinto encontro, ocorrido em 28 de julho de 2021, teve como tema 'Cocaína todo mundo ama a luz do sol', de Carl Hart, e foi conduzido por Gabriel Pimentel. O sexto encontro, realizado em 4 de agosto de 2021, teve como tema 'Afetos e sobrevivências relações entre mulheres em prisões de PB', e a condução foi feita por Ju Trevas. O sétimo encontro, realizado em 11 de agosto de 2021, abordou o tema 'AS BOCAS DE FUMO DEVEM SER TOMBADAS - O que significa reparação histórica para quem trabalha no narcotráfico', e a condução foi feita por Monique Prado. O oitavo encontro, realizado em 18 de agosto de 2021, teve como tema 'Nada por nós sem nós', de Claudine Sherrill, e foi conduzido por Angela Aboin. O nono encontro, realizado em 25 de agosto de 2021, abordou o tema 'A Tirania das Organizações Sem Estrutura', de Jo Freeman, e foi conduzido por Dennis Conti. O décimo encontro, realizado em 1º de setembro de 2021, teve como tema 'Vivendo a comunicação Não violenta', de Marshall Rosenberg, e foi conduzido por Gustavo Indiano. O décimo primeiro encontro, ocorrido em 15 de setembro de 2021, teve como tema 'Desencarceramento, racismo e mulheres', com a facilitadora Alice Reis, do projeto Girls in Green, que foi o primeiro convidado externo da ANMM.

O décimo segundo encontro, realizado em 22 de setembro de 2021, abordou o tema 'A desobediência civil na teoria política contemporânea', e a condução foi feita por Vini Lanças. O décimo terceiro Encontro ocorreu no dia 04 de outubro de 2021, a facilitadora Luciana Boiteux discutiu sobre "O antimodelo brasileiro - Proibicionismo, encarceramento e seletividade penal frente ao tráfico de drogas". No dia 13 de outubro de 2021, ocorreu o décimo quarto Encontro, onde o facilitador Diego Castro apresentou o tema "Heteronomia nos estados alterados de consciência + Drogas e Cultura Novas Perspectivas". O décimo quinto Encontro, que teve a facilitadora e autora Natália Pimpão como palestrante, aconteceu no dia 27 de outubro de 2021, e discutiu sobre "A proibição das Drogas no Brasil". No dia 03 de novembro de 2021, o décimo sexto Encontro abordou o tema "Manifesto Contrassexual - O que é contrassexualidade", com a facilitação de Lírio Negro. Já no dia 17 de novembro de 2021, ocorreu o décimo sétimo Encontro, no qual o facilitador Paulo Mariante falou sobre "O direito como instrumento de dominação. Nicos Poulantzas e o papel da lei na delimitação das relações de poder". Por fim, o décimo oitavo Encontro, ocorrido no dia 01 de dezembro de 2021, teve como tema "REDUÇÃO DE DANOS", e foi facilitado por Bruno Logan.

Essa tese constata o fato de que a pandemia Covid-19 causou um impacto que alterou profundamente, e não se sabe ainda se essa mudança é reversível ou não, ou quanto tempo ela vai durar, mas o fato é que, o não-humano, nessa caso o vírus fez com que as relações de grupo de um movimento social específico autodenominado Articulação Nacional das Marchas da Maconha. Isso, quer dizer que não estamos falando da marchas locais, mas de uma articulação a nível nacional, formado por pessoas que fazem a militância em vários lugares do Brasil, e, essa delimitação, ao meu olhar enquanto pesquisador, é de extrema importância, pois define a autonomia das Marchas locais, e coloca a ANMM em outra instância.

Sendo assim, a pandemia do Covid-19 e os protocolos de segurança, com duras restrições para circulação de pessoas, fez com que esse grupo se fortalecesse, basta enxergar a quantidade de material dentro da internet produzida por este grupo, mas não só isso, como fica evidente durante as entrevistas, como o meio virtual, a internet, também agiram, como afirma Latour (2012) pela ação dos não-humanos, alterando as relações dos grupos, pode-se perceber que afinidades foram criadas, amizades, projetos, redes de amparo, o que propiciou uma organicidade dentro da Articulação Nacional de Marchas da Maconha.

6. Organicidade e Horizontalidade na Articulação Nacional de Marchas da Maconha as subjetividades narrativas por meio de entrevistas

Chegamos ao ponto em que esta tese apresentará a análise das entrevistas, porém, antes de passar para essa etapa, é importante introduzir algumas preocupações teóricas em relação a metodologia. Diferente do que fiz na dissertação de mestrado, onde nomeei os entrevistados com pseudônimos, com o objetivo de não reproduzir uma historiografia positivistas, que fabrica heróis e datas, essa tese em Ciências Sociais obedece à outras preocupações metodológicas e teóricas. Primeiro, a própria característica das entrevistas, por serem disponibilizadas no mundo virtual de forma pública, já expõe a identidade dos entrevistados, além de garantir que estes se voluntariaram para serem entrevistados na tese. Outro fator a ser levado em conta, por uma questão ética, é a segurança dos militantes de movimentos sociais antiproibicionistas. Desta forma, eles mesmo compreendem que "sair do armário" faz parte do protocolo de segurança para que o grupo passe a montar uma rede de articulação, onde a exposição acaba se tornando uma forma de denunciar as perseguições sofridas por estes. Nesse sentido, a Articulação Nacional de Marchas da Maconha acaba servindo como guarda-chuva de proteção para muitos militantes, inclusive, como já foi dito, foi criado um GT de Direitos Humanos para ajudar nesses tipos de questões.

Foram feitas 14 entrevistas, como já dito, todas cedidas de forma voluntária, não houve nenhum processo de triagem para os 260 participantes do grupo, a não ser o livre desejo de participar, todos aqueles que manifestaram esse desejo passaram por um processo de agendamento da entrevista e todos foram atendidos. É importante salientar que, como todas as entrevistas estão disponibilizadas de forma pública e online na página do youtube do Coletivo CannabisAtiva, não foi desnecessário introduzir no corpo desta tese a transcrição completa das entrevistas, pelo mesmo motivo, também foram utilizadas poucas citações diretas. Esta forma de trabalho ajudou a manter o foco nas análises,

buscando relacionar, novamente nas palavras de Latour (2012), o humano e o não humano. Ou seja, facilitou o foco nas redes, nas relações entre as subjetividades em ação e suas dinâmicas, pois como afirma Latour (2012), não existem grupos, apenas formação de grupos. Acompanhar a formação desse grupo, agora sobre a perspectiva dos sujeitos humanos e como eles se relacionaram com as atividades virtuais por meio da internet, e até, como puderam continuam realizando movimento social, mesmo em momento de pandemia.

Além disto, outro ponto a ser elucidado é que a escolha dos entrevistados para participar do XIII Ciclo de Debates Antiproibicionistas da UFRN Leilane Assunção, realizado pelo Coletivo CannabisAtiva, foi consequentemente as mesmas para as entrevistas, já que estes se voluntariaram para tanto. Essa escolha não tem como objetivo definir uma ordem de hierarquia dentro do grupo da Articulação Nacional de Marchas da Maconha, mas apenas expor um grau de disponibilidade de alguns militantes que, ao receberem o chamado no grupão da Articulação Nacional de Marchas da Maconha no WhatsApp, conseguiram agendar as entrevistas e participar do evento. Ainda sobre esse ponto, devido à própria característica de organização da Articulação Nacional de Marchas da Maconha seria impossível, ou melhor, fugiria a realidade, estabelecer qualquer hierarquia já que o próprio grupo só funciona por deliberação de plenária, sendo os sujeitos integrantes do grupo considerados por eles representantes de forma igualitária, podendo ser delegado a alguns funções executivas relacionadas sempre as decisões coletivas.

Novamente ressalto que a seleção dos entrevistados não é uma indicação de superioridade ou maior engajamento dos mesmos em relação aos demais membros da Articulação Nacional de Marchas da Maconha. Ao contrário, trata-se apenas de uma seleção baseada na disponibilidade e no interesse em participar do evento e compartilhar suas experiências e opiniões. Vale também ressaltar que a Articulação Nacional de Marchas da Maconha é um movimento horizontal,

orgânico, que funciona por assembleias dominicais deliberativas, em que todos os membros têm voz e participação ativa, sem hierarquias definidas.

Outro ponto que é importante salientar foi a minha participação enquanto não apenas pesquisador, mas principalmente enquanto militante na Articulação Nacional de Marchas da Maconha, participei ao longo de dois anos de todas as reuniões realizadas aos domingos ininterruptamente desde 2020, estive e ainda estou em vários GT's da Articulação Nacional de Marchas da Maconha, estive por mais de um ano no GT dos Administradores do Grupão (inclusive quando chegou o prazo definido em assembleia de seis meses para o cargo, pedi para ser substituído reiteradas vezes, o que demorou mais seis meses para acontecer), dei o pontapé inicial do GT de Formação Continuada, fiz parte do GT de Harmonia durante o período mais difícil que a ANMM enfrentou para resolver um conflito que levou um ano para chegar a um fim, foram três comissões Ad Hoc formadas para os casos, estive presente nas três, foram mais de oitocentas páginas de prints e conversas para serem analisadas, que por uma questão ética não podem ser expostas aqui, mas que chegou a decisão de que o MLM e Thiago Vieira foram acusados sem provas e caluniados dentro do grupão do whatsapp da ANMM, infelizmente os envolvidos se recusaram a fazer a retratação e preferiram sair da ANMM. Também fiz parte de várias atividades, do GT de Direitos Humanos, da campanha todo dia 20 do Descriminaliza STF, das conferências livres, da comissão de trabalhos da ANMM para o Fórum Social Mundial 2022, dos dois encontros de planejamento 2021 e 2022, da elaboração do documento entregue ao Governo de Transição em dezembro de 2022, das lives sobre a PL 399/2015, dentre tantas outras atividades.

Porém, toda essa relação orgânica que formei de cumplicidade, militância e amizade foi colocada na balança das análises desta tese, o olhar nesse momento não é do amigo, do militante, mas sim do cientista, é importante que estejamos atentos para o que Orivaldo Lopes Jr (2019) fala sobre as parcerias do conhecimento.

> Ao pesquisar o mundo, e de modo muito particular o mundo social, isto é, as relações entre os humanos e destes com os não-humanos, nada mais estamos fazendo do que trocando conhecimentos. É disso que se tratam as Parcerias do Conhecimento. Somente entrando em parcerias com o mundo, novos saberes poderão ser construídos. (LOPES JR, 2019, p. 23)

Ou seja, o que está em jogo são as relações e as subjetividades em ação e dinâmica, não se deve negar nenhum dos lugares de fala do sujeito, mesmo que este seja, pesquisador e militante, nem se deve negar, como já foi bem enfatizado aqui a relação com o não-humano.

> No caso da díade sujeito-objeto, não se trata de buscar um armistício de mútuo respeito, mas de se pensar em um método que interrompa a negação do sujeito, possibilitando sua emersão. Mais do que isso, toda questão filosófica da relação sujeito-objeto colocada desde a inauguração da Modernidade deve ser reavaliada, pois o que está em jogo não é apenas uma atitude politicamente correta do cientista social para com seu "objeto" de estudo. (LOPES JR, 2019, p. 32)

Dito isto sobre o pesquisador e suas relações, passemos agora às entrevistas, começamos com Daiane Ros[55] . Ela tem 38 anos, nasceu em Salvador, mas a maior parte de sua vida viveu em Maceió, seus pais a levaram para lá ainda na primeira infância. Foi também na infância que começou sua formação musical, na Igreja Batista da Pajuçara, onde aprendeu o canto, violão, percussão e um pouco de teclado. No início da juventude foi garçonete, profissão que a fez aprender a servir e a acolher. Trabalha com práticas integrativas e complementares, por mais de oito anos fez parte do MOPS-movimento popular de saúde, onde pode participar de várias ações da militância em defesa do SUS e de diversas formações, tornou-se Educadora Popular e Terapeuta Reikiana. Está em vias de terminar o curso de Pedagogia na Universidade Federal de Alagoas – UFAL. Durante sua entrevista, ela falou sobre sua entrada nos movimentos sociais a partir do movimento popular de saúde e como conheceu o MOPS nos anos de 2010. Daiane Ros destacou que gosta da pluralidade de

[55] https://www.youtube.com/watch?v=hNPVGincWPs

bandeiras desses movimentos, que abrangem muitas causas e não fragmentam, enfraquecendo o movimento.

Daiane também contou sobre sua participação na Marcha da Maconha em 2017, que não foi bem organizada e resultou em poucas pessoas na rua e um clima triste, como um funeral. Ela descobriu que em 2015, durante a Marcha da Maconha em Maceió, houve uma violenta repressão policial no final da marcha, o que explicou o motivo pelo qual a organização da marcha em 2017 foi deficiente. Daiane Ros é uma lésbica, estudante de pedagogia da Universidade Federal de Alagoas e defensora do SUS. Ela se define como uma "preta meio desbotada" e seus pronomes são ela e dela. Daiane Ros é uma ativista empenhada em várias causas e luta contra a fragmentação do movimento social.

Nos anos de 2010, ela se envolveu com o Movimento Popular de Saúde (MOPS), um movimento que busca atender a pluralidade de demandas relacionadas à saúde, independente de raça, gênero ou orientação sexual. No entanto, em 2018, ele se afastou do MOPS devido a desacordos com outros militantes. Buscando um novo movimento para participar, ele decidiu se envolver na organização da Marcha da Maconha em Maceió, que aconteceu em 2017. Posteriormente, ele descobriu que em 2015, a marcha em Maceió foi violentamente reprimida pela polícia, o que explicaria o receio das pessoas em participar da organização em 2017. Após a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de descriminalizar o uso de maconha, o entrevistado considera que em Maceió ainda há muita repressão aos usuários da droga nas ruas.

É interessante ver como um evento que começou com uma multa em 2015 se transformou em uma marcha anual em Maceió, com um tema forte e uma mensagem clara para a sociedade brasileira. A legalização da maconha é um assunto que ainda é controverso em muitos lugares do mundo, mas é importante que haja diálogo e debate para que se possa chegar a uma solução adequada. A marcha da maconha é uma forma pacífica e democrática de expressar uma

opinião e chamar a atenção para um tema relevante. É ótimo ver que essa iniciativa se fortaleceu e continua crescendo em Maceió.

A legalização da maconha é uma pauta que enfrenta duras represálias em Maceió, como relatou Ros. Ela destacou que a luta não tem nada de glamouroso e que ser abertamente maconheira pode trazer consequências negativas, mas que é importante assumir uma postura de ativismo. A militante ressaltou que, assim como trabalha com crianças e não esconde o fato de fumar maconha na praça da UFAL, é fundamental que os maconheiros assumam essa posição em qualquer profissão, assim como aconteceu com a luta pelos direitos LGBT.

A ativista também compartilhou sua experiência de participação na marcha da maconha, que a transformou em uma militante engajada em diversas ações conjuntas com outros movimentos, como o MST. Ela destacou a contradição de um estado que se declara democrático, mas cujos órgãos repressores agem na ilegalidade contra as leis, mesmo diante da decisão do Supremo Tribunal, que é o guardião da Constituição. Um hiato de alguns anos sem marcha da maconha causou um impacto em Maceió, mas também deu origem a novos grupos e pessoas envolvidas na causa. Os guerreiros que persistem nessa luta merecem parabéns pelo seu engajamento. Segundo Daiane Ros a Articulação Nacional de Marchas da Maconha surgiu como um movimento social que busca a legalização da maconha no Brasil. Essa ideia se organiza através de diversos grupos em diferentes cidades do país que organizam manifestações públicas em prol da causa. As principais narrativas envolvem a defesa da liberdade individual, o uso medicinal da planta e a necessidade de uma reforma na política de drogas do país.

Ela também falou que a história da marcha da maconha no Brasil é rica em detalhes e personagens, o que pode torná-la um tema interessante para um documentário. Ativistas, simpatizantes, políticos e personalidades públicas podem contribuir com suas perspectivas sobre a causa. Cada história contada traz à tona novos aspectos e evidencia a importância do debate sobre a legalização da

maconha no país. A história da Marcha da Maconha remonta a vários anos atrás, com o surgimento de diversas iniciativas de comunicação entre os participantes, incluindo a troca de e-mails durante o bate-papo do UOL, em torno de 2008. Nesse período, os usuários discutiam sobre as marchas da maconha que ocorriam em todo o país. Embora muitas pessoas não usem mais e-mails atualmente, as instituições ainda os utilizam, e é possível imaginar como seria diferente o cenário atual, com o WhatsApp e outras barreiras de comunicação.

Ela diz que naquela época, já havia a intenção de se formar uma iniciativa nacional, embora muitos evitassem usar a palavra “representante”, devido a opiniões divergentes sobre o assunto. Apesar disso, há diversos movimentos nacionais no Brasil, embora a Marcha da Maconha ainda não tenha se estabelecido completamente como um deles. Embora exista uma Articulação Nacional das Marchas da Maconha, esta não é um movimento ou instância deliberativa. Ela não propõe regras ou decide sobre as ações das marchas locais, como a Marcha da Maconha em Maceió. Atualmente, ainda estão construindo uma carta de princípios, cuja finalização ainda é desconhecida. A pandemia de COVID-19 também afetou a organização das marchas. Embora ainda haja motivos justificados para a continuidade das ações, muitas mudanças ocorreram nos últimos anos, e a situação atual permanece em constante evolução.

Um grupo formado para a Marcha da Maconha, chamado "MDM Marcha da Maconha Brasil", com pessoas de diversos DDDs, teve uma questão controversa durante a pandemia. O grupo foi criado em 2018 com o nome "Marcha da Maconha Brasil", mas membros mais antigos questionaram a mudança de nome. Após uma pessoa da marcha de Santos criar uma conversa no Instagram com mais de 30 perfis, uma reunião foi marcada para discutir a continuidade das marchas durante a pandemia. Um grupo no WhatsApp foi criado, mas ainda havia questões sobre quem tinha permissão para usar o nome "Marcha da Maconha Brasil" e a coordenação nacional das marchas. Em março de 2019, o grupo fez sua primeira live e começou a se reunir todos os domingos durante a pandemia. O grupo decidiu criar uma articulação nacional das marchas,

que foi concretizada após a realização do evento online "maconhaço". As pessoas foram convidadas a tirar fotos com algumas hashtags oficiais e enviar para o grupo. A live com a participação de todos foi um sucesso e tudo foi registrado no Instagram desde o início.

Ela diz que isso gerou um incrível fenômeno em tempos de isolamento social: pessoas confinadas em casa não por causa da pandemia, mas sim para participar de um programa semanal online. O compromisso era sagrado: todos os domingos, das 20h até quase meia-noite, uma conversa com um grupo de pessoas desconhecidas, mas com um interesse em comum: a Marcha da Maconha. A partir daí, diversas Lives foram criadas, com temas variados e até mesmo uma trilogia sobre a erva. Entretanto, nem tudo são flores na organização desses eventos. A Articulação Nacional de Marchas da Maconha, da qual algumas Marchas fazem parte, não é tão abrangente quanto se pensa. Muitas pessoas participam do grupo no WhatsApp, mas poucas efetivamente se envolvem nas atividades. Daiane Ros relata que durante a pandemia, surgiram diversas demandas urgentes, como o PL 399, consultas públicas da CONITEC e a situação de encarceramento e mortes devido à COVID-19 em presídios. Diante disso, a Articulação Nacional de Marchas da Maconha decidiu criar grupos operativos no WhatsApp e realizar reuniões para articular ações e pressionar o STF. Essa rede cresceu e se fortaleceu ao longo do tempo, permitindo a criação de diversas atividades periódicas, como lives[56] mensais para pressionar o STF em relação a um recurso extraordinário que não é mexido desde 2015.

As reuniões e lives foram tão intensas que alguns membros enfrentaram problemas conjugais, mas, mesmo assim, continuaram engajados na articulação. Após a pandemia, houve conflitos internos, o que levou algumas pessoas a deixarem o grupo. No entanto, a rede criada ainda é valorizada e tem a esperança de continuar crescendo. Segundo Daiane Ros um aspecto importante foi a participação de convidados em lives, incluindo B Negão, a plataforma da

[56] Vídeos ao vivo em plataformas virtuais na internet

apolítica de drogas e a redução de danos com Luana Malheiros e Denis Petuco. Ela afirma que as lives foram transmitidas em mais de 30 páginas do Facebook, criando uma rede de transmissão abrangente. Ela também afirma que todo o material das lives está disponível no Facebook e será editado para torná-lo mais acessível. É importante ressaltar que existem narrativas e disputas em torno das ações realizadas durante a pandemia.

Durante a pandemia, muitos movimentos sociais tiveram que se adaptar à nova realidade virtual, porém a Articulação Nacional de Marcha da Maconha surgiu desse contexto específico. Com apenas dois anos de existência, a organização já está em meio a disputas narrativas sobre a história do movimento antiproibicionista. Daiane Ros ironiza ao dizer que enquanto alguns afirmam ser pioneiros na luta contra a proibição da maconha desde a década de 2000 a.C. (a entrevistada estava sendo irônica), ela destaca que o antiproibicionismo já era discutido desde a década de 30 e que houve ativistas combatendo o proibicionismo em candidaturas na década de 80.

Ainda assim, o movimento defende uma abordagem coletiva, comunitária e humilde, deixando de lado a busca por heróis individuais e bandeiras específicas. Para Ros, enquanto a Articulação Nacional de Marcha da Maconha surgiu da necessidade de se adaptar às novas realidades virtuais que foram intensificadas pelo contexto de pandemia, a organização também teve que aprender a lidar com o hibridismo entre o mundo físico e o virtual no período de reabertura social da pandemia. Daiane Ros diz que mesmo sem se conhecerem pessoalmente, os membros do movimento buscam criar um material rico sobre a ANMM. Ela diz que isso foi feito de forma quase profissional durante a pandemia, a fim de reconectar as pessoas com os sentimentos da época. Daiane Ros fala sobre essa história de amizades construídas através de pouco mais de 2 anos de lutas em prol da legalização da maconha de forma nacional minimamente organizada com periodicidade constante e uma produção gigantesca.

Ela argumenta que a Articulação Nacional de Marchas é um movimento que tem alcançado grandes feitos, como a PL 399. Mas, nem todos sabem que

esse sucesso não foi alcançado apenas através de críticas, mas sim de um processo de embasamento da proposta. Daiane Ros afirma que pela primeira vez na história do Congresso Nacional, um movimento foi diretamente ouvido por alguns parlamentares que citaram o movimento no documento. Esse processo foi possível graças aos contatos políticos bem articulados de alguns membros do movimento, que trabalharam em conjunto para fazer suas vozes serem ouvidas pelos candidatos eleitos. Ela diz que durante as reuniões da Coordenação Nacional de Marchas, foram apresentadas opiniões e alterações para o PL 399, que aborda a questão do acesso de todos à maconha. A articulação defendeu que o projeto não garantia esse acesso para todos, especialmente aqueles que não têm condições financeiras, o que era uma preocupação do movimento.

Além disso, Daiane Ros fala que houve disputas em relação à narrativa que se apresentava na construção do projeto. O objetivo da articulação não é a legalização que favoreça apenas a indústria e mantenha as opressões históricas, mas sim uma legalização que permita o acesso de todos à maconha. Todas as reuniões da Coordenação Nacional de Marchas são gravadas e armazenadas em um drive para garantir a segurança do movimento e manter um registro. Através de reuniões com assessores dos deputados, a articulação apresentou suas opiniões e alterações para o projeto. Mesmo com a aprovação da chamada PL da maconha, a luta pela legalização continuará em busca de um acesso justo e igualitário para todos.

Ros também fala sobre a existência de vários Grupos de Trabalho (GTs) dedicados a temas relacionados à luta pela legalização da maconha, incluindo harmonização e formação. Em entrevista concedida, a entrevistada destacou a importância da articulação desses grupos, e mencionou uma ação significativa que participou: a Conferência Livre Antimanicomial de Saúde Mental, que foi uma pré-conferência nacional. Ela afirma que através desse evento, a luta antimanicomial foi aproximada da Articulação Nacional de Marchas da Maconha, resultando na inclusão de algumas pessoas do movimento da luta

antimanicomial no grupo da articulação nacional de marchas. Durante a conferência, foram produzidas várias propostas importantes, que foram enviadas para a conferência nacional de saúde mental, abordando questões como redução de danos e reparação histórica.

Por fim, a entrevistada também enfatizou a importância da luta pela saúde mental atualmente, e destacou que a marcha realizada em Maceió no dia 26 de novembro de 2022 deixou claro que muitas pessoas precisam dessa luta, especialmente aqueles que sofrem encarceramento, como as pessoas negras, que vivem na periferia e mulheres. A maconha, segundo a entrevistada, é uma planta que tem o poder de transformar vidas de diversas formas, tanto para pessoas ricas quanto pobres, brancas ou negras, homossexuais ou LGBTQ. Ela finalizou sua entrevista agradecendo a oportunidade e enfatizando a importância de continuar lutando pela causa.

Zaza Lula[57] é Redutora de Danos, do movimento Sem-Teto e moradora de ocupação, atual Secretária de Redução de Danos e Política Sobre Drogas da ABGLT, está representando a entidade na Comissão Orientadora da Plataforma Brasileira de Política Sobre Drogas, E representando a PBPD no Conselho Estadual de Política Sobre Drogas de São Paulo membro do Movimento de Moradia de São Paulo, da Coordenação Nacional de Entidades Negras, CONEN, da Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas, RENFA e da Articulação Nacional de Marchas da Maconha. Estudante de Graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal de São Paulo.

A militância de Zaza começou em 1992, durante o movimento Fora Collor, quando ainda era muito jovem. O envolvimento com movimentos sociais acompanhou Zaza durante toda a vida, desde a época em que estudava no colégio Lauro Sodré, uma das maiores escolas públicas de Belém. A escola, com mais de 100 anos, tem uma história familiar para Zaza, já que seus tios competiam no atletismo e seu tio foi fundador do PT. Em 1992, a galera do Grêmio estudantil

[57] https://www.youtube.com/watch?v=kPtSKiWQN-Y

já conhecia a família de Zaza e a incluiu no movimento estudantil, o que a fez militar ativamente por muitos e muitos anos.

Para Zaza, participar desses encontros na UFRN é uma honra e gratificante, pois permite o debate e a produção de conteúdo científico sobre um assunto tão relevante para a luta antiproibicionista. A troca de ideias e informações sobre o tema é crucial para a construção de uma política pública mais adequada ao sujeito, sem que haja criminalização ou discriminação. É preciso que se pense em um modelo que acolha o sujeito e seus direitos humanos, em vez de colocá-lo à margem da sociedade.

Sua jornada na militância começou ainda na juventude, quando participou do movimento Fora Collor em 1992. Depois, passou a militar no movimento estudantil e, mais tarde, no movimento LGBT. Durante seus estudos na Universidade Federal da Bahia (UFBA), Andreza teve contato com professores e colegas engajados na causa antiproibicionista. Foi nesse ambiente que ela ajudou a fundar o coletivo "Akill", que hoje representa a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT).

Entre as ações mais marcantes de sua militância, destaca-se a participação na organização da primeira marcha da maconha em Salvador, em 2008. Na época, o movimento era incipiente e enfrentava resistência e repressão das autoridades. Mesmo assim, Andreza se uniu aos estudantes e ao professor Eduardo Mancuso para organizar o evento. A marcha acabou sendo proibida, mas não impediu que Andreza continuasse lutando pelos direitos das pessoas que usam drogas.

Depois de deixar Salvador, Andreza se dedicou a trabalhar no programa de redução de danos da Faculdade de Medicina da UFBA, coordenado pelo médico Tarcísio Andrade. Durante três anos, participou de projetos e se capacitou em redução de danos, contribuindo para uma abordagem mais humana e menos punitiva em relação ao consumo de drogas. O movimento estudantil de

Salvador começou a se engajar na causa por novas políticas sobre drogas em torno de 2009/2010, em meio ao grande debate sobre o crack. Embora não houvesse uma verdadeira militância da marcha da maconha na cidade, o coletivo Granja Livre foi fundado na Universidade Federal da Bahia (UFBA) para lutar por mudanças nessa área. Embora o coletivo tenha desmontado, seus membros continuaram atuando na causa, incluindo Dudu, que também fazia parte da Iniciativa Negra.

Foi nessa época que Joe, Luana e outros militantes da causa LGBT e de novas políticas sobre drogas se tornaram amigos na UFBA e começaram a se organizar mais nesse sentido. Joe veio para São Paulo com a intenção de passar um tempo e escrever sua monografia sobre drogas e prostituição no subúrbio ferroviário de Salvador, mas acabou se envolvendo no movimento na cidade e nunca mais voltou.

Durante esse período, Zaza teve a oportunidade de trabalhar no EdLei e na Cracolândia, o que o impactou profundamente como redutor de danos. Ele também participou do programa Aliança de Redução de Danos Fátima Cavalcante na faculdade de medicina da UFBA, estudando a prostituição e o uso de drogas na região de subúrbio Ferroviário de Salvador.

Zaza destaca a importância do professor Edward MacRae na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA e do departamento de Antropologia como influências na geração de militantes que são, de certa forma, seus discípulos na causa. Joe e outros militantes do movimento estudantil foram chamados para ajudar a organizar as marchas da maconha e se engajaram na luta por novas políticas sobre drogas.

Ela também argumenta em sua entrevista que, no início da década de 2000, o debate acerca do uso de crack era muito intenso e chamava a atenção da sociedade. Na cidade de Salvador, por exemplo, a Cracolândia era um problema que causava grande preocupação. As pessoas que frequentavam a região sofriam violência e eram agredidas com água gelada todas as manhãs. Além disso, suspeitas de atividades ilegais também cercavam o local. Para ter uma

experiência mais próxima do problema, Zaza teve a oportunidade de trabalhar na Cracolândia por um tempo.

Segundo Zaza, outro tema que também gerava polêmica na época era a marcha da maconha. Zaza participou de uma reunião da Associação Brasileira de Redução de Danos (ABRAND) no Rio de Janeiro, em 2009, onde se encontrou com outros participantes da marcha. O objetivo do encontro foi combinar estratégias para evitar a abordagem policial, que costumava resultar em prisões e processos por apologia à droga. Foi decidido que o uso de espaços protegidos, como universidades, seria mais seguro para realizar manifestações.

Ela afirma que a marcha da maconha não apenas levantava a bandeira da legalização da droga, mas também buscava informar e prestar assistência social às massas populares. Essa iniciativa atraiu pessoas de diferentes contextos e originou uma segunda geração de militantes, que se juntou aos defensores da redução de danos.

Foi assim que Zaza conheceu o Júlio Delmanto, um dos participantes que tentavam realizar um movimento nacional da marcha da maconha. Em São Paulo, ela participou da primeira reunião da Marcha da Maconha com membros do DeLei da época e da Aliança de Redução de Danos. Nessa reunião, conheceu a professora Maria Lúcia Karam, importante figura no antiproibicionismo e fundadora do LEAP, um grupo de juízes, advogados e delegados de polícia que são contra a proibição das drogas e a favor da segurança pública.

Durante a conversa com Maria Lúcia, Zaza ouviu algo que mudou sua militância e perspectiva sobre o tema, evidenciando a importância do diálogo e da troca de ideias na busca por soluções para a problemática das drogas.

Em um encontro marcante em São Paulo, Maria Lúcia Karam expressou sua opinião de que um sistema penal não é necessário na sociedade e que deveríamos nos concentrar em um sistema de reintegração, reabilitação e processo social. Zaza argumenta que essa perspectiva revolucionária inspirou

uma nova militância antiproibicionista e levou ao surgimento de vários movimentos e iniciativas em todo o país.

Um desses movimentos foi o bloco de feministas antiproibicionistas na Marcha da Maconha de São Paulo, que reuniu pessoas de diferentes setores da sociedade. Este encontro também levou à criação do Movimento Antiproibicionista Nacional, um grupo formado em 2010/2011, que busca promover a conscientização sobre os danos causados pelo sistema proibicionista e lutar por políticas públicas que enfatizem a reintegração e a reabilitação em detrimento da punição.

Ela afirma que ao abolir a ideia de que a criminalidade pode ser resolvida simplesmente punindo os criminosos, o movimento antiproibicionista está chamando a atenção para a necessidade de uma reforma fundamental do sistema de justiça criminal brasileiro. Ela também argumenta que com a ajuda de expoentes como Maria Lúcia Karam e o apoio de uma base crescente de ativistas, o Movimento Antiproibicionista Nacional está trabalhando para construir um futuro mais justo e equitativo para todos.

Falando um pouco mais sobre sua história, Zaza fala que outro fato que lhe marcou foi a construção de um muro dentro da faculdade, o que gerou discussões acaloradas entre os membros da instituição e a comunidade do Calabar, que utilizava a rua São Lázaro como acesso à praia. Embora essa rota conecte a universidade à comunidade e à praia, a região de fronteira entre elas tornou-se perigosa devido a assaltos frequentes. Em meio a esse cenário, um projeto denominado "Jovens Multiplicadores de Ações de Redução de Danos em Comunidades Atingidas pelo Tráfico" foi implementado com o intuito de ressocializar e incentivar jovens egressos do sistema escolar por conta de problemas com drogas, bem como aqueles que estavam estudando e tinham o objetivo de não deixar a escola. O projeto recebeu uma bolsa do Governo da Bahia e atendeu a 84 jovens entre 15 e 17 anos. Para Zaza, durante a execução, o debate sobre drogas e a questão das comunidades afetadas se intensificou, assim como a discussão sobre a distribuição de seringas e a legalização da

maconha, que estava em foco na época. Com o objetivo de trazer embasamento sobre todas as questões sociais envolvidas no antiproibicionismo e no discurso da legalização, foi criado um ciclo de debates como parte da Marcha da Maconha, um evento científico acadêmico.

Zaza também aponta a relação entre a proibição da maconha e questões de raça, classe e marginalização tem sido objeto de pesquisas na área. Ela cita Luísa Saad, e dá enfoque à importância de abordar essas questões, considerando a autonomia das marchas da maconha em Natal, que operam com sua própria lógica e resistem às tentativas de centralização.

Zaza lembra-se de como o termo "encarceramento em massa" foi incorporado nos Estados Unidos para denunciar o alto índice de população carcerária no país. Recentemente, uma lei foi aprovada nos EUA para que o furto de menos de mil dólares não resulte em prisão, devido à superpopulação carcerária que já é um sistema privado incapaz de lidar com essa relação entre violência e encarceramento.

Com base nisso, Zaza passa a fazer a denúncia que o encarceramento em massa da pobreza no Brasil está relacionado à exploração das comunidades carentes para o tráfico de drogas. Para combater essa situação, ela defende a necessidade de organização nacional das marchas da maconha, um movimento que ele acompanha desde o início.

Em uma reunião da Associação Brasileira Multidisciplinar de Estudos sobre Drogas – ABRAMD, Zaza propôs à organização nacional da Marcha da Maconha de São Paulo a realização de uma articulação que fosse nacional. Segundo ela, com a ajuda de um grupo de militantes que mapeou as pessoas que estavam em listas de discussão, a primeira reunião nacional foi realizada em 2015 com o objetivo de construir uma ação nacional. Desde então, o movimento tem crescido e se fortalecido em todo o país.

Zaza também destaca as dificuldades enfrentadas na criação do grupo MDM (Marcha da Maconha Brasil) e os debates sobre a participação de partidos

políticos no movimento. Ela relata que a questão foi superada e que, na época em que começou a militar, já estava junto com a galera do PT, do núcleo de política sobre drogas do partido. Segundo ela, o debate sobre o aparelhamento do movimento por partidos políticos era o que mais contaminava o grupo, mas foi superado com o tempo.

Ela fala que nos primórdios da organização da Marcha da Maconha, muitos questionamentos surgiram acerca da presença de partidos políticos e de uma atuação continuada no movimento, continuada no sentido de ultrapassar o dia da marcha, ser mais que isso. De acordo com Zazá, a proteção exagerada da autonomia gerava muita discordância no grupo e dava origem a conflitos internos. No entanto, com o passar do tempo e a articulação cresceu para uma rede nacional, e, a Marcha da Maconha se transformou em um movimento social organizado, com definição de objetivos e ação política mais ordenada.

Para Zaza o evento Novembro Negro Verde, que ocorreu em 2016 ou 2017, marcou esse momento de transição. Catalogando todas as marchas da maconha e criando um mapa coletivo, a iniciativa permitiu que mais pessoas se juntassem ao movimento e que a arrecadação de verba para material unificado fosse feita de forma nacional e não mais local. A partir de então, a Marcha da Maconha se converteu em um movimento social, capaz de ocupar espaços políticos e lutar, por exemplo, em uma de suas frentes mais avançadas hoje, a luta pela regulamentação da cannabis terapêutica medicinal.

Ela diz que essa mudança de perfil da militância também permitiu que a liberdade de expressão fosse garantida nas camisetas, nas marchas e em todas as outras atividades do movimento. Com isso, a luta pela regulamentação da cannabis medicinal avançou significativamente, com a instalação de uma comissão no Congresso Nacional, o que era impensável em 2010.

Para Zaza, a articulação nacional da Marcha da Maconha é essencial para a organização da pauta cannábica e para a segurança da militância. A partir do momento em que se percebe que há um movimento grande, se sente mais seguro para militar e fazer as coisas. Além disso, essa articulação permitiu que a Marcha

da Maconha se transformasse em um movimento social capaz de ocupar espaços políticos e estremecer o sistema bruto.

Zaza destaca a importância da rede construída pelos movimentos em meio à pandemia, que congregou mais de 50 páginas (na internet: facebook, blogs, sites, twitter, instagram, etc.) de diferentes militâncias em prol das novas políticas sobre drogas. Essa convergência, segundo Zaza, possibilita a produção de conteúdos de comunicação que evidenciam a diversidade de lutas existentes, como a militância médica, de milícias comunitárias e pelo direito dos usuários de maconha medicinal, dentre outras. Como foi dito nos capítulos passados, a questão da grande exposição na internet, nas redes sociais, foi um fator que alterou e agiu na construção do grupo que se auto-intitulou ANMM. Foi essa excessiva produção de material digital, que, atrelado ao momento de pandemia, o que dotou os militantes de mais tempo em casa, na frente dos aparelhos e conectados a internet, fazendo surgir uma interação completamente nova dentro deste movimento social, que junta pessoas dentro de suas casas em quase todos os lugares do país, com pautas e ações próprias.

Ela também ressalta a urgência de agir rapidamente diante dos depoimentos ouvidos pela sociedade, que demonstram a necessidade de garantir o acesso aos benefícios da maconha, como o uso medicinal. Ela afirma que a repressão sofrida pela marcha da maconha de São Paulo foi o estopim para a criação da organização, que hoje agrega também outras lutas, como a da comunidade LGBTQIA+.

Zaza defende que o movimento pela legalização das drogas e a luta contra a opressão de minorias são questões interligadas dentro do mesmo sistema de controle moral e vigilância de corpos. Além disso, Zaza destaca a importância de se construir um movimento já nascente com a característica de ser anti-machista e anti-racista, uma vez que isso é "caríssimo e muito importante" para a juventude que está nascendo e que é tão representativa no movimento.

Para Zaza, o movimento de novas políticas sobre drogas pode ser um espaço de militância também para a comunidade LGBT, que muitas vezes são usuários de substâncias e não sabem onde militar. Assim, garantir que o movimento anti-LGBTfóbico é fundamental para agregar mais pessoas à luta e garantir que as pautas sejam abrangentes. Ela destaca o trabalho desenvolvido na coordenação da Secretaria de Redução de Danos e Políticas sobre Drogas, em parceria com a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), onde se busca promover novas políticas sobre drogas que enfrentam também o machismo, a lgbtfobia e o racismo. A militância é composta por diversas pessoas e lutas, e a rede construída durante a pandemia é uma inovação que veio para fortalecer o movimento. Para Zaza, o movimento de novas políticas sobre drogas pode ser um espaço de militância também para a comunidade LGBT, que muitas vezes são usuários de substâncias e não sabem onde militar. Assim, garantir que o movimento é anti-LGBTfóbico, é fundamental para agregar mais pessoas à luta e garantir que as pautas sejam abrangentes.

Ela afirma que a ANMM tem se engajado no processo de descriminalização de usuários de drogas, que está sendo discutido no Supremo Tribunal Federal (STF). Para alcançar esses objetivos, a ANMM conta com uma série de grupos de trabalho (GTs), que atuam em diversas frentes, como, por exemplo, GT de Formação, GT Operativo, GT Agenda e GT de Harmonia. Mais um indicativo de como a ação desse movimento social, que tem muito do seu foco na internet, pode produzir alterações na forma de organização da militância sobre o tema a nível nacional.

Segundo Zaza, a organização é muito mais do que apenas as reuniões semanais, sendo uma estrutura organizada e orgânica que busca dar voz às demandas dos usuários de drogas. ANMM oferece suporte jurídico a pessoas que enfrentam problemas com a justiça, além de apoiar e fazer parte da vida de usuários de drogas em todo o país. A articulação nacional em torno da PL 399 é um exemplo de como a atuação da organização pode ter impacto além dos GTs

de Direitos Humanos. Essas demandas são do plano do real, porém são enfrentadas dentro desta ótica da interação com o plano virtual enquanto uma ferramenta útil para as mudanças sociais almejadas pelo grupo da ANMM.

Para Zaza, a ANMM é uma escola, um suporte e uma parte importante de sua vida. Como pesquisador, ao analisar os cadernos e anotações de campo, pude observar que quando Zaza destaca a importância da ANMM, assim como outros também o fazem, ela está referindo-se não apenas às questões físicas, mas também às questões mentais. A participação na ANMM serviu como um ponto de foco para muitas pessoas durante os períodos de restrições de saúde impostas pela pandemia, proporcionando um apoio valioso para o bem-estar mental em meio a circunstâncias desafiadoras. A redução de danos é uma área específica na qual a organização atua, e que tem sido cada vez mais relevante, especialmente após a pandemia. Com sua atuação, a ANMM tem se mostrado uma importante aliada na luta pelos direitos dos usuários de drogas e pela garantia de políticas mais justas e igualitárias para todos.

Thiago Vieira[58] é um historiador com mestrado em psicologia social pela UFRJ. Ele afirma militar por uma nova política de drogas desde 1999, sendo membro do MNLD (Movimento Nacional pela Legalização das Drogas) e atuando no MLM (Movimento pela Legalização da Maconha) desde sua fundação em 2010. Durante 8 anos, trabalhou como assessor em política de drogas e saúde mental no mandato do vereador Renato Cinco do PSOL. Lá, ele coordenou a equipe de drogas e saúde mental e atuou como secretário AD HOC da Comissão Especial de Assistência às Vítimas da Guerra às Drogas, além da Comissão Especial da Maconha Terapêutica. A história de Thiago Vieira é marcada por sua atuação na militância desde a adolescência. Thiago conta que sua militância teve início aos 15 anos, quando participou do Grêmio da escola e, posteriormente, da Associação Municipal de Estudantes Secundaristas.

[58] https://www.youtube.com/watch?v=IBIYe9BYdbg

Sua participação no Grêmio da escola e na Associação Municipal de Estudantes Secundaristas foram o pontapé inicial para sua trajetória no movimento social. Na faculdade, de acordo com o entrevistado, ele se juntou a uma frente independente composta por diversos partidos políticos para vencer uma disputa com outra facção que hegemonizou o espaço. Com a vitória, Thiago passou a integrar a rádio pulga, que estava fechada há alguns anos, com o objetivo de reabri-la.

Thiago falou sobre sua atuação na Rádio Pulga, um espaço de autogestão com forte presença anarquista e independente. Ele explicou que a rádio não tinha uma liderança definida e as decisões eram tomadas coletivamente, sendo um exemplo de organização horizontal. Além disso, Thiago destacou a importância desse espaço de autogestão para o desenvolvimento do movimento Impressionista, que surgiu posteriormente.

Nesse momento da entrevista, ele aborda o contexto em que atuou na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no Instituto de Filosofia Ciências Sociais e História, que fica no centro da cidade do Rio de Janeiro. Ele mencionou a peculiaridade desse espaço universitário, que era frequentado por muitas pessoas da cidade e tinha menos repressão policial. Thiago ainda falou sobre a criação do espaço da sala 420, onde os estudantes podiam fumar sem incomodar as aulas.

Na época em que participava da rádio, a sala 420 era o espaço utilizado pelos estudantes para fumar e discutir ideias. Thiago falou um pouco de Wagner Coutinho, um teórico baiano, desenvolveu a teoria dos "espaços legalaizes", inspirada nas zonas autônomas temporárias de Hakim Bey. Joe (Wagner Coutinho), ele buscou em sua pesquisa mapear esses espaços no Brasil, apesar dos riscos envolvidos. Thiago destaca que aprendeu a fazer política de uma forma diferente na Rádio Pública, lidando com uma população militante menos convencional e com uma formação menos organizada e mais cognitiva. Isso permitiu debates mais plurais e um desenvolvimento de consensos de outras formas. A ciência é importante para avançar e superar, mas é necessário

preservar as pessoas e entender os riscos envolvidos na produção de dados que envolvem ilegalidade.

Thiago Vieira, também, abordou a resistência que muitas pessoas têm em relação às formas de participação em assembleias e reuniões, que muitas vezes exigem organização e falar dentro de um tempo pré-estabelecido. Ele explicou que essas regras existem justamente para garantir que todos tenham a oportunidade de falar e participar, e que muitas vezes elas acabam prejudicando as pessoas que não estão acostumadas a essas formas de participação.

Vieira ressaltou que é importante desenvolver métodos e se familiarizar com essas formas de participação para garantir que todos possam se colocar e participar efetivamente. Ele destacou que essas regras não devem ser vistas como um problema, mas sim como uma forma de garantir a participação de todos.

O entrevistado contou sobre sua experiência como assessor parlamentar, e como a sua forma de se relacionar nas reuniões, sem seguir as regras tradicionais, gerava desconforto nas pessoas mais acostumadas a essas formas de participação. Ele defendeu a importância de fazer a ponte entre esses dois mundos, para que todos possam participar e contribuir de forma efetiva em espaços de discussão e deliberação.

O entrevistado Thiago Vieira relembra sua experiência na Rádio Pública em um bate-papo descontraído que acabou se transformando em uma roda de estudos informais, onde a discussão de teorias e conceitos acadêmicos era o principal tema. Thiago destaca que esse grupo de estudos informal era composto por estudantes autodidatas que não tinham bolsas de pesquisa ou orientação de professores. Com o tempo, o grupo criou uma comunidade no Orkut, denominada Núcleo de Estudo das Substâncias Psicoativas e Sociedade (NESPAS), que se tornou um espaço de troca e aprendizado para todos os participantes.

Segundo Thiago, na época em que o grupo se formou, em 1999, ninguém sabia que aquela seria a base para suas futuras carreiras na antropologia, ciência

política ou sociologia, mas hoje em dia, muitos dos antigos membros do NESPAS estão envolvidos em programas de pesquisa e são investigadores na área de drogas e sociedade. Thiago destaca que a roda de estudos informal do NESPAS foi fundamental para o surgimento desses programas de pesquisa, como o da Universidade Federal Fluminense (UFF), coordenado por Frederico Policarpo, que muitos dos antigos membros do NESPAS passaram por ali. Assim, fica evidente como a conversa informal pode ser transformadora e gerar iniciativas importantes para a sociedade.

Segundo Vieira, sua formação política se deu entre os maconheiros e ele se envolveu na organização da primeira Marcha da Maconha no Rio de Janeiro, que, à época, contou com pouca adesão e foi vista como um fenômeno exótico e raro. Entretanto, com o passar dos anos, o ativismo pela legalização das drogas foi ganhando força e passou a ser central nos debates eleitorais no Rio de Janeiro, influenciando inclusive a eleição de candidatos que se posicionavam a favor da descriminalização.

Vieira destaca que a guerra às drogas é um tema central na sociedade e deve ser compreendido e estudado com profundidade, pois tem um papel importante na política e na vida das pessoas. A luta pela legalização da maconha foi uma das manifestações do ativismo pela regulamentação das drogas, que contou com a organização de diversas marchas e mobilizações em todo o país. No entanto, em alguns momentos, a pauta teve que ser recuada diante da dificuldade de mobilização e da necessidade de construir uma base mais sólida e consciente. Vieira destaca ainda que o ativismo pela legalização das drogas passou por momentos de baixa mobilização nos anos 2000, mas voltou a ganhar força com as manifestações de 2013.

Thiago Vieira relembrou o processo de refundação do MLM em 2010, quando entenderam que a legalização da maconha poderia ser uma porta de entrada para o debate mais amplo sobre segurança pública no Brasil. Segundo Vieira, a maconha tem uma simpatia social muito maior do que outras drogas,

como a cocaína, e essa simpatia é fundamental para se criar um diálogo com a sociedade sobre a questão das drogas.

A Marcha da Maconha, que começou como uma manifestação pequena e exótica em 2006, hoje é uma manifestação que mobiliza pessoas em todo o país e tem uma articulação nacional, com direito a carta de entrega de princípios e documentos para o grupo de transição do governo. Para Vieira, a pauta do movimento antiproibicionista mudou muito nos últimos 25 anos e a legalização das drogas é um tema central nos debates sobre segurança pública no Brasil. De acordo com ele, o MLM, que em 2010 era um movimento recém-fundado, hoje é um movimento forte e consolidado na sociedade brasileira.

Thiago Vieira também fala que o grupo teve uma reunião com o deputado Paulo Teixeira para discutir o Projeto de Lei 399/15. Vieira afirmou que a luta pela legalização da maconha é séria e que muitos políticos hesitam em apoiar a causa por medo de serem ridicularizados. No entanto, ele ressalta que cada vez mais candidatos de esquerda manifestam apoio à pauta, seja por adesivos com a folha da maconha ou pela adesão aos coletivos de juventude ligados aos partidos. Segundo Vieira, a ANMM trabalha para legitimar a luta pela legalização e acaba absorvendo parte da juventude de esquerda. Ele também aponta para a existência de diversas correntes dentro do movimento e destaca a importância de se compreender as nuances da causa para evitar generalizações. Ele observa que as marchas ainda possuem um tom festivo, mas que a luta pela legalização é um assunto sério que merece atenção e debate público. Ele ressaltou que a organização dos jovens é fundamental para o sucesso das manifestações e que, apesar de não possuírem uma tradição de organização, a ludicidade dos jovens é um grande potencial para a militância.

Vieira também falou sobre a dificuldade de se organizar dentro do movimento, mas destacou que a falta de liderança é uma característica do grupo e que todos têm igual importância nas decisões tomadas em plenárias. Ele

afirmou que a intenção não é criar líderes ou herois, mas sim aglutinar massa e ter uma cara mais democrática e representativa.

Quando questionado sobre sua trajetória no ativismo, Vieira relembrou que o coletivo em que participa foi refundado em 2010. A partir daí, o grupo passou a apoiar todas as marchas do Estado do Rio de Janeiro e conseguiu eleger o vereador Renato Cinco em 2013. Vieira foi secretário na comissão especial de assistência às vítimas da guerra de drogas, que também estudava os fitoterápicos, e destaca que a militância se tornou sua profissão. Ele, a partir de 2013, passa a ganhar para isso e tem uma super imersão na causa.

Thiago Vieira explica que a MDM é uma iniciativa que surgiu no aplicativo de mensagens WhatsApp com o objetivo de reunir organizadores de marchas de todo o país. Ele conta que conheceu muitas pessoas que já faziam parte desse movimento, além de encontrar outros organizadores que não conhecia. Segundo o entrevistado, a MDM era um grupo que tentava aglutinar os ativistas antiproibicionistas e coletivos de todo o Brasil em 2019. A partir desse grupo, Thiago aproveitou a presença dos militantes em um encontro estadual antiproibicionista no Rio de Janeiro para propor a realização de um encontro nacional, algo que já havia sido fomentado em outras regiões do país também. De acordo com Thiago, foi então que a companheira Ingrid, em Recife, conseguiu o espaço e financiamento para a realização do Encontro Nacional de Coletivos e Ativistas, que fundou a Rede Nacional de Coletivos Antiproibicionistas (RENCA).

Thiago lembra que a RENCA não se tornou uma rede nacional super ativa, mas acabou se tornando apenas um grupo de e-mail. Ele reconhece que existia uma demanda de organização coletiva na época, mas que a RENCA não conseguia manter a dinâmica de reuniões e ações conjuntas. Para ele, atualmente, a RENCA tem sido utilizada mais como um meio de divulgação do que como uma ferramenta de organização. Thiago, afirma que desde esse momento ele defende que é preciso uma ação conjunta para que os ativistas antiproibicionistas possam alcançar seus objetivos.

Thiago Vieira relatou sua experiência com a iniciativa das Marchas da Maconha (MDM) no WhatsApp. Ele explicou que, no início, ficou observando e participando do grupo por um tempo, mas que houve conflitos internos por falta de definições e consensos sobre metodologia e teoria, o que gerou choques na purificação cognitiva. Em 2020, devido à pandemia, os companheiros de Santos ou da Baixada Santista puxaram uma atividade online para o dia 20 de abril, e a conexão do grupo de WhatsApp se tornou mais permanente. Thiago destacou a importância da união de ativistas de diferentes países, ela dá o exemplo de que, aprenderam com os espanhois a usar um aplicativo de transmissão de vídeo chamado OBS, utilizado até hoje pela ANMM. O ativista afirmou que, a partir desse evento do dia 20 de abril de 2020, a mobilização se manteve, até tomar a forma da Articulação Nacional de Marchas da Maconha que conhecemos hoje (2023).

Segundo Vieira, a ANMM promove reuniões semanais, todos os domingos às 20h, e realizou um Encontro de Planejamento no início de 2021, quando escolheram o nome da organização. A escolha do nome foi fruto de meses de discussão e resultou na opção pela Articulação Nacional de Marchas da Maconha, evitando assim uma abordagem totalizante.

Para Vieira, a Carta de Princípios da ANMM e o Projeto de Lei de Iniciativa Popular são dois importantes indicadores da maturidade que a organização vem alcançando. O membro da ANMM também destacou que a organização não reivindica falar em nome de ninguém que não esteja presente, apenas representa a si mesma e seus membros. Por fim, Vieira frisou que a ANMM não deve ser confundida com a Marcha da Maconha Brasil, mas sim compreendida como uma articulação nacional que busca a legalização da cannabis no país. Ele lembrou que há 20 anos, quando tudo começou, parecia apenas uma ideia maluca, mas hoje em dia a realidade é outra. Através da série de eventos e ações, o movimento foi capaz de influenciar questões políticas em nível internacional e nacional. Para isso, a organização é fundamental, como

exemplificado pelas reuniões semanais de planejamento. Embora essa rotina possa parecer repetitiva, é crucial para manter o grupo unido e focado em seus objetivos. De acordo com Vieira, o movimento não busca falar em nome de outras pessoas, mas sim defender seus próprios interesses de forma legítima e eficaz.

Vieira também afirma que a ideia de se organizar em grupos de trabalho (GT) sem posições permanentes foi fundamental para a construção da articulação. Thiago destaca que a estrutura é grande e é importante ter uma organização clara para que as descargas sejam efetivas.

O organograma da ANMM prevê reuniões todos os domingos e encontros de planejamento, como o que ocorreu em fevereiro de 2021, em que são tomadas decisões por consenso. A ideia é reunir um grande grupo de pessoas para debates mais extensos, como se fosse um grande congresso. Thiago ressalta que a organização é temporária e está prevista na carta de princípios da ANMM. Para ele, é fundamental ter uma estrutura organizada e efetiva para atingir os objetivos da articulação e conseguir impactar espectros políticos internacionais e agendas nacionais da política pública.

Thiago Vieira explica que, dentro da estrutura organizacional do grupo, a ideia é se organizar de maneira flexível, sem posições permanentes e sempre buscando consenso nas tomadas de decisão. As reuniões de domingo são fundamentais nesse sentido, pois são soberanas e respeitam as decisões anteriores, sem forçar mudanças. Apesar da flutuação na participação, que pode variar de 10 a 100 pessoas, o grupo busca manter a frequência semanal e a clareza nas decisões, mesmo com menos pessoas presentes. A ideia é seguir encaminhando as demandas e questões levantadas pelos coletivos participantes. Thiago destaca a importância de se programar para as reuniões de domingo, que demandam tempo e dedicação, mas que são fundamentais para a construção coletiva do grupo.

Ele destaca que o coletivo se divide em grupos de trabalho (GTs) responsáveis por diferentes áreas, como comunicação e harmonia interna.

Durante a semana, os membros trabalham em suas tarefas atribuídas nos GTs, e se reúnem aos domingos para tomar decisões coletivas.

O objetivo do grupo é buscar o consenso em suas decisões, garantindo que todos tenham a oportunidade de expressar suas opiniões e que ninguém seja forçado a concordar com uma decisão. O coletivo também preza pela segurança e respeito mútuo entre os membros, buscando garantir um ambiente de trabalho seguro e livre de opressão.

Thiago ressalta que o tempo e esforço dedicados ao coletivo são valiosos e que cada membro está doando voluntariamente uma parte importante de suas vidas para construir algo coletivo. Ele destaca que, ao contrário dos patrões, que pagam pelos serviços prestados, os membros do coletivo estão trabalhando de graça, doando seus talentos e habilidades para a construção de algo maior. Ele também, ressaltou a importância da construção de uma normatividade para o Grupo de Trabalho (GT) de Harmonia, a fim de garantir a eficiência e evitar conflitos decorrentes de diferentes interpretações. Ele destacou que o foco deve estar na tarefa do GT, não apenas no fato em si, e que a aplicação das regras deve seguir um protocolo prévio estipulado coletivamente. Seguindo essa linha de pensamento, Vieira defendeu a implementação de um Regimento para padronizar o funcionamento do grupo e facilitar a atuação de todos os envolvidos, evitando tensões e desentendimentos. Além disso, ele enfatizou a necessidade de esclarecer as atribuições do GT de Harmonia em relação às comissões, a fim de evitar confusões e garantir um bom desempenho de ambos os grupos. Para Vieira, é essencial seguir o que foi combinado previamente e buscar sempre o consenso para garantir uma atuação eficiente e menos problemática para todos.

O entrevistado, Thiago Vieira, também expressou sua opinião contrária à existência de posições permanentes de liderança em grupos de trabalho. Em sua visão, é preferível ter uma pessoa responsável por funções específicas, como um secretário ou coordenador de tarefas, em vez de um presidente ou tesoureiro,

por exemplo. Segundo ele, essa abordagem promove a participação coletiva e a distribuição de tarefas, sem criar hierarquias desnecessárias.

Vieira argumenta que as pessoas devem exercer tarefas e funções dentro do coletivo, sem necessidade de terem posições de autoridade. Ele destaca que as decisões devem ser tomadas em conjunto, com a participação de todos, e que os grupos de trabalho têm autonomia para realizar suas atividades, desde que respeitem as orientações estabelecidas.

O entrevistado também destaca a importância da consulta e colaboração com os demais membros do grupo, mesmo quando se está exercendo autonomia sobre uma tarefa específica. Ele acredita que essa abordagem ajuda a garantir que as decisões tomadas estejam alinhadas com os objetivos do coletivo.

Vieira também deu sua opinião sobre a importância da autonomia na produção de conteúdo, porém, ele ressaltou que a tomada de decisões deve ser coletiva. Segundo ele, a escolha da construção do texto e outras questões relativas à produção de conteúdo devem ser feitas de maneira autônoma pelos membros responsáveis pela tarefa, porém a decisão final deve ser tomada em conjunto com todos os membros.

Vieira explica que essa autonomia está restrita à produção, não à decisão. Em outras palavras, os membros têm liberdade para produzir conteúdo de acordo com sua visão e habilidades, mas as decisões finais devem ser tomadas em conjunto, de maneira a garantir a isonomia e evitar concentração de poder. Ele exemplifica essa abordagem em relação ao Grupo de Trabalho de Harmonia, que, segundo ele, tem como tarefa pensar em soluções metodológicas, mas não aplicá-las. Isso garante que outras pessoas possam aplicar as regras e métodos definidos pelo grupo, sem que haja um poder concentrado em uma única pessoa ou grupo.

Essa abordagem, segundo Vieira, permite que a organização coletiva funcione de maneira mais democrática e justa, evitando que alguns membros tenham mais poder ou influência do que outros. Ao mesmo tempo, permite que cada membro exerça suas habilidades e conhecimentos de maneira autônoma, contribuindo para a construção de um conteúdo diversificado e de qualidade.

A autonomia na produção de conteúdo e a tomada de decisões coletiva são elementos fundamentais para o funcionamento de uma organização coletiva democrática e justa, e devem ser aplicados de maneira equilibrada para garantir a participação igualitária de todos os membros.

Ele também afirma a importância dos Grupos de Trabalho e das Comissões na construção coletiva de regras e soluções metodológicas. Ele explicou que a função desses grupos é elaborar propostas que serão levadas para aprovação em plenária e posteriormente executadas por outras pessoas, garantindo assim uma construção coletiva e isonômica.

Thiago ressaltou que alguns grupos de trabalho são permanentes, enquanto outros são temporários, como do GT de Harmonia, responsáveis por criarem comissões Ad Hoc (para o caso) para resolverem casos que envolvem, por exemplo, machismo, misoginia, racismo, calúnia, etc. Ele destacou que essas comissões são fechadas para evitar exposição pública tanto do acusado quanto do denunciante, garantindo o direito à defesa e evitando que o caso seja exposto em uma espécie de julgamento em praça pública. Ele ainda afirmou que é importante que essas comissões sejam formadas por pessoas capacitadas e comprometidas com a imparcialidade e o respeito aos direitos humanos.

Um dos desafios de lidar com conflitos dentro de um grupo é escolher pessoas imparciais e confiáveis para formar uma comissão que possa analisar as questões envolvidas. É importante que esses membros tenham conhecimento sobre a situação e que sejam indicados por toda a comunidade envolvida, de modo a garantir que todas as partes sejam representadas de forma justa.

Seguindo essa linha, o entrevistado Thiago Vieira destacou a importância de escolher pessoas que tenham algum grau de distanciamento entre as partes envolvidas, que não sejam partidárias e que tenham conhecimento técnico para lidar com situações sensíveis.

Além disso, é fundamental garantir que a comissão seja composta por representantes de grupos minoritários envolvidos na questão em análise, como

por exemplo, movimentos negros, LGBTs, entre outros. Isso trará uma perspectiva importante para a análise do caso e garantirá que todas as partes sejam ouvidas e representadas.

É necessário ter em mente que esses processos precisam ser conduzidos com muito respeito por todas as partes envolvidas e por pessoas que saibam lidar com as questões de forma técnica e cuidadosa. Dessa forma, é possível garantir que o processo seja justo e imparcial para todas as partes envolvidas.

Outro ponto que ele destacou foi a importância do Grupo de Trabalho de Formação Continuada, que visa promover a educação e aprimoramento dos membros de um coletivo. Segundo ele, é fundamental que todos estejam em constante processo de aprendizagem e se envolvam na formação política em conjunto. Vieira citou como exemplo um curso de ciência política que foi oferecido por um professor e que ele fez questão de participar, mesmo com sua agenda apertada. Para o entrevistado, a formação não é algo individual, mas coletivo, e deve ser compartilhada entre todos os membros do grupo. Ele acredita que é necessário debater sobre assuntos importantes para a formação de todos, mesmo que alguns já tenham conhecimento sobre o tema. A participação na formação continuada, de acordo com Vieira, fortalece o coletivo e permite que todos evoluam juntos.

Segundo Vieira, a atuação coletiva não é uma questão de carreira, mas sim uma constante busca por conhecimento e aprimoramento conjunto. Para ele, a formação coletiva é um meio para se debater temas importantes e, assim, se fortalecer em conjunto. Vieira ainda enfatiza que o grupo de trabalho (GT) de Formação Continuada é uma oportunidade para a troca de conhecimento e o aperfeiçoamento mútuo. O GT promove lives com temas específicos e objetiva a oferta e a troca de saberes. A entrevista também destaca a importância do entrosamento e da prática conjunta para o fortalecimento da equipe. Vieira usa o exemplo do futebol para ilustrar a necessidade de treinar juntos e criar entrosamento para alcançar objetivos comuns. O GT de Formação Continuada é um meio para promover o entrosamento e o aprimoramento conjunto da equipe.

Vieira finaliza ressaltando que, apesar da entrevista ser mais longa, ainda há tempo para falar sobre outros GTs e enriquecer a discussão.

Thiago Vieira também fala sobre a importância de algumas áreas do grupo, como o "operativo", que é onde há diálogo e interação entre os membros, a "harmonia", que se refere à boa convivência e relacionamento entre eles, e a "formação", que é a parte em que se busca uma união e um propósito comum para o grupo.

Thiago também menciona a importância de se manter em contato com outros movimentos e organizações, para divulgar as ideias do grupo e ter um retorno, ou seja, um feedback, para não se desconectar da realidade e se tornar uma "Vanguarda autoritária", que fala uma linguagem que os outros não entendem.

Ele ressalta que é importante buscar uma estrutura que separe o grupo de pessoas que não estão organizadas, para que o grupo se mantenha forte e coeso. Porém, é necessário também que as diferenças entre os membros não os afastem ou criem abismos, de forma que ainda possam dialogar com o restante da sociedade, inclusive com outros movimentos.

Thiago ainda menciona que o grupo tem um campo de atuação, que seria a esquerda democrática, e que não é com os ultraconservadores que eles vão estabelecer um diálogo.

Thiago Vieira, também, destaca a importância da organização horizontal e da busca constante pelo diálogo e pela construção coletiva. Ele ressalta que, mesmo entre os ultra anti-proibicionistas, é preciso estar sempre buscando ser mais "nós" do que "eu", para que se possa influir na realidade e transformar o mundo. Segundo ele, o Grupo de Trabalho (GT) é fundamental para a organização e a pesquisa qualitativa, pois permite o diálogo fora da bolha e a articulação com outras pessoas que não participam das reuniões presenciais. O grupão geral da ANMM é composto por 264 pessoas, número que já ultrapassou 50 a 60 participantes simultâneos em uma reunião ordinária de domingo durante

o pico da pandemia, e é um espaço importante para a construção coletiva com respeito e horizontalidade, baseado na metodologia da ANMM O princípio é de que nada é vinculante e todos procuram construir juntos, buscando pontes e um consenso para crescerem juntos. A horizontalidade é um fator chave para o sucesso do grupo, que busca evitar a tomada de decisões individuais e autoritárias.

Outro ponto que ele reflete, em sua entrevista, é sobre como a internet tem um papel fundamental na formação das pessoas nos dias atuais, em contraposição à influência que antes era exercida pelos professores e amigos. Ele explica que a facilidade de acesso às informações pode ser tanto benéfica quanto prejudicial, já que nem sempre é fácil avaliar a veracidade das fontes. Thiago também ressalta a autodidaxia como um método mais predominante na aprendizagem atual, o que pode levar a uma formação mais individualizada e menos uniforme em termos de conhecimentos adquiridos. É importante lembrar que, apesar da facilidade de acesso às informações, é preciso ter cuidado na seleção e análise das mesmas, a fim de evitar a propagação de informações falsas e equívocos.

Essa é uma nova realidade na qual temos muito mais autonomia na escolha da bibliografia que lemos, sem a necessidade de um orientador ou uma carreira pré-definida. Segundo ele, a internet e o Google têm um papel fundamental nessa mudança, permitindo o acesso a informações de diversas fontes. No entanto, essa autonomia traz consigo uma diversidade teórica jamais experimentada, o que dificulta a homogeneidade no pensamento. Vieira argumenta que, apesar desse desafio, a articulação nacional permite conhecer diferentes pensadores e perspectivas, o que enriquece o campo das ciências humanas e espirituais. Para ele, é importante ter um quadro teórico que se aproxime dessas áreas, mas que também esteja aberto a novas perspectivas e formas de pensar.

Por fim, ele destaca a importância da articulação para uma formação permanente e enriquecedora, tanto do ponto de vista humano quanto teórico.

Segundo ele, a diversidade presente na articulação permite que se tenha acesso a diferentes perspectivas e conhecimentos, o que contribui para a construção de um quadro teórico rico e diverso.

No entanto, Vieira ressalta que nem tudo são flores na articulação, e que há momentos difíceis, principalmente quando surgem questões impróprias para o espaço. Mesmo assim, ele acredita que a articulação é um caminho a ser trilhado por aqueles que estão abertos ao outro e dispostos a aprender.

Assim, para Vieira, a articulação se configura como um meio de formação permanente e uma experiência enriquecedora, que permite o acesso a diferentes realidades e saberes, contribuindo para a construção de um conhecimento coletivo rico e difuso.

Raíra Alves[59], estudante de direito e história pela Estácio/Volta Redonda-RJ, feminista antiproibicionista, Conselheira Fiscal da Associação Volta Cannabis e fez parte da construção da primeira Marcha da Maconha de Volta Redonda RJ. Raíra relata que começou a fumar maconha há sete anos, como a maioria das pessoas, em momentos de lazer com os amigos. Porém, durante uma crise de depressão, a planta se tornou uma ferramenta importante para que ela não sucumbisse à doença. “Tinha dias que era bem difícil para mim, eu só queria saber de dormir e a depressão foi se agravando. Eu acordava, fumava e aquilo começava a me trazer os melhores pensamentos do que eu estava tendo.” (ALVES, 2023) Ao se deparar com os benefícios que a maconha trazia para sua saúde mental, Raíra decidiu estudar mais sobre o assunto e descobriu o curso do padre Ticão na Unifesp, que aprofunda os conhecimentos sobre o uso terapêutico da cannabis. "Fui ler sobre aquilo, fui estudar um pouco sobre aquilo, porque como podia uma coisa que era proibida, uma coisa que as pessoas falavam que eram uma coisa muito ruim, me fazendo bem?", (ALVES, 2023) Apesar do estigma que ainda envolve a maconha, Raíra destaca que o uso terapêutico da planta pode ser uma alternativa viável para tratamentos de saúde mental. "Não é

[59] https://youtu.be/wzlCd_mhJ5E

um ideal, mas assim, eu estava fazendo uso terapêutico da maconha sem saber o que eu estava fazendo. Se não fosse a maconha hoje, talvez eu não estaria aqui hoje. Talvez aquela situação tivesse terminado de outra forma", (ALVES, 2023).

Mas, em uma cidade conservadora como Volta Redonda, compartilhar informações sobre a maconha no Instagram não foi bem recebido. Raíra conta que as pessoas comentavam sem se ligar no conteúdo, apenas a chamando de "maconheira".

Porém, em uma palestra em uma associação de maconheiros em um bar local, Raíra encontrou apoio e um novo sentido para sua vida. "Quando eu cheguei e descobri que tinha uma associação em Volta Redonda, para mim, aquilo mudou minha vida" (ALVES, 2023), conta. Ao chegar na palestra, Raíra descobriu que havia uma associação em Volta Redonda dedicada ao uso terapêutico da cannabis e conheceu Gustavo, o presidente da associação. A partir daí, ela se envolveu com o movimento social em defesa da cannabis medicinal e participou da primeira reunião da Marcha da Maconha em Volta Redonda. Para Raíra, essa foi sua primeira interação significativa com um movimento social.

Raíra sempre foi uma pessoa engajada em causas sociais, como feminismo e direitos da comunidade LGBTQIA+, mas foi o uso terapêutico da cannabis que a salvou em um momento difícil de sua vida. Ela acredita que a planta pode ajudar muitas pessoas e que é importante compartilhar essa informação com o mundo. Por isso, ela se envolveu na organização da Marcha da Maconha em Volta Redonda e continua trabalhando por causa da cannabis medicinal. Ela também se envolveu em eventos como a Marcha da Maconha do Rio e iniciativas locais em Volta Redonda, mesmo diante do preconceito e resistência da população conservadora.

Alves também conta sobre a sua experiência em articular marchas e eventos em prol da legalização da cannabis. "A primeira marcha que organizamos em Volta Redonda, uma cidade conservadora, foi a segunda marcha do estado do Rio de Janeiro", conta Raíra. "Recebemos muito apoio da marcha do Rio de Janeiro, o que nos ajudou bastante. Fui chamada para fazer parte do grupo da

articulação das marchas porque a cidade é muito conservadora, então a gente precisava de muita ajuda para conseguir fazer a marcha acontecer.

Raíra afirma que a luta pela legalização da maconha não é fácil, e muitas vezes é alvo de críticas e repressão. Porém, ela também argumenta que, a repressão e as críticas têm um lado positivo:

> Infelizmente, a marcha da maconha é alvo de sensacionalismo e críticas negativas na mídia, o que acaba dificultando nossa luta(...)Já fomos chamados de 'marcha da vergonha' e até mesmo um deputado construiu uma moção de repúdio contra a marcha. (...)Essa repressão acaba dando visibilidade para a nossa luta, e faz com que as pessoas comecem a prestar mais atenção e apoiar nossa causa. Isso nos dá forças para continuar lutando e promovendo marchas e eventos em prol da legalização da maconha.

Raíra também afirma que a Articulação Nacional de Marchas da Maconha é um grupo relativamente novo, que surgiu em 2019, e ganhou grande proporção devido à pandemia, que obrigou o movimento a se adaptar às lutas virtuais. Embora as marchas tenham autonomia total, a falta de diálogo entre elas era um problema. "A gente fazia na força, na raça, na coragem, mas esse diálogo fortalece muito", (ALVES, 2023). Raíra conta que se envolveu com o movimento após a repressão sofrida durante a Marcha da Maconha em Volta Redonda. Ela buscou ajuda e encontrou apoio dos integrantes da Marcha do Rio de Janeiro e da Articulação Nacional de Marchas da Maconha. Ela afirma sobre a ANMM que: "Uma coisa que me encanta no grupo é justamente a autonomia para tomar decisões" (ALVES, 2023).

Segundo ela, a articulação oferece apoio e acolhimento aos membros, que se sentem mais seguros e fortalecidos para enfrentar a repressão e a falta de diálogo entre as marchas. "Quando aquela pessoa estende a mão e fala 'nós vamos fazer juntas', é isso que a gente precisa nesse momento"(ALVES, 2023). Além disso, a autonomia concedida aos membros é essencial para a tomada de decisões. Raíra menciona o apoio recebido de Paulo, outro integrante da articulação, durante uma situação problemática na marcha. "O Paulo me explicou, deu opinião dele, mas sempre me deixando à vontade, tendo autonomia

para que nós, como coletivo, tomemos a decisão" (ALVES, 2023). Para ela, a articulação tem como objetivo fortalecer o diálogo entre as marchas da maconha em todo o país, visando a luta pela legalização da planta e o fim da repressão policial. Com a ajuda mútua e a troca de experiências, os membros da articulação acreditam que é possível alcançar seus objetivos e tornar o movimento ainda mais forte e unido.

Ela apontou também, a importância da participação na coordenação do grupo da Marcha da Maconha em Volta Redonda, mesmo que não consiga participar de todas as reuniões. Ela explicou que, por conta do seu Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), precisa manter um quadro em casa com as tarefas da semana para conseguir se organizar. Entretanto, ressaltou que a reunião da articulação está sempre no seu quadro, pois acredita que a mudança social começa com pequenas ações e precisa envolver todos.

Para Raíra Alves, é necessário que as pessoas dialoguem e se mobilizem em suas cidades, bairros e ruas para que a mudança social seja efetiva. Ela destacou um evento recente em que a Marcha da Maconha em Volta Redonda fez uma crítica a história do proibicionismo em forma de poesia para um espaço Rastafari e mobilizou muitas pessoas.

Além disso, Raíra Alves afirmou que a sua participação na Articulação Nacional de Marcha da Maconha trouxe novas perspectivas para o seu ativismo. Ela passou a estudar mais sobre a maconha medicinal e sobre pautas como o racismo estrutural e a guerra às drogas. Também destacou a importância de se discutir sobre pessoas com autismo e TDH, já que descobriu que tem o transtorno estudando sobre o assunto.

Diagnosticada com déficit de atenção aos nove anos, Raíra percebeu a importância da narrativa e das diferentes perspectivas quando começou a se interessar pela militância. Para ela, é fundamental que se fale sobre as guerras às drogas e as diversas consequências sociais, além da saúde.

Raíra argumenta que a proibição da maconha é um problema que afeta diretamente as pessoas que vivem em favelas e comunidades, onde a violência e

as mortes relacionadas ao tráfico de drogas são frequentes. Além disso, a discriminação racial também é um problema presente na criminalização do uso da maconha, visto que muitas pessoas são presas por causa da cor de sua pele.

Ela questiona como é possível que uma pessoa portando uma quantidade mínima de maconha seja presa enquanto outra, portando a mesma quantidade ou até mais, é tratada apenas como usuário. Para Raíra, esses questionamentos se tornam mais latentes e fortes quando se entra na militância e se escuta os relatos de outras pessoas.

A espiritualidade inclusiva também é um tema importante para Raíra, que já fez parte de um centro religioso onde a maconha era utilizada em rituais. Ela acredita que a maconha é um remédio milenar que deve ser tratado com respeito e voltar às suas raízes.

Apesar de enfrentar resistência em alguns ambientes, Raíra não se intimida em falar sobre suas crenças e experiências. Para ela, é importante levar informação e conhecimento para outras pessoas, mesmo que seja apenas um pouquinho do que ela sabe.

No entanto, ela ressalta que essa conexão entre maconha e espiritualidade pode ser muito mais ampla do que se pensa. Segundo Raíra, diversas culturas indígenas já utilizavam a cannabis como forma de cura e conexão espiritual, o que mostra a importância de se entender a maconha como algo que pode estar ligado a questões mais profundas.

Ela lamenta que ainda exista muita resistência em torno do assunto e que muitos grupos que lutam pela defesa dos povos originários, por exemplo, ainda não estejam abertos a esse diálogo. "O centro que eu frequentava tinha um vínculo muito forte com os indígenas, mas quando eu levei a questão da maconha como algo que poderia estar ligado à espiritualidade, fui recebida com muita resistência" (ALVES, 2023).

Para Raíra, é preciso abrir o diálogo sobre a maconha e entender que ela pode estar ligada a questões de saúde, espiritualidade, racismo e até mesmo

guerra às drogas. Ela acredita que é importante estudar mais sobre o assunto e que isso pode trazer mudanças significativas na forma como a sociedade encara o tema. "A maconha une as pessoas, só precisamos estar no lugar certo com as pessoas certas. Ela consegue juntar tudo, desde saúde até espiritualidade", (ALVES, 2023).

Raíra ressalta que, hoje em dia, é gratificante ver a luta do movimento negro e da comunidade LGBTQIA+ inserida na pauta nacional, principalmente no que diz respeito ao domínio sobre os corpos e a consciência, especialmente das mulheres trans e das pessoas que historicamente foram marginalizadas. A entrevistada ainda chama atenção para o racismo estrutural que permeia a sociedade brasileira, o qual vem desde leis ultrapassadas dos anos 30, e que ainda afeta negros e indígenas, mesmo de forma pejorativa. Ela destaca que é fundamental ter uma nova postura científica e um novo olhar sobre a questão, e que as associações têm papel fundamental na mudança dessa realidade. Raíra também fala da importância da articulação nacional das marchas pela legalização da maconha, que já vem sendo realizada desde as décadas de 70 e 80, e que é fundamental para a mudança de uma estrutura que está errada.

Por fim, a entrevistada agradece às pessoas que a ajudaram na construção da marcha em Volta Redonda e destaca a importância da Associação Volta Cannabis em oferecer informação e acolhimento às pessoas que necessitam de tratamento ou ajuda jurídica. Ela finaliza ressaltando que o amor e o respeito devem ser fundamentais nessa parceria entre seres humanos, e que o movimento da Articulação Nacional de Marchas da Maconha contribuiu muito para o seu crescimento pessoal e profissional.

Paulo Mariante[60], advogado popular e militante LGBTI e dos direitos humanos, Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas, com especialização em Direito do Trabalho pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, é um ativista que luta por todos que

[60] https://www.youtube.com/watch?v=P44v9F5ikfA&t=336s

sofrem com a criminalização da maconha. Mariante contou que fumou maconha pela primeira vez aos 17 anos, mas sempre foi um usuário moderado. Ele se envolveu com o movimento social quando participou de um encontro de estudantes em Caxias do Sul, em 1982, onde ocorreu um debate sobre política de drogas. Naquela época, Paulo ainda não tinha noção do significado político do uso da maconha, mas esse encontro foi um grande aprendizado para ele. O debate foi impulsionado por um setor do movimento estudantil e contou com a participação de um ativista chamado Edmilson Martins, que discutia a questão ambiental e abria espaço para a política de drogas, principalmente em relação à maconha. Desde então, Paulo se engajou na luta pela descriminalização da maconha e se tornou um dos articuladores da Marcha Nacional da Maconha.

Mariante se mudou para Campinas em 1994, onde começou a fumar maconha novamente e mantém o hábito até hoje, embora não seja uma atividade diária. Ele descobriu sobre a Marcha da Maconha, um movimento que luta pela legalização da maconha, em suas primeiras edições em São Paulo e no Rio de Janeiro. Ele admitiu que inicialmente não entendia muito sobre política de drogas e direitos civis, mas a marcha o ajudou a compreender melhor essas questões. Mariante disse que a marcha também ajudou a impulsionar o debate sobre o assunto em Campinas, embora tenha demorado mais para ser estabelecida na cidade.

Ele afirmou que figuras políticas como Telma de Souza e Paulo Teixeira foram importantes para trazer o debate da redução de danos à agenda política. Ele mencionou que eles foram essenciais na introdução de políticas de redução de danos em Santos e São Paulo. Mariante enfatizou a importância das marchas para impulsionar a discussão política sobre a legalização da maconha e outras questões relacionadas a drogas. Ele também se identificou como um advogado defensor dos direitos humanos.

Após um hiato de alguns anos, a Marcha da Maconha de Campinas retomou suas atividades no final de novembro de 2019. Em entrevista exclusiva,

Paulo Mariante, um dos organizadores da marcha, relatou que o processo foi longo e envolveu superar questões internas da comunidade LGBTQIA+ de Campinas.

Paulo explicou que a primeira marcha que participou teve algumas dificuldades, mas as demais foram mais tranquilas. Ele atuou como advogado e ajudou a evitar ações depressivas entre os participantes. Foi então que mencionou a organização da marcha e começou um processo que levou à retomada das atividades no final de 2019.

Segundo Mariante, a Marcha da Maconha de Campinas não ocorreu em 2019 devido a uma questão interna relacionada ao machismo, mas ele considerou a decisão correta. Após a interrupção, a marcha recuperou seu espaço na rua e retomou as atividades.

Mariante ressaltou que a articulação da marcha contou com a participação de muitas pessoas novas, que ele foi conhecendo aos poucos. Ele destacou a importância da marcha como um espaço de luta pela diversidade e pelo respeito aos direitos da comunidade LGBTQIA+. Para ele, os desafios enfrentados pelo movimento durante a pandemia destacam a importância da articulação para o fortalecimento da causa. Segundo Mariante, a falta de mobilização presencial afetou a realização de reuniões e manifestações, mas não impediu a expansão do movimento, que conta com a participação de pessoas de todas as regiões do país. O entrevistado também ressaltou a importância de se reconhecer a história do movimento, que vem lutando pelo direito ao uso da cannabis há décadas. Mariante explicou ainda como funciona a organização e a participação nas Marchas da Maconha, que reúnem diversas associações canábicas e ativistas de todo o país.

Paulo também cita comentários sobre o porte da Articulação Nacional de Marchas da Maconha, afirmando que é uma articulação que abrange diversas regiões do país e conta com a participação de muitas pessoas engajadas na causa da legalização da maconha. Ele ressaltou que a articulação é composta por diversas associações canábicas e que o trabalho de articulação entre elas é

fundamental para fortalecer o movimento. Segundo ele, a pandemia trouxe desafios para a organização das marchas, mas também mostrou a importância da articulação e da união entre os ativistas.

Ele também falou sobre a importância da luta pela superação do proibicionismo das drogas como uma estratégia de enfrentamento das opressões, assim como as lutas pelos direitos LGBT. Ele relatou que, ao longo do tempo, aprendeu a enxergar a defesa da legalização da maconha como uma questão estratégica, e não apenas uma questão pessoal. Para ele, é fundamental quebrar o preconceito que ainda existe em relação ao uso da maconha e, por isso, não hesita em se apresentar como um "maconheiro" em reuniões políticas. Ele contou que teve conversas difíceis com a família sobre seu uso da maconha, mas considera essa uma luta tão importante quanto a luta pela aceitação de sua sexualidade. Para Paulo, a maconha faz parte de sua vida diária e é essencial quebrar o estigma em torno dela para que possa ser vista como uma substância como outra qualquer.

Além disso, Paulo afirmou na entrevista que a questão da política de drogas é fundamental e não secundária. Ele destacou a importância de conversar sobre o tema e acredita que é obrigação de todos discuti-lo. Mariante atua na articulação Nacional de Marchas da Maconha desde o final de 2019, participando de reuniões que contam com a presença de coletivos que organizam as marchas de forma plural e horizontal, tomando decisões em plenárias. Para Mariante, o processo é rico e complexo devido à pluralidade e diversidade dos grupos envolvidos. Ele busca evitar que sua presença no movimento seja um obstáculo para a chegada de novas pessoas e espera um momento em que sua posição exija menos presença e mude um pouco o protagonismo.

Em outro trecho da entrevista, Paulo Mariante fala sobre a importância da diversidade e da pluralidade dentro do movimento social das marchas. Ele destaca que cada coletivo tem sua própria história e experiência, e que não há um modelo único de organização para lutar pelos direitos LGBT+. Mariante enfatiza

que o movimento social é exatamente isso, uma rede horizontal sem centralização ou diretório, onde a ideia de representação é sempre uma questão delicada. Ele explica que não há uma representação geral que escolhe uma representação formal e permanente, e que a organização é necessariamente horizontal.

Ele ainda afirma que, apesar das circunstâncias que levaram a essa forma de organização, ele vê com muita simpatia essa maneira de trabalhar, já que a centralização não garantiria necessariamente o sucesso e a unidade do movimento. Por fim, ele destaca que a unidade é importante para que as vozes dos LGBT+ sejam ouvidas.

Por fim, ele explicou que o grupo se reúne semanalmente aos domingos para discutir questões relacionadas à organização. Segundo Mariante, o horário foi escolhido por ser o mais viável para a maioria dos participantes, apesar de não ser o ideal. O grupo já está em atividade há dois anos e todas as decisões são tomadas coletivamente, através de um sistema de plenárias. Mariante destacou que, em situações que exigem uma posição imediata, a decisão é tomada através do grupo de WhatsApp, mas questões mais complexas são discutidas nas reuniões presenciais. O grupo também elaborou uma carta de princípios que serve como norte para as atividades da articulação. Durante o ano eleitoral de 2020, o grupo também se envolveu em debates políticos, incluindo a questão da política de drogas e a legalização da maconha medicinal.

Maria Daniela[61] se diz travesti, mãeconheira, sapatrans, engenheira agrônoma, transfeminista, articuladora política da AMOTRANS e da RENFA, além de atualmente compor os Conselhos Estaduais da Mulher e LGBT, o Comitê de Travestis e Mulheres Trans vinculado à SecMulher de Penambuco e está construindo a ANMM. Durante a entrevista, ela ressaltou que as pessoas trans enfrentam grandes desafios no Brasil, incluindo a ameaça constante à vida, e defendeu que é fundamental garantir o acesso da população trans às

[61] https://www.youtube.com/watch?v=fj90i6yYPk0

oportunidades. Maria Daniela é uma ativista de Pernambuco, cofundadora da RENFA e milita também junto à Articuladora Nacional de Marchas da Maconha. Daniela tem uma vasta experiência de vida e em movimentos sociais, movimento estudantil e conselhos populares. Ela é uma mulher trans de 50 anos e atualmente é professora de agronomia.

Maria Daniela conta que encontrou na RENFA um espaço importante para a população trans, que é difícil de ser ocupado, e fala sobre a importância de aceitação e acolhimento para travestis. Ela também conta sobre sua trajetória na militância e como conheceu Leilane, co-fundadora da RENFA, que a encontrou em um grupo de fumantes de maconha na universidade. Maria Daniela fala sobre a articulação Nacional de Marcha da Maconha e destaca a importância da nova estrutura de movimento social.

Ela também relata que começou a acompanhar a Marcha da Maconha em Recife em 2008, quando estava na universidade e viu panfletos distribuídos pela galera. Em 2018, durante sua transição de gênero, Daniela se aproximou mais dos espaços de construção da RENFA, mas ficou um pouco receosa porque a população lá era mista. Em 2020, durante a pandemia, a Marcha da Maconha foi virtual e Daniela se envolveu na construção. Em 2022, a Marcha voltou às ruas e Daniela participou da primeira marcha pós-pandemia como construtora.

Além disso, Daniela destacou a importância da articulação nacional para fortalecer as massas locais e mobilizar a população em torno de temas relevantes. Ela ressaltou que a pandemia acelerou o processo de comunicação e interlocução entre os movimentos sociais por meio das tecnologias digitais. Maria Daniela enfatizou que a articulação foi fundamental para a realização da Marcha da Maconha em Volta Redonda, enfrentando dificuldades e pressões de setores conservadores. Ela destacou que a live semanal da articulação da Maconha, que tem o objetivo de promover a descriminalização da droga, é um exemplo de como a comunicação digital pode ser uma ferramenta poderosa para promover mudanças sociais. Por fim, Maria Daniela citou sua participação no evento

LGBT "Vendaval del Sur", realizado no Uruguai, como uma experiência surreal e marcante.

Durante a entrevista, ela relatou experiências pessoais e destacou a importância da luta contra a fobia e o extermínio da população trans. Segundo Daniela “todo espaço é um espaço misto entre pessoas e pessoa estranhas, a não ser o espaço logicamente o movimento trans que ainda assim a gente se encontra a pessoa se inseridas ali dentro como se alíades[62] apoiadores.” (DANIELA, 2023)

A entrevistada enfatizou a necessidade de união entre diferentes movimentos e a importância de uma articulação nacional para alcançar mudanças estruturais. Outro ponto de destaque na fala de Daniela é quando ela afirma que durante o 8 de março, data que marca o Dia Internacional da Mulher, ela notou a ausência de pessoas trans e a pouca presença de pessoas consideradas "atraentes". Segundo ela, essa situação reflete uma transfobia estrutural da sociedade, assim como o racismo e o classismo estruturais. Ao ingressar na articulação, Maria Daniela percebeu a falta de representatividade trans e a presença de estereótipos de gênero arraigados em muitos espaços de militância. Ela acredita que é preciso se desconstruir para quebrar esses padrões e garantir a inclusão de todas as pessoas, independente de sua identidade de gênero. A ativista destaca ainda a importância de se combater a transfobia e a toxofobia, bem como de garantir direitos e proteção à população trans. Ela admite que sua própria desconstrução não foi fácil e que precisou se policiar e se monitorar para reconhecer e mudar comportamentos racistas e fóbicos. Para ela, é fundamental que todos se empenhem na desconstrução de preconceitos e na construção de espaços mais inclusivos e diversificados.

Segundo ela, a população trans é excluída desde a infância, enfrentando desemprego, falta de instrução e capacitação. Além disso, muitas vezes são

[62] Essa prática de alterar os pronomes das palavras, como substituir "aliados" por "aliades", é uma forma de linguagem inclusiva que é utilizada pela entrevistada Daniela em suas falas. Ela busca promover a igualdade de gênero ao reconhecer e incluir todas as identidades de gênero, não apenas as tradicionalmente consideradas masculinas ou femininas.

expulsas de casa e acabam se envolvendo com prostituição e tráfico de drogas como única opção de sobrevivência, o que contribui para o alto índice de encarceramento da população trans. Maria Daniela enfatizou que é importante que a prostituição não seja a única alternativa para essas mulheres e que é necessário garantir políticas públicas que promovam a inclusão da população trans em todas as esferas da sociedade. Ela também ressaltou que o pânico moral que permeia a sociedade em relação às pessoas trans é um dos principais obstáculos para a inclusão dessas pessoas em diversas áreas.

Em sua fala Daniela denuncia a discriminação sofrida por pessoas trans no Brasil e em outros países do mundo. Ela destaca a criminalização da existência trans, evidenciada em leis que proíbem o uso de banheiros públicos e em ambientes escolares, bem como a utilização de roupas consideradas femininas em público em alguns países. Maria Daniela ressalta que a origem desse tipo de discriminação está no "pânico moral" da sociedade, que rejeita a diversidade de gênero e estabelece estereótipos prejudiciais. A entrevistada argumenta que é importante ocupar espaços e lutar contra essa visão limitada de sociedade, para que a discriminação contra pessoas trans seja combatida.

Daniela termina sua entrevista fazendo uma crítica contundente a negação dos direitos humanos básicos e a falta de acesso à saúde e liberdades da mente para a população LGBTQI+ que faz uso de substâncias ilícitas. Em entrevista, ela alerta para a associação pejorativa entre guerras às drogas e guerras às pessoas, em especial a esse segmento da população, o que reforça estereótipos e exclusões. O contexto de uso de drogas é desafiador para a saúde pública brasileira, principalmente quando relacionado à população de travestis. É necessário um levantamento mais sistemático sobre a relação entre o abuso de substâncias, a transmissão do HIV e outras DSTs, bem como a violência e a permanência desse segmento na marginalidade. Ao final ela destaca a importância de ter pessoas trans envolvidas na luta contra o proibicionismo, a liberdade de escolha e o respeito à autonomia das pessoas que usam drogas.

Marcelo Groo[63] nasceu em 1980 em Vilhena, Rondônia, e mudou-se para Florianópolis em 1989. Seu pai, um veterinário aposentado do Ministério da Agricultura, era delegado da Agricultura na região, em meio a produtores de gado e indígenas, o que gerou uma vida conturbada e até mesmo ameaças de morte. Desde adolescente, Groo engajou-se em movimentos políticos, filiando-se ao PDT com 16 anos, após a morte de Ulisses Guimarães. Groo é um militante histórico na luta pela legalização da maconha, tendo participado de várias marchas pelo Brasil. Atualmente, não cultiva a erva, já que não é permitido onde mora. O apelido Groo vem do personagem O Errante, desenhista da antiga revista Mad.

Durante a entrevista, Groo falou sobre suas experiências de vida e resistência, além de compartilhar suas visões sobre a articulação nacional em torno da legalização da maconha. Ele destacou a importância da luta pela descriminalização da erva e a necessidade de se continuar avançando nessa direção. Groo também destacou a importância de se combater o estigma em torno dos usuários de maconha, que muitas vezes são vistos como criminosos pela sociedade.

Marcelo Groo, que tem como apelido uma referência aos gibis que adorava ler na infância, relatou a sua experiência de vida em Rondônia, cidade pequena e simples, na qual sua família enfrentou dificuldades financeiras e problemas com o alcoolismo do pai, que era agressivo com as pessoas. Por conta do trabalho do pai, a família se mudou para o sul, fixando-se em Florianópolis, onde Marcelo teve contato com a tecnologia e aprendeu a mexer em computadores desde cedo. Desde então, Marcelo se interessou por desenho no PC e programação, trabalhando com design gráfico e fotografia, além de prestar serviços de assessoria informática. O trabalho atual de Marcelo é uma realização pessoal, pois lhe permite realizar atividades relacionadas aos gibis, videogames e design gráfico, suas grandes paixões desde a infância.

[63] https://www.youtube.com/watch?v=_p6odRi_154&t=124s

Para ele, ser bem-sucedido é fazer o que se gosta e conseguir realizá-lo, sem se importar com a opinião dos outros. Ele ainda comenta que, durante a pandemia, seu trabalho passou a ser mais voltado para movimentos sociais, como o da Marcha da Maconha, com o qual se engajou em articulações nacionais. Groo teve familiares que lidaram com problemas relacionados ao uso de drogas, o que o influenciou em sua trajetória.

Ele também relembra que, quando se mudou para o bairro, muitos de seus amigos já usavam drogas, mas ele ainda não tinha experimentado. No entanto, após ouvir músicas do Planet Hemp, ele se sentiu atraído pela cultura da maconha. Apesar de ter fumado pela primeira vez sem efeito, ele continuou tentando, até que finalmente sentiu os efeitos da droga. Ele descreve que, nesse momento, percebeu que a maconha não era como falavam e que começou a chamar sua atenção. Marcelo ressalta que, apesar de ter se tornado um usuário de maconha, ele nunca deixou de cuidar de seus amigos que usavam drogas e que, hoje, é conhecido como "tio" entre seus amigos, mostrando que a amizade sempre foi mais importante do que a necessidade de se encaixar em um grupo.

Groo relata que começou a fumar maconha aos 15 anos e que, desde então, faz uso diário da droga. Ele destaca que a maioria de seus amigos também fuma maconha e que não tiveram problemas relacionados ao uso da substância. Groo menciona que seus amigos são principalmente pretos e pardos e que sofrem preconceito em relação ao uso da maconha. Ele destaca que o acúmulo de experiência permite que ele rebata qualquer argumento falacioso em relação à maconha e que, atualmente, as pessoas não conseguem mais colocá-lo no lugar de marginal como antigamente. Groo relata que, em 2012, saiu do PDT após a invasão do partido por evangélicos e passou a se dedicar à construção da Marcha da Maconha em Florianópolis, da qual é o desenhista principal e fotógrafo. Groo menciona que conheceu a Marcha da Maconha em 2009 e que entrou em contato com a organização para oferecer seus serviços como designer gráfico. Desde

então, tem sido um dos principais organizadores do evento em Florianópolis e tem segurado a bronca em momentos de dificuldade.

Marcelo Groo compartilha sua jornada com ansiedade e sua paixão pelo seu trabalho no movimento da maconha em uma entrevista. Marcelo fala sobre sua luta contra a ansiedade e como sua parceira, Verônica, sofre da mesma condição. Ele compartilha que ela tem recebido tratamento para ansiedade há mais de 20 anos e como ele se adaptou para apoiá-la. Marcelo também fala sobre sua paixão pelo seu trabalho no movimento da maconha e como o considera gratificante. Ele compartilha como seu trabalho foi impactado pela pandemia e como isso permitiu que ele se concentrasse em seu trabalho mais importante. Marcelo fala sobre seu trabalho com a Articulação Nacional de Coletivos da Maconha, e como foi apresentado a essa rede por meio de um grupo do WhatsApp. Ele compartilha como o grupo foi criado antes da pandemia e como evoluiu para uma rede de coletivos trabalhando para legalizar a maconha no Brasil até se auto intitular Articulação Nacional de Marchas da Maconha.

Marcelo afirma que antes disso, havia um grupo chamado MDM Brasil, que atuava como intermediário entre o grupo inicial e a atual Marcha Nacional da Maconha. Groo explicou que a mudança de nome para a Articulação da Marcha Nacional da Maconha ocorreu devido à realização de que eles eram apenas uma parte do movimento e que precisavam reconhecer e incluir todas as localidades que organizam eventos semelhantes. Ele também mencionou que o grupo está em constante evolução, com novas marchas sendo planejadas e adicionadas à rede. Embora algumas localidades tenham saído do grupo por várias razões, Groo acredita que isso faz parte da evolução natural do movimento, que ainda está em seus estágios iniciais.

Quando perguntado sobre a organização da Articulação Nacional da Marcha da Maconha, Groo explicou que eles se reúnem em diversas plataformas, incluindo redes sociais e reuniões virtuais. A principal discussão ocorre em reuniões presenciais e pela internet, que acontecem semanalmente há cerca de um ano e meio ou dois anos. Ele destacou que a pandemia teve uma influência

na organização, com muitas atividades agora chegando ao Senado, ao STF e a projetos de lei. A autonomia das marchas locais é respeitada, mas agora há um polo que conecta várias localidades. A Articulação Nacional da Marcha da Maconha está trabalhando na criação de uma carta de princípios atualizada para o movimento. Groo enfatizou que a marcha não foi inventada por eles, mas sim trazida de fora do país. Ele acredita que ainda há falta de informação sobre o movimento, tanto entre o público em geral quanto entre os próprios ativistas, e que a Articulação Nacional da Marcha da Maconha está trabalhando para mudar isso.

Marcelo destaca que a articulação é composta por diversas localidades, o que dificulta a realização de encontros presenciais frequentes. Groo ressalta que a pandemia não foi a causa da utilização da internet na articulação, mas sim um fator que impulsionou a intensificação do uso das ferramentas digitais. Ele afirma que a pandemia impactou de forma significativa a vida de muitas pessoas, e a articulação foi uma tábua de salvação para muitos que estavam sem trabalho. Ele também afirma que a internet tem limitações, como o número de participantes nos grupos de WhatsApp, que é de até 250 pessoas, o que restringe a participação de outras pessoas. No entanto, ele destaca que a articulação se organiza muito bem nas localidades e que tudo o que é discutido nas reuniões são questões trazidas das comunidades locais.

Sobre a utilização de várias ferramentas digitais, Groo afirma que no início discordava da criação de muitos grupos de trabalho, mas agora acredita que é uma forma eficaz de trabalhar. Ele ressalta que a internet no Brasil é uma ferramenta que ainda tem muitas limitações, como a qualidade do sinal em algumas localidades, mas acredita que a tendência é evoluir para uma ferramenta mais eficiente. Para Marcelo articulação continuará sendo feita pela internet, mas que é importante pensar em melhorias para a conexão com as pessoas e comunidades. Para Groo, a ferramenta ideal ainda não foi encontrada, mas é

possível que em um futuro próximo a articulação possa ser feita em plataformas como o metaverso.

Groo também apontou a necessidade de projetos de lei para aprimorar a qualidade da internet e afirmou que a ferramenta é fundamental para limitar os movimentos e trazer a discussão para a rua. Segundo ele, a articulação nacional da Marcha da Maconha já existia antes da pandemia, mas evoluiu bastante neste período. Além disso, ele destacou a existência de grupos específicos, chamados GT's, para trabalhos diversos, como direitos humanos, comunicação, mulheres e comunidade trans, entre outros. Para Groo, 2022 é um ano crucial para a mobilização política, e a articulação da Marcha da Maconha está pronta para trazer o acúmulo de discussões de volta para a localidade e a rua.

Groo falou de forma mais específica sobre o Grupo de Trabalho (GT) de Harmonia, que visa diminuir as dificuldades internas do movimento de legalização da maconha. Apesar de ser composto por usuários da droga, o grupo enfrenta divergências e está sempre em construção. Ele argumenta que as discussões sobre a legalização da maconha no Brasil remontam a 2007, quando foi criado o site da Marcha da Maconha, e a luta é antiga, remontando aos anos 70. Desde 2019, a população nacional tem ganhado destaque nas discussões sobre a legalização da maconha, e várias ações importantes foram realizadas, como a questão do uso medicinal da maconha e a campanha permanente do STF. O GT de Informação Continuada tem um grande acúmulo de conteúdo, desde reuniões até lives, e tem como objetivo registrar as discussões principais para repassar a quem chega depois. O grupo também realiza atividades pontuais, como a mobilização para pressionar os ministros do STF a julgar a RE 635659, que trata do porte de maconha no Brasil. As atividades são realizadas pela internet, como lives que duram o dia inteiro, e convida militantes a participar e fazer solicitações em massa para que a discussão seja pautada pelos ministros.

Groo também discutiu o projeto de lei PEL 399, que foca principalmente na indústria da maconha e que, segundo ele, pode criar um monopólio da droga no Brasil. Ele disse que, embora apoie o projeto até certo ponto, é preciso ter

cuidado com a forma como ele é escrito e aprovado, para que não cause mais problemas do que soluções.

Na entrevista, Marcelo Groo menciona que a população mais atingida pela guerra às drogas são as pessoas negras e pobres, principalmente aquelas que vivem nas periferias das grandes cidades. Ele argumenta que a política de combate às drogas no Brasil é uma política de controle social que tem como alvo essa população, e que a polícia atua de forma seletiva e violenta contra ela, o que leva a um grande número de mortes e encarceramentos. Groo também destaca que essa política não tem sido efetiva na redução do consumo e do tráfico de drogas, e que é necessário repensar as estratégias de combate a esse problema.

Por fim, Groo enfatizou a importância de se repensar a guerra às drogas e de se reconhecer que ela foi danosa para a sociedade. Ele destacou a necessidade de políticas de incentivo para a população mais atingida pela guerra às drogas, como moradores de periferias e pessoas pobres, para que elas possam ter acesso a renda e economia e sejam retiradas do mercado ilegal regido pela violência.

Marcela Mattos[64] é fotógrafa, formada em comunicação social desde 2002, pela Universidade Santa Cecília, em Santos/SP, cidade onde nasceu e reside atualmente. Atua no coletivo Marcha da Maconha Baixada Santista desde sua formação, em 2009, e também compõe o Bloco Feminista da Marcha da Maconha SP e a Articulação Nacional de Marchas da Maconha. Feminista, antiproibicionista e anarquista, Marcela se inseriu no movimento Riot Girl nos anos 90, produzindo fanzines e organizando eventos de contracultura na cena punk rock. Atualmente participa da coordenação do Girls Rock Camp Brasil, ong que atua no empoderamento de meninas e dissidências de gênero através da música.

Como dito, Marcela destaca que sua formação política veio da cena punk rock nos anos 90, quando começou a produzir fanzines e a fotografar bandas.

[64] https://www.youtube.com/watch?v=LnTo5fZdn70

Depois, se envolveu com o movimento feminista e, em 2009, passou a militar pelo movimento anti-proibicionista. Segundo Marcela, Santos é uma cidade conservadora e por isso o coletivo começou fazendo outras atividades antes de realizar a primeira marcha em 2014, reunindo cerca de 400 pessoas. Desde então, a Marcha da Maconha em Santos continua sendo realizada todos os anos pelo coletivo, que atualmente se chama Marcha da Maconha da Baixada Santista.

Segundo ela, em 2020, já haviam ocorrido algumas reuniões do coletivo para chamar a população para manifestações. No entanto, em março, quando a pandemia eclodiu, o grupo se viu diante de um desafio: como mobilizar as pessoas em meio ao isolamento social?

Foi então que, ainda em março, o coletivo realizou uma reunião online para discutir possíveis ações que pudessem ser realizadas em abril, no dia 20/04, popularmente conhecido como 4/20. Entre as ideias discutidas, estava a possibilidade de um "cochicho na janela" ou convocar as pessoas para publicarem em suas redes sociais. Foi durante esse processo de amadurecimento das ideias que surgiu a sugestão da Laisa, integrante do coletivo da Baixada, de chamar outras marchas para se juntarem à ação.

De acordo com Marcela, mesmo existindo uma rede virtual anteriormente, a pandemia deu a oportunidade para o grupo se reunir virtualmente e criar uma rede maior. Ela também enfatizou que a Articulação Nacional de Marchas da Maconha não pretende representar todas as marchas, mas sim manter a autonomia dos coletivos individuais. Marcela ainda contou que a ideia do coletivo Da Baixada de se comunicar com outras marchas surgiu após experiências não muito positivas em outras iniciativas, como fóruns e listas de e-mails. A Articulação Nacional de Marchas da Maconha completa três anos de reuniões virtuais todos os domingos, e Marcela destaca que, apesar dos conflitos naturais que surgem entre pessoas, o grupo continua resistindo e sendo uma "isca de uma potência".

Embora defenda a autonomia de cada coletivo em suas particularidades, Marcela acredita que é fundamental estar em rede para dialogar e pensar em ações mais potentes. Ela também critica a ideia de pioneirismo, que considera machista e racista, e afirma que todas as tentativas anteriores de articulação foram importantes para chegar ao momento atual de criação da Articulação Nacional da Marcha de Maconha. Marcela reconhece que a organização de movimentos sociais exige tempo e amadurecimento. Sobre sua participação na articulação, ela explica que, embora tenha estado menos ativa recentemente, sempre valorizou o encontro e a organização das reuniões aos domingos, embora atualmente tenha sido difícil participar devido à intensidade de seu trabalho com fotografia esportiva, que exige acordar muito cedo.

Além disso, Marcela menciona a criação da página do Descriminaliza STF como um marco importante na luta pela descriminalização das drogas. A ativista também destacou a importância das Lives que a articulação promove todo mês, sempre com temas relevantes e convidados importantes da luta pela produção de conteúdo, replicados em mais de 30 páginas das marchas nas redes. A participação orgânica na articulação é destacada por Marcela, com reuniões que oscilam entre 5 e 60 pessoas, dependendo do tema e momento. Mesmo impossibilitada de estar mais ativa na articulação por conta de outras demandas, a ativista participa acompanhando os resumos das reuniões e tentando trazer contribuições para o coletivo de Santos.

Ela destaca a importância da rede formada por esse movimento, que é orgânico e horizontal, sem vínculos partidários. A entrevistada enfatiza que cada contribuição é valiosa e que a regularidade é fundamental. Ela também menciona uma atividade que ocorre todo dia 20, com diversos temas em pauta, incluindo a descriminalização da cannabis, questões trans, femininas, raciais e o projeto de lei 399. Marcela ressalta que essa rede não se limita às atividades, mas é uma rede de cuidado, carinho e informação, que consegue defender pessoas invisibilizadas e ajudar quem precisa.

Além disso, ela destaca a importância do Grupo de Trabalho (GT) de Formação Política e Articulação, que discute textos teóricos e conceituais para fortalecer a base política do movimento. Marcela defende que essa formação política é importante para cada pessoa individualmente, e que a escolha das palavras e dos termos usados nas discussões é fundamental, já que isso pode mudar o lidar do dia a dia das pessoas. Ela destaca que a luta pela descriminalização da cannabis também está relacionada a outros direitos, como o direito ao corpo, ao aborto, à cultura ancestral e aos povos negros.

Matos também dialogou sobre a importância de combater o estigma e a discriminação em relação à população LGBTQIA+ e outras minorias que foram excluídas pela sociedade. Na entrevista, ela ressaltou que esses grupos foram historicamente marginalizados devido ao uso de drogas, sendo considerados uma subclasse. Marcela enfatizou que as questões indígenas, femininas e de neurodivergência estão interligadas na luta pelos direitos humanos.

A ativista argumentou que a sociedade sempre usou drogas e que o direito ao corpo sempre existiu, mas que este direito foi retirado recentemente. Ela defendeu a autonomia do corpo e a necessidade de informação correta para que cada indivíduo possa decidir sobre o que fazer com seu corpo. Marcela criticou a hipocrisia da sociedade em relação às drogas, ressaltando que as mães e mulheres negras são ainda mais estigmatizadas e discriminadas por seu envolvimento na luta pela legalização da maconha. Ela destacou a importância de combater o estigma e a discriminação em relação a esses grupos e promover uma mudança cultural em relação ao uso de drogas.

Marcela apontou a hipocrisia da sociedade em relação às drogas, que escolhe demonizar algumas e aceitar outras. Ela destacou a importância da informação para o uso correto das substâncias e ressaltou que todas são drogas, inclusive o açúcar, que é a que mais mata.

Ela também falou a respeito da articulação Nacional de Marcha da Maconha e os desafios que o movimento enfrenta para continuar existindo, principalmente diante da diversidade de identidades e da necessidade de manter uma ética transversal dos Direitos Humanos. Marcela destacou a disposição e a energia de diversas pessoas, como por exemplo: Denis, Maili e Diego, para mediar conflitos e lidar com questões de violência e agressões em vários níveis. O movimento se propõe a ser um movimento de massa e acolher todas as lutas, sem deixar ninguém de fora.

Por fim, Marcela argumenta que, apesar das dificuldades enfrentadas dentro da articulação, é importante focar no objetivo em comum e superar conflitos em prol da causa maior. Marcela ressalta que os adversários conseguem dialogar e alcançar seus objetivos, por isso é fundamental manter a sintonia e o engajamento na luta pela legalização da cannabis. Para Marcela, o engajamento político também é um espaço de formação, e ela consegue transportar para outros campos as lições aprendidas na organização da articulação.

Gustavo Domingues[65] é massoterapeuta com foco na Thai Massagem e ativista cannabico, natural de Apucarana - PR com formações pela Internacional Training Massage School e pela flower of life Yoga e Thai Massagem. Ele também atua como secretário das associações paranaenses Cura em Flor (norte do Paraná) e SEMEAR (Maringá).

Na sua entrevista Gustavo destacou o preconceito existente na cidade onde vive, Apucarana, que possui cerca de 150 mil habitantes e é majoritariamente bolsonarista. Segundo Gustavo, a cidade ainda é conservadora em relação ao tema da cannabis, o que dificulta a realização de eventos como a Marcha da Maconha. No entanto, ele ressalta que as associações estão trabalhando na disseminação de informações sobre a cannabis medicinal e planejam participar de marchas em 2023 e 2024. O objetivo é articular com o

[65] https://www.youtube.com/watch?v=Mgl8Weqzoss&t=28s

movimento já existente em Maringá e promover mudanças na mentalidade conservadora da região.

Segundo ele, é preciso ter calma e levar informações de qualidade para a população. Gustavo ressaltou que a articulação tem como objetivo construir ideias e contemplar o máximo de pessoas possíveis, trazendo diferentes visões e vivências para a luta social. Ele contou que conheceu a articulação por meio de um grupo de WhatsApp e que participar das reuniões foi fundamental para entender a importância do debate e da construção coletiva. Para ele, é preciso abraçar todos os lados da maconha, incluindo o medicinal e o social, e não apenas o industrial. Recentemente, a articulação realizou palestras online sobre o tema e planeja expandir as atividades para o presencial.

Gustavo também revela a importância da articulação nacional em tempos de pandemia. Segundo Gustavo, sua participação na organização foi fundamental para sua saúde mental durante o isolamento social. Ele destaca a atmosfera acolhedora e o pensamento voltado para a mudança como aspectos positivos da articulação.

Ao ser questionado sobre as disputas de narrativas dentro da organização, Gustavo afirma que a articulação nacional busca sempre olhar para a Declaração Universal dos Direitos Humanos e para a construção democrática dos direitos plenos. Ele destaca o Grupo de Trabalho de Formação como um dos mais importantes, onde foram discutidas visões diferentes e a autora de um livro sobre liderança coletiva apresentou alguns problemas enfrentados por grupos sem liderança definida.

Gustavo ainda ressalta que a articulação nacional realizou ações pontuais de grande importância e impacto, talvez onde nenhum outro movimento social tenha conseguido chegar. Ele convida os leitores a conhecer mais sobre a organização e a se engajar em suas atividades. Segundo Domingues, a ação que mais chamou a atenção dentro do movimento foi a campanha pela descriminalização no Supremo Tribunal Federal (STF). Ele ressaltou que essa é

uma das principais pautas da causa e que o movimento continua firme mesmo com a redução do engajamento de alguns membros.

Domingues ainda destacou a importância das amizades que foram criadas durante a articulação do movimento. Ele afirmou que conheceu pessoas incríveis de diferentes partes do Brasil e que isso é uma das coisas mais legais do movimento: unir pessoas com pensamentos parecidos para criar um movimento forte e ajudar cada vez mais pessoas. Por fim, ele afirmou que a luta por uma causa humanitária exige tempo e dedicação, mas que as amizades e o fortalecimento do movimento são recompensas gratificantes. Ele agradeceu a todos os envolvidos na causa e destacou que cada um deles é uma inspiração para o sucesso da luta pela descriminalização das drogas.

Giancarlo Pieracciani[66], indigenista, ativista, fitoterapeuta, fisioterapeuta e acupunturista. Movimenta o Coletivo Taquara, Instituto Terapeutas Canábicos e Articulação Nacional de Marchas da Maconha através de princípios que envolvem autonomia, coletividade e liberdade. Ele nasceu em São Paulo, mas foi criado em Salvador até os 26 anos, quando se mudou para São Paulo. Depois dos desastres relacionados ao governo de Jair Bolsonaro, Gian decidiu retornar à Bahia. Ele trabalha principalmente com o coletivo Taquara, que o introduziu no movimento social por meio de uma campanha emergencial que arrecadou doações para aldeias indígenas, principalmente os Guarani, no Mato Grosso do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro. Desde então, Gian viajava pelo país para apoiar as comunidades indígenas e, durante a pandemia, intensificou seu apoio.

Gian também é um defensor da legalização da maconha e viaja pelo Brasil dando palestras e conversando com diversas pessoas, fortalecendo a base e fazendo atendimentos em grupos. Ele é membro do Instituto Terapeuta dos Canábicos, das Mães do Brasil e da Organização Baiana de Estudos da Cannabis. Gian entrou para a articulação nacional das Marchas da Maconha no final de 2020 ou início de 2021, durante os encontros online realizados devido à

[66] https://www.youtube.com/watch?v=A7aHQMT_tRQ&t=50s

pandemia. Ele observou e participou ativamente dos encontros, sentindo-se seguro ao ver que sua colega Ingrid também estava presente. A pandemia fez com que o trabalho virtual se tornasse a única saída para manter o diálogo entre as diversas marchas que buscam a legalização da cannabis no Brasil.

Gian destaca a horizontalidade do grupo e a importância da coletividade em suas ações. A articulação se iniciou em 2018 e hoje em dia já está presente em diversas regiões do país, sendo fundamental para a organização das marchas da maconha que ocorrem anualmente. Pieracciani ressalta que a experiência na articulação foi fundamental para seu aprendizado e crescimento pessoal, permitindo que ele contribua para a mobilização de outras marchas em diferentes cidades brasileiras. Recentemente, Pieracciani enfrentou a falta de colaboradores na marcha de Salvador e teve que assumir responsabilidades que não eram suas, mas contou com o apoio da articulação para lidar com a situação. Ele conclui que a articulação é um movimento extremamente importante para a luta pela legalização da maconha no país. De acordo com ele, a organização é um dos pontos fundamentais para o sucesso das manifestações. Pieracciani destacou a importância do GT de Harmonia, um grupo que visa manter a coletividade e o respeito mútuo entre os membros da articulação. Ele afirmou que o GT foi acionado em diversas ocasiões de desarmonia no grupo da articulação e, apesar de ter enfrentado problemas intensos em 2021, conseguiu transmitir a importância do respeito e da harmonia entre os membros.

Além disso, Pieracciani participou ativamente de diversos GTs da articulação, visando traçar um planejamento para as manifestações e organizar os documentos necessários. Ele participou da campanha do Descriminaliza STF, da conferência de direitos humanos e também dos GTs de Informação e Direitos Humanos. Pieracciani enfatizou que a articulação é um espaço coletivo e que a confiança e o diálogo são fundamentais para o sucesso da causa. A assembleia realizada aos domingos é o ponto máximo de discussão e organização do grupo.

Pieracciani, também falou sobre a importância da mobilização e da necessidade de trabalhar em diversas frentes para conseguir avançar no tema. Ele

destacou que a campanha realiza reuniões aos domingos para discutir estratégias e debater demandas importantes. Pieracciani também falou sobre a importância da educação e da didática para informar a sociedade sobre o assunto. Ele destacou a necessidade de uma maior organização e articulação da campanha, bem como a importância de trazer mais pessoas para trabalhar junto. As reuniões são deliberativas e acontecem todos os domingos, sendo divulgadas para mais de 50 páginas em todo o Brasil.

Em suas palavras, a articulação reúne pessoas incríveis de várias partes do mundo e tem um papel importante na comunicação sobre diversos temas relacionados à maconha, bem como drogas, encarceramento, luta antimanicomial, comunidades terapêuticas e outros assuntos relevantes. Segundo ele, a articulação ajudou-o a falar com propriedade sobre esses temas e a se comunicar melhor com diversas pessoas. Gian ressaltou ainda a importância de um grupo de estudos na articulação e a necessidade de melhorar a comunicação e planejamento de conteúdo para chamar mais atenção das pessoas. Ele mencionou também a necessidade de estratégias para pressionar o Supremo Tribunal Federal (STF) e destacou as atividades do grupo de trabalho em direitos humanos, que atua em casos de prisões injustas e apoiando o uso terapêutico da maconha.

Pieracciani também menciona que seu trabalho como fisioterapeuta é uma forma de ativismo, pois ele usa seu conhecimento para educar e mudar a mentalidade de pessoas que têm preconceito em relação às plantas medicinais. Ele destaca a importância de falar abertamente sobre a maconha e outras drogas, inclusive para pessoas idosas que muitas vezes não têm acesso a informações precisas. No fim da sua entrevista Gian reconhece que o movimento social em prol da maconha tem enfrentado alguns desafios durante o período de reabertura social da pandemia, ainda existe a necessidade de se adaptar aos hibridismos da realidade das demandas virtuais com as demandas fora do mundo virtual, mas

ele acredita que a participação das pessoas ainda é fundamental para continuar avançando nessa causa.

Gabriel Pimentel[67] é Professor, ativista antiproibicionista, anticapitalista e antirracista. Graduado em História pela Universidade Federal de Uberlândia, tendo concluído com um TCC intitulado "Marcha da Maconha: Antiproibicionismo e luta contra a estigmatização (2007-2012)". Constroi coletivamente a Marcha da Maconha de Uberlândia desde 2012, compondo a Articulação Nacional de Marchas da Maconha desde 2020 e a "Coalizão - Movimento pela Legalização da Maconha" desde 2022. Gabriel iniciou sua militância na universidade, em Ituiutaba, onde participou da construção de entidades estudantis e ocupações. Transferiu-se para a Universidade Federal de Uberlândia, onde se formou em História e se aproximou ainda mais dos movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto e o Movimento Passe Livre. Gabriel ficou incomodado com a estigmatização de usuários de drogas, em especial os usuários de maconha, e por isso começou a estudar a origem do estigma. Ele se interessou pela temática da Marcha da Maconha, que ainda era reprimida violentamente na época, e participou de fóruns e debates sobre o assunto.

Gabriel acredita que a origem do movimento sempre esteve associada a outras drogas e não necessariamente somente à maconha. Em 2011, através de uma autorização do STF, o movimento Conquista, que defende a legalização das drogas, conquistou seu direito de existência. Em 2012, foi realizada a primeira marcha em Uberlândia, mas Gabriel percebeu que o movimento estava em disputa e que alguns dos seus colegas de militância começaram a atacar a organizadora do movimento, Márcia, qualificando-a como um espaço de direita.

Inicialmente, Gabriel acreditava que a Marcha da Maconha poderia trazer mais pessoas para refletir sobre a revolução na sociedade e construir um espaço de debate para outras causas. Ele propôs defender a legalização de todas as

[67] https://www.youtube.com/watch?v=eviCJ1Bw9lE

drogas, mas foi derrotado pelo coletivo em 2012. Ele concluiu seu curso pesquisando sobre a Marcha da Maconha e percebeu que o movimento ainda está em disputa e não se firmou completamente, pois ainda é um bebê que engatinha no Brasil. Ele afirma que a marcha é um novo movimento social, onde há pessoas de direita e de esquerda, e que a luta pela identidade é uma pauta importante do movimento. Pimentel destaca que existe uma conscientização sobre o problema do proibicionismo na sociedade desde 2010, e que existem diferentes núcleos e marchas com narrativas em disputa. Ele também menciona sua entrada na articulação Nacional de Marchas da Maconha durante a pandemia, por meio de um colega de Uberlândia.

Gabriel relata que a articulação é um espaço de aprendizado e diálogo com pessoas de diferentes localidades que trazem experiências de construções de marchas. Ele explica que a articulação tem como princípio a horizontalidade e a transparência das decisões, sem a construção de lideranças. Recentemente, a articulação apresentou publicamente sua carta de princípios, que inclui a perspectiva antiproibicionista e busca entender todas as drogas dentro de um contexto de perseguição às pessoas. Gabriel destaca que a articulação é um espaço feliz que convida as pessoas a se aproximarem da luta pela legalização da maconha e de outras drogas, que vai além da reivindicação do uso medicinal.

Gabriel também fala sobre a importância da articulação na qual participa como um espaço de formação e troca de perspectivas. Ele menciona que as reuniões semanais são poderosas e que a articulação é um local onde se constroem amizades. Gabriel também comenta sobre a ação mensal de descriminalização no STF e como ela trouxe novos olhares para ele. Ele ressalta que a articulação se tornou uma referência nacional em questões como prisões, perseguições, criminalizações de indígenas e LGBTs, além de associações de medicinais. Gabriel reconhece que a demanda da articulação é grande e que, por vezes, eles são derrotados pela demanda e não pela luta. Ele destaca que a articulação é uma construção do movimento em rede e que é uma luta contínua.

Ele falou sobre sua jornada em relação ao ativismo anti-proibicionista e como a articulação lhe trouxe novas perspectivas e argumentos, incluindo a importância de dialogar com pessoas trans e entender como a luta anti-proibicionista está interligada com a luta pelos direitos dessa população, que muitas vezes é estigmatizada e violentada.

Ele também mencionou a discussão em torno da descriminalização das drogas, comparando os votos de Gilmar Mendes e Barroso. Enquanto Mendes defende a descriminalização de todas as drogas, Barroso argumenta que o uso e comércio de drogas não gera violência e, portanto, restringe a descriminalização apenas para a maconha. Pimentel questiona a abordagem de Barroso e aponta que se a descriminalização se limitar apenas à maconha, isso pode levar a uma continuidade da atual lei de drogas, onde a classe média compraria em doses e passaria a criminalização para os entregadores, que muitas vezes são pessoas em situação de vulnerabilidade e são as mais afetadas pela atual legislação.

Gabriel fala ter aprendido sobre como os interesses capitalistas se infiltram nas associações que defendem a legalização da maconha e como isso pode ser uma contradição, já que essas associações muitas vezes também ajudam a salvar vidas. Ele destaca a importância de entender como diferentes associações trabalham e como elas podem ter perspectivas políticas diferentes. Pimentel também observa a importância de reconhecer que poucas pessoas são responsáveis por liderar e manter movimentos sociais em diferentes cidades, enquanto a maioria dos participantes é fluida. Além disso, ele destaca que cada cidade tem seu próprio contexto de movimento social, com desafios e potenciais diferentes.

Gabriel também dá destaque ao documento entregue por um movimento antiproibicionista a um governo de transição. Pimentel ressaltou que a carta entregue traz os princípios e acúmulos do movimento, e destaca a perseguição e redução de danos que o governo anterior impôs. Para ele, a entrega da carta é uma provocação para que a articulação e os movimentos sociais cobram do novo governo a mudança dessas políticas. Pimentel ainda ressaltou a diversidade de

pessoas que usam drogas que estão na articulação e destacou que a carta é uma reivindicação e provocação não apenas para o governo, mas também para os próprios companheiros do PT dentro do grupo da articulação.

Por fim, ele afirmou que o papel dos estudantes é constranger e criticar, não conciliar, e que a carta aberta divulgada recentemente pela organização é uma forma de consolidar essa ideia. Ele ainda destacou a importância de se aproximar do movimento e participar das discussões. Pimentel também elogiou o ciclo de debates científico acadêmico promovido pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e convocou outros estudantes a disputarem a academia e fazerem suas palavras e conceitos aparecerem nos currículos.

Everton Barbeiro[68], é um empreendedor que se destaca por sua atuação no setor de barbearias, tendo criado a famosa barbearia Sete Mares, que oferece serviços relacionados à cannabis. Em suas palavras ele se diz ativista maconheiro, que desenvolve sua barbearia canábica na cidade de Peruíbe-SP, buscando compartilhar conhecimentos e práticas sobre maconha e outras medicinas originárias com clientes e comunidade, a fim de reduzir os danos causados pela má alimentação, drogadição farmacológica lícita e vida escravizante. No entanto, sua influência vai além do mundo dos negócios, uma vez que ele se envolveu no movimento da Marcha da Maconha por ser usuário da planta e acreditar em seus efeitos terapêuticos.

Ao constatar os benefícios que a maconha pode trazer para a saúde humana e animal, Everton decidiu difundir essas informações por meio da criação da página Ponto de Brisa, onde aborda de forma clara e objetiva o uso adulto da maconha e seus efeitos terapêuticos.

É notável o impacto positivo que a maconha tem na saúde, como comprovam estudos científicos. Dentre suas propriedades terapêuticas, destacam-se ação anti-inflamatória, analgésica e ansiolítica, além de ser indicada em tratamentos de ansiedade, depressão e até mesmo doenças

[68] https://www.youtube.com/watch?v=N0HxQYmHtzw&t=5s

neurodegenerativas, como o Alzheimer. Contudo, infelizmente, o uso da maconha ainda é visto com preconceito por muitas pessoas, o que acaba por afastá-las dos benefícios que a planta pode oferecer. Nesse sentido, iniciativas como a página Ponto de Brisa, criada por Everton Barbeiro, são essenciais para informar e educar a população sobre o uso consciente e seguro da maconha. Everton acredita que há uma falta de informação sobre as benesses da maconha fumada. Em sua entrevista para o coletivo CannabisAtiva da UFRN, ele afirmou que a mídia raramente destaca os benefícios da maconha medicinal, e que há uma necessidade urgente de compartilhar essas informações com o público em geral.

Para Everton, a marcha da maconha é uma causa social justa e necessária, que busca conscientizar as pessoas sobre os benefícios terapêuticos da planta. Ele e seus amigos organizaram um movimento na cidade de Peruíbe para educar as pessoas sobre a maconha e influenciar positivamente a comunidade local. Peruíbe, uma cidade com cerca de 60 mil habitantes, localizada no litoral sul do Estado de São Paulo, é vista por Everton como uma cidade conservadora. No entanto, ele acredita que é importante trazer essas informações para a região, incluindo as cidades vizinhas de Santos, Praia Grande, Mongaguá e Itanhaém.

Everton não desiste de seus ativismos, ele afirma que várias vezes já cultivou seus próprios pés de maconha em frente à sua barbearia, expondo-os aos seus clientes e defendendo abertamente a causa. Recentemente, ele participou do terceiro Sarau Sem Censura, organizado pelo coletivo local, onde discotecou músicas libertárias e fez uma declaração pública sobre a repressão e a proibição da maconha desde 1830, sem saber que um carro da polícia estava próximo. A luta pela legalização da maconha é uma causa social justa e verdadeira, mas infelizmente é alvo de perseguição e boicote em muitas cidades, inclusive em Peruíbe. O governo atual, Jair Bolsonaro (2019-2022), apoiado por conservadores e reacionários, têm mostrado pouco interesse em discutir o assunto de forma aberta e democrática, o que tem gerado consequências negativas para aqueles que defendem a liberdade e a justiça social.

Everton também relatou uma experiência de perseguição por parte de agentes do Estado enquanto se manifestava publicamente sobre a legalização da maconha. Segundo Barbeiro, durante um evento cultural em uma praça pública, ele fez referência ao cultivo de maconha em sua barbearia e criticou a proibição da substância no Brasil desde 1830. O ativista só descobriu mais tarde que um carro de polícia estava gravando toda a sua manifestação, e acabou sendo abordado pelos policiais que registraram um boletim de ocorrência administrativo por apologia às drogas.

Barbeiro destacou que, apesar de ter sido abordado de forma tranquila pelo policial, a situação revela uma falta de preparo jurídico dos agentes do Estado em relação às mudanças legislativas sobre a maconha no país. Em 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou válido o debate sobre a legalização da droga, mas Barbeiro afirma que, mais de uma década depois, ainda há agentes do Estado que não estão em consonância com essa decisão. O caso de Barbeiro demonstra, portanto, a complexidade do debate sobre a legalização da maconha no país e a necessidade de uma preparação mais adequada dos agentes do Estado para lidar com as mudanças legais e sociais que vêm ocorrendo nesse sentido. Além disso, a situação também evidencia a importância de se garantir a liberdade de expressão e manifestação em espaços públicos, sem que isso signifique perseguição e criminalização por parte das autoridades.

Barbeiro, fala sobre ser integrante da articulação Nacional de Marchas da Maconha, ele destaca a importância desse movimento em prol da regulamentação e legalização da maconha. Para ele, a organização da articulação é surpreendente e desenvolvida, permitindo que as pessoas tenham liberdade para organizar as suas marchas em cada cidade com suas particularidades. Barbeiro ressalta que o grupo não busca padronização, mas sim organização construtiva e clara, estabelecendo diretrizes e orientações para a participação do grupo e a organização das marchas. Segundo ele, a articulação oferece meios jurídicos e de organização para que as marchas possam ser realizadas de forma

legal e segura. Além disso, Barbeiro acredita que existe uma nuvem de pessoas que são contra a ideia da regulamentação e legalização da maconha, o que demonstra a necessidade de continuar lutando por essa causa. Ele enfatiza que a marcha da maconha é um movimento importante e desenvolvido, que vem crescendo com força e enraizando-se cada vez mais na sociedade.

Segundo Everton, ele conheceu a articulação por meio dos seus companheiros na marcha, e ficou surpreso com o desenvolvimento e progresso do movimento. Ao ingressar no grupo, percebeu que a organização era libertária, permitindo que cada cidade tivesse suas particularidades, mas com orientações jurídicas e de organização para estabelecer uma diretriz. Para Everton, a organização sólida da Articulação Nacional de Marchas da Maconha é encantadora, e destaca a importância da rede para novas localidades que precisam de suporte jurídico, ideias e emocional para começar a se organizar. Ele enfatiza que a articulação é um suporte importante para a expansão do movimento e para a garantia dos direitos dos usuários de maconha.

A articulação Nacional de Marchas da Maconha, como já foi dito, surgiu no final de 2019 e ganhou força em 2020, justamente no contexto da pandemia. Em entrevistas anteriores, outros membros da articulação já haviam destacado os trabalhos realizados pela rede, incluindo a solução de crises internas e conflitos que, segundo eles, ajudam no crescimento do movimento. No entanto, Everton Barbeiro traz um olhar diferenciado sobre a importância da articulação para novas localidades que desejam iniciar suas próprias marchas da maconha. Para ele, a rede oferece suporte jurídico, ideias e até mesmo apoio emocional para aqueles que desejam se engajar na luta pela legalização da planta. Nesse sentido, a articulação funciona como um importante catalisador para a expansão do movimento e a defesa dos direitos dos usuários de maconha. Barbeiro ressalta que esse suporte não se limita ao aspecto jurídico e organizacional, mas também emocional, já que encontrar pessoas que compartilham da causa é um alento diante das dificuldades enfrentadas pelos ativistas.

O entrevistado também discorre sobre a necessidade de superar estereótipos e preconceitos relacionados ao uso da maconha, que muitas vezes são alimentados por discursos conservadores. Para Barbeiro, a articulação da Marcha da Maconha é fundamental para promover a conscientização da sociedade sobre os benefícios da planta, tanto para uso medicinal quanto recreativo. Nesse sentido, o apoio jurídico e organizacional fornecido pela articulação é crucial para garantir que a luta seja realizada de maneira efetiva e segura. Barbeiro destaca que a marcha também oferece uma oportunidade para as pessoas se informarem livremente sobre a substância e seus usos.

Everton também ressalta que o problema não está no uso da substância em si, mas na falta de educação e informação sobre o assunto. Segundo ele, a maconha pode ser utilizada de forma consciente e científica, trazendo benefícios para a saúde e bem-estar das pessoas. Barbeiro aponta que o uso medicinal da maconha é um exemplo de como a substância pode ser utilizada de forma positiva. Ele defende que a abertura para essa possibilidade pode ser um primeiro passo para que a sociedade entenda que uma pessoa que fuma maconha não é necessariamente incapaz de tocar sua vida, administrar seus negócios, educar seus filhos e ter uma vida tranquila. Além disso, ele destaca que a maconha pode ser útil para reduzir a ansiedade e o estresse, o que pode melhorar a condução no trânsito e a qualidade de vida em geral.

Em relação à sua visão anterior sobre a maconha, Barbeiro conta que teve uma experiência negativa quando usou a substância pela primeira vez, aos 16 anos. Na época, ele teve uma síndrome do pânico após utilizar benzina, um inalante perigosíssimo. A informação que ele tinha era a de que a maconha queima neurônios, causando retardo mental e problemas genéticos em filhos. Essa visão equivocada o afetou por décadas, fazendo com que ele acreditasse que havia estragado o cérebro. Com o tempo e a informação adequada, Everton Barbeiro mudou sua visão sobre a maconha e hoje luta pela conscientização e legalização da substância. Ele acredita que a sociedade precisa estar aberta para

entender que o problema não está na substância, mas sim em como ela é utilizada. A educação e a informação são fundamentais para que as pessoas possam fazer escolhas conscientes e saudáveis em relação ao uso de substâncias. Segundo Everton, seu interesse surgiu quando decidiu entender melhor os efeitos da substância que estava usando esporadicamente. Ao pesquisar sobre maconha na internet, encontrou muitas informações conflitantes e pouco confiáveis. Foi então que Barbeiro decidiu aprofundar seus estudos e buscar fontes confiáveis sobre o assunto. Ele descobriu que, contrariando a ideia de que a maconha é uma droga perigosa, a erva nunca matou nenhum ser humano na história da humanidade. Além disso, Barbeiro encontrou estudos que apontam a maconha como tratamento para esquizofrenia e neuroprotetora, além de causar neurogênese. Essas informações surpreenderam o entrevistado, que passou a questionar os preconceitos que havia internalizado sobre a erva.

Por fim, ele fala que se deu conta de que muitas pessoas sofrem com problemas causados pela alimentação, pela Indústria Farmacêutica e por um modo estressante de vida, e que a maconha poderia ajudar muita gente. Assim, decidiu criar uma página na internet chamada "Ponto de Brisa" para divulgar informações confiáveis sobre a maconha.

Dyh Rodrigues[69] é jornalista, ativista, acolhedora da associação Flor da Vida, integrante da Marcha da Maconha BH e Articulação Nacional de Marchas. Colaboradora do canal Cannabis Monitor pelo podcast Maconhômetro Imprensa. Poeta Revolucionária, criadora de conteúdo e jornalismo de quebrada pela @comunicannabis.mg. Ela começou a trabalhar e estudar cannabis na faculdade e seu TCC foi sobre o assunto, resultando em um documentário chamado "Planta Clandestina". Durante o processo de produção do filme, Rodrigues entrevistou o Dr. Paulo Fleury, que prescrevia canábis há seis anos naquela época. Eles se tornaram amigos e Fleury precisava se comunicar com as pessoas que começaram a usar a cannabis para fins terapêuticos, surgindo então movimentos

[69] https://www.youtube.com/watch?v=U8_s7lb792M

de associações e famílias. Rodrigues engravidou e foi trabalhar para Fleury, coordenando suas viagens e agendando consultas com pacientes que precisavam de cannabis para fins terapêuticos. Foi aí que Rodrigues começou a entender a terapêutica da cannabis e se tornou ativista junto com Fleury e Jean, que ela conheceu em um congresso em São Paulo. Juntos, eles criaram a Rede Doutor Green e os Terapeutas Canábicos, que visavam a organização de uma rede de atendimento a pacientes e a fundamentação da terapia canábica. Rodrigues destaca que a terapêutica da cannabis está associada ao ativismo, e que a Rede Doutor Green e os Terapeutas Canábicos são fundamentais para garantir o acesso dos pacientes aos benefícios da planta.

Dyh Rodrigues conta que já havia participado anteriormente da Marcha, mas que era pouco conhecida na comunidade. Ela relata que foi convidada pelo ativista Gui para participar de uma live de 12 horas sobre a maconha, em que conheceu a Articulação Nacional das Marchas da Maconha. A partir disso, passou a se engajar na luta contra o proibicionismo e suas consequências sociais, como o racismo e a violência nas favelas. Dyh fala sobre seu relacionamento com Gui, que também é ativista na causa, e como juntos se dedicaram a participar de reuniões e eventos da Articulação. Ela destaca a importância do Gui na Marcha de Belo Horizonte e na Articulação, e como seu exemplo a inspirou a se engajar mais. Dyh enfatiza a importância de uma pessoa que saiba servir com humildade. Segundo ela, a Articulação Nacional de Marchas da Maconha é uma rede de coletivos que atuam em todo o país na luta pela legalização da maconha e pelo fim da guerra às drogas. Dyh destaca que a articulação se insere em diversas atividades e eixos.

Dyh fala como a pandemia afetou a organização do grupo. Segundo Rodrigues, a pandemia impulsionou a criação de atividades online, que proporcionaram uma maior participação do grupo, além de ter criado uma sensação de união entre os membros. No entanto, o aumento do fluxo de informações e responsabilidades pós-pandemia causou um resfriamento natural

da articulação, o que pode exigir uma reinterpretação da forma de trabalhar do grupo. Rodrigues afirma ainda que o grupo é sensível e que muitas vezes é necessário pedalar bastante para que a articulação seja fluida. A entrevista destaca que, apesar das conquistas, nem tudo é um mar de flores e existem desafios e desgastes que afetam os membros do grupo.

Para Dyh, a articulação é uma vivência grandiosa que ensina muito sobre lidar com diferentes pessoas e coletivos, além de desenvolver habilidades como organização e paciência. "A articulação me trouxe muitos contatos e conhecimento sobre a realidade de várias regiões do Brasil. Hoje ajudo pessoas a fazerem usos (legais) da maconha e sempre que alguém me pede ajuda, faço com gosto" (RODRIGUES, 2023) A ativista também destacou a importância da continuidade da luta pela legalização da maconha e afirmou que a articulação é uma causa que carrega no coração. Sobre os temas que são recorrentes nas discussões do movimento, Dyh destaca a importância de questões relacionadas à violência policial, racismo, acesso à saúde e autonomia das mulheres. Ao ser questionada sobre suas atividades dentro da articulação, Dyh recorda com carinho duas ações que propôs: a primeira foi a realização de uma atividade das mulheres da articulação, que contou com a participação de diversas ativistas e a segunda foi a criação de um espaço de apoio à comunidade LGBT+. Dyh também citou diversas atividades que participou, como a abertura de uma cartilha de boas-vindas, a mediação de lives e a participação em mesas-redondas, sempre destacando a importância do trabalho em equipe e da construção coletiva. A Articulação é composta por diversos Grupos de Trabalho (GTs), que abrangem diferentes temas, como Harmonia, Informação, Operativo e Direitos Humanos. Dyh participa de alguns desses GTs, incluindo o de Harmonia e o de Administração do grupo.

Dyh Rodrigues também revelou que se dedicou por um longo tempo ao grupo Harmonia, mas agora se dedica principalmente à tarefa de administrador do grupo de WhatsApp, observando tudo o que acontece. Como ex-participante do grupo Harmonia, ele compartilhou que a política do grupo era marcar o GT

de Harmonia se alguém se sentisse ofendido. Se a questão precisasse de análise mais aprofundada, uma comissão de Ad Hoc (para o caso) era criada. Como administradora, ela já teve que tomar decisões difíceis, como excluir pessoas e silenciar o grupão[70] de WhatsApp. Ele acredita que manter pessoas éticas é difícil, mas importante para manter o respeito no trabalho. Em relação a outros grupos ou GT's, ela discutiu a fragilidade em fazer muito, mas poderia ter feito mais.

Por fim ela também citou um encontro em que uma dinâmica de conversa em grupo criou duas facções com pontos de vista diferentes sobre a construção de um projeto de lei de regulamentação das drogas ou apenas da maconha, o que acabou por não ser mais discutido, já que tal ponto gerava controvérsias desnecessárias. Dyh abordou ainda outros pontos importantes, como o projeto de lei e a carta entregue ao governo de transição. Ao final da entrevista, Dyh agradeceu a oportunidade e destacou a importância da subjetividade em construir um grande coletivo. Ele também ressaltou a luta contra a discriminação e o preconceito em todas as suas formas, incluindo a transfobia, o racismo e a misoginia.

Daniel Barreto[71], ativista e porta-voz da Sociedade Brasileira de Estudo da Cannabis Sativa (SBEC), sobre a questão do cultivo de ervas herbáceas terapêuticas. Ele também é membro da Articulação Nacional de Marchas da Maconha, e, em sua entrevista contou um pouco sobre sua história de militância. Daniel começou a se envolver em movimentos sociais ainda na década de 80, quando participou da luta pela meia-entrada para estudantes em Araraquara, interior de São Paulo. Mais tarde, na década de 90, se interessou pela área ambiental e começou a participar do Fórum Campineiro pelo Meio Ambiente, em Campinas. Em 2006, mudou-se para a Bahia, onde operou em um escritório de advocacia e começou a trabalhar com políticas públicas na área ambiental.

[70] Local onde são colocadas as principais informações para operacionalizar a militância da ANMM.
[71] https://www.youtube.com/watch?v=CNLAKaeJkW4&t=13s

Dois anos depois, deixou a advocacia para se dedicar ao terceiro setor e passou a representar instituições em conselhos municipais e estaduais de meio ambiente. Em 2010, foi eleito pelas ONGs ambientais do Nordeste para representar todas as ONGs no Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) em Brasília.

Barreto explicou que, embora o termo "medicinal" seja mais acessível à sociedade, existe uma disputa de narrativas em torno desse termo, que pode empoderar os médicos e desconsiderar a automedicação. Ele também falou sobre sua participação na articulação nacional de marchas da maconha, que começou após a SBEC ser convidada para um evento no Fórum Social Mundial em 2020. Barreto destacou a importância da articulação e da participação em eventos, mesmo que haja conflitos de agenda. Ele também relatou sua experiência na marcha de São Paulo em 2022, onde esteve na área da cannabis medicinal, cuidando dos pacientes e coordenando a articulação com outras marchas em todo o país. Ele também falou sobre a importância da articulação nacional da Marcha da Maconha, e como ela contribuiu para a mobilização em prol da causa. Para Barreto, o movimento é sério e conta com o envolvimento de pessoas comprometidas, que buscam apoiar e multiplicar a causa. Ele ainda destaca que a Sociedade Brasileira de Estudo da Cannabis Sativa - SBEC discute internamente a participação no movimento.

Barreto afirma que o engajamento dos ativistas é sério e que eles se reúnem todos os domingos para discutir e multiplicar ideias em prol da legalização. A SBEC, por sua vez, tem sido questionada por seus associados sobre o porquê de estar envolvida em um movimento que não tem nada a ver com a medicina. No entanto, Barreto afirma que a legalização e descriminalização da maconha é uma questão de importância social e que a causa é apoiada por muitos, incluindo aqueles que fazem uso da cannabis para fins medicinais. De acordo com ele, um recente estudo mostrou que o número de pacientes que utilizam cannabis medicinal aumentou em mais de 200% de 2014 a 2020.

Daniel Barreto defende a união de todos os envolvidos na causa da legalização da maconha, incluindo usuários adultos e pacientes medicinais. Na entrevista, ele afirmou que é impossível desassociar uma coisa da outra e que todos estão no mesmo barco. Para ele, é necessário que haja a união de médicos, empresários e demais envolvidos para que seja possível alcançar a construção coletiva de um futuro com a descriminalização e o direito de cultivo da planta em casa. "Não dá para separar uma coisa da outra", (BARRETO, 2023).

Barreto destacou a importância do cuidado com a saúde mental e psicológica na utilização da cannabis, ressaltando que terapias e o uso recreativo da planta estão interligados. Para ele, é fundamental que as pessoas tenham o direito de utilizar suas liberdades de forma plena, o que deve ser garantido por uma democracia baseada na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Além disso, Barreto, que como já dito estudou direito, enfatizou a necessidade de união entre médicos, empresários e outros segmentos da sociedade para que seja possível uma construção coletiva rumo ao desencarceramento e à legalização da planta. O ativista ainda pontuou a relevância dos movimentos sociais, como as marchas da maconha, na luta por uma política pública de qualidade que respeite todas as pessoas.

Por fim, ele destacou a importância da construção de uma política pública que respeite todos, e que permita o desencarceramento, algo que já está sendo implementado em alguns países. Segundo ele, essa mudança não será alcançada através da indústria ou farmacêuticas, mas sim por meio de movimentos sociais como as marchas da maconha. Para Barreto, ainda há muito trabalho pela frente e a Articulação Nacional de Marchas da Maconha, juntamente com todas as marchas, serão fundamentais nessa construção.

A relação entre as entrevistas, os vídeos e documentos próprios da ANMM e as matérias jornalísticas, apresentadas nessa tese, expõe diferentes narrativas dentro de um mesmo grupo, que às vezes precisa recorrer, como foi demonstrado aqui, a métodos que busquem harmonizar e manter uma dinâmica

de grupo que está a todo momento sendo transpassado por várias controvérsias e divergências. Isso quer dizer que não existe uma unidade coesa, o que existe são relações sociais entrelaçadas por diferentes contextos e complexidades. De tudo que foi dito, uma análise mais acertada seria dizer que o grupo intitulado Articulação Nacional de Marchas da Maconha é resultado de várias junções, interfluxos e até contradições.

Também fica evidenciado, ao analisar as anotações dos cadernos de campo e as entrevistas, que a pandemia COVID-19 agiu como agente de transformação da forma como os Movimentos Sociais se relacionam e operam. Infelizmente a parte referente a pesquisa e levantamento de dados dessa tese não chegou a ver o fim da pandemia, impossibilitando assim uma análise sobre as consequências do fim da pandemia para a Articulação Nacional de Marchas da Maconha. Porém, é pouco provável que após se acostumarem com esse tipo de organização virtual, as pessoas deixem de fazê-lo com o fim dos protocolos de segurança, talvez com menor intensidade, mas isto seriam questões para outra tese.

Outro ponto evidenciado, tanto pelas anotações de campo quanto pelas entrevistas, é o perfil socioeconômico dos militantes que compõem a organização da ANMM. Em sua maioria, são pessoas de classe média e baixa renda, alguns já estabelecidos em profissões liberais. Todos demonstram que suas histórias e vivências são permeadas por diversos temas que se entrelaçam com a questão da proibição da maconha no Brasil. Entre esses temas, destacam-se as lutas contra a LGBTQIA+ fobia, em prol do feminismo e contra o patriarcado, assim como o apoio aos conhecimentos tradicionais e à valorização étnica. Os militantes deste movimento compreendem que não são porta-vozes ou líderes individuais, mas sim parte integrante de um coletivo engajado na busca por mudanças significativas.

O que esta pesquisa pode afirmar é que a pandemia COVID-19 não apenas influenciou a forma como os Movimentos Sociais se relacionam e operam, mas também acelerou a adoção e adaptação às tecnologias virtuais.

Antes da pandemia, embora a capacidade tecnológica para reuniões e formações de grupo online já existisse, muitos movimentos sociais ainda dependiam principalmente de encontros presenciais e atividades de campo para organizar e mobilizar seus membros.

No entanto, com as restrições de saúde impostas pela pandemia, esses movimentos foram forçados a explorar e adotar soluções virtuais para manter suas operações. O resultado foi uma rápida expansão e aprimoramento das redes virtuais, com o uso generalizado de plataformas de videoconferência, mídias sociais e outras ferramentas online para comunicação, organização e mobilização.

Essa mudança não foi apenas uma resposta temporária às circunstâncias da pandemia, ela também deixou uma marca duradoura na forma como os movimentos sociais funcionam. Mesmo com o fim dos protocolos de segurança e o retorno gradual à normalidade, é pouco provável que as pessoas abandonem completamente as vantagens e conveniências das reuniões virtuais.

Em vez disso, é provável que as organizações continuem a utilizar uma combinação de encontros presenciais e virtuais, aproveitando o melhor de ambos os mundos. As reuniões virtuais oferecem benefícios como economia de tempo e recursos, acesso facilitado para participantes distantes e maior flexibilidade de agenda. Portanto, é provável que mesmo após o fim da pandemia, as organizações optem por manter uma presença significativa online e continuem a explorar e expandir suas capacidades virtuais.

Essas mudanças têm o potencial de impactar profundamente a dinâmica e a eficácia dos movimentos sociais, permitindo uma maior participação e colaboração, bem como uma maior resiliência diante de desafios futuros. No entanto, também levantam novas questões e desafios, como a inclusão digital e a segurança online, que precisarão ser abordados de forma proativa pela sociedade e pelas organizações. Portanto, enquanto a pandemia COVID-19

certamente agiu como um agente de transformação, suas ramificações e consequências continuarão a ser exploradas e compreendidas nos próximos anos.

Conclusão e controvérsias da teoria ator rede

É importante começar atentando sobre a impossibilidade epistêmica de se concluir uma tese em ciências sociais devido ao dinamismo constante do campo, que é caracterizado pela complexidade e pela diversidade de fatores que influenciam o comportamento humano e social. Ao contrário das ciências naturais, onde as leis físicas e químicas são relativamente constantes e previsíveis, as ciências sociais estão sujeitas a mudanças imprevisíveis no comportamento humano, à medida que os valores, normas e crenças das pessoas mudam ao longo do tempo. No entanto, isso não significa que as pesquisas em ciências sociais sejam inúteis ou sem valor. Ao contrário, o dinamismo do campo oferece uma oportunidade para a geração contínua de novas teorias e hipóteses que podem melhorar nossa compreensão do comportamento humano e social.

Como foi dito acima, o surgimento da Articulação Nacional de Marchas da Maconha é resultado de várias junções, interfluxos e até contradições, dentre estes podemos destacar, o momento de pandemia, por exemplo, que foi um catalisador do avanço dos usos da internet e de suas plataformas por parte dos movimentos sociais (falo isso da luta antiproibicionista, mas acredito que com os outros movimentos sociais não tenha sido diferente). Não que não existisse a tecnologia, porém a resistência a ela teve que ser suavizada devido às circunstâncias de isolamento social, outros fatores também foram importantes, seria impossível enumerar todos, mas podemos falar que de uma forma geral o amadurecimento das Marchas da Maconha e dos discursos antiproibicionistas também tiveram seu papel, essas subjetividades se relacionaram com as questões particulares de cada um, e na relação entre esses e outros vários fatores foi que surgiu a Articulação Nacional de Marchas da Maconha.

Outro fator que dificulta a conclusão em uma tese em ciências sociais, é o fator amplamente reconhecido, que a previsão do futuro é uma tarefa difícil e muitas vezes impossível de ser realizada. Como já dito, ao contrário das ciências

naturais, as ciências sociais lidam com sistemas complexos e dinâmicos, onde as variáveis são influenciadas por fatores múltiplos e interdependentes, tornando difícil a predição do comportamento humano. Os sistemas sociais são altamente dinâmicos e estão sujeitos a mudanças imprevisíveis. As realidades são construtos complexos que relacionam uma série de fatores internos e externos, humanos e não-humanos, incluindo crenças, valores, normas, pressões sociais, histórico, pessoal, cultural, material, dentre outros. Esses fatores tornam difícil fazer previsões precisas sobre o futuro de um grupamento ou de uma realidade social.

Além disso, as sociedades e culturas também mudam com o tempo, e as mudanças sociais são muitas vezes imprevisíveis, como o foi a pandemia. Fatores históricos, políticos, econômicos, culturais e tecnológicos, além de outras subjetividades, influenciam o desenvolvimento das sociedades e mudam inexoravelmente o curso da história de uma maneira imprevisível. Dito isto, embora não seja possível prever o futuro, as ciências sociais podem nos ajudar a entender melhor os agregados sociais, bem como os fatores relacionais que sustentam os processos de formação de redes mais ou menos coesas. Por meio de análises e estudos aprofundados, os cientistas sociais podem fornecer insights valiosos sobre esses agregados nos permitindo tomar decisões informadas e construir políticas mais eficazes para lidar com questões sociais complexas.

Expresso a impossibilidade de chegar a uma conclusão para as questões que são suscitadas em contato com o campo, o fenômeno, e nesse caso, mais especificamente com a realidade social, e estabelecido os limites éticos de uma análise, algumas questões são cruciais para as ciências sociais, e que podem nos ajudar a entender melhor os agregados sociais, bem como os fatores relacionais que sustentam os processos de formação de redes mais ou menos coesas da ANMM. Nesse momento, a pesquisa já esgotou as relações teóricas e metodológicas que sustentam a análise. Sendo assim, a prioridade não é mais demonstrar as amarras que sustentam essa pesquisa, ou os dados que a sustentam

(pois essa disposição em relação a essas preocupações foram sanadas nos capítulos iniciais deste texto). Desta forma, a análise a seguir busca operar relacionando tudo que já foi dito, sem mais a preocupação de fornecer citações diretas, ou inventários descritivos dos dados. O foco da análise agora é o grupamento social propriamente dito.

Como afirma Bruno Latour, em sua teoria sobre ator-rede, é em virtude das controvérsias que conseguimos enxergar as relações que implica nas formações e dinâmicas dos grupos. É nas controvérsias que se sustenta a rede, diferente do que se achava, a coesão e coerência não vem, simplesmente de discursos e narrativas consensuais, ela advém de embates, que, como sustenta Edgar Morin, podem ser complementares e antagônicos ao mesmo tempo, por mais paradoxal que possa parecer. A ordem enxergada em um grupo por um olhar exterior quando confrontada com seu interior é caótica, e se assemelha às tão famigeradas leis da Física, mais especificamente falando da Lei da Entropia, que postula que quanto mais desordenado maior a entropia. Isso ficou muito evidente para mim, durante a pesquisa com a ANMM.

Olhado de perto todo grupo deve parecer sem coesão, as disputas ficam mais evidente, as cobranças pessoais, as acusações, por exemplo, que um é irresponsável, que outro quer tomar o lugar de fala de todo mundo, de que as coisas não saíram como planejado, fazem parte da constância humana, e, é claro que a organização da ANMM também sofreu com todos esses problemas, mas ao meu ver toda vez que esses problemas surgiam eles, a princípio ganhavam proporção para depois que resolvidos fortalecerem o grupo, ou o sentimento de pertencimento a dinâmica do grupo.

Alguns casos são muito nítidos, ao longo de dois anos ficou notório que algumas pessoas estavam presentes praticamente todos os domingos, outros apareciam uma vez ou outra, uma controvérsias ainda no período de emergência do grupo, na fase em que ele estava buscando se consolidar ainda como uma

referência nacional, foi em relação ao nome do grupo, como já foi relatado na análise das entrevistas. A principal crítica na época, e que normalmente era levantada por aqueles que apareciam uma vez na reunião e nunca mais viam, era que aquele grupo não representava todas as Marchas do Brasil. Essa questão em relação ao nome, dentre outras questões, culminaram na realização de um primeiro grande encontro, para definir as características do grupo, e, como já foi relatado, foi nesse primeiro encontro que se decidiu mudar o artigo, trocando o nome de Articulação Nacional das Marchas da Maconha, para Articulação Nacional de Marchas da Maconha. Pode parecer que essa mudança é pouco efetiva, porém ela ajudou a definir melhor a coesão do grupo, que passou a se reconhecer enquanto um grupo nacional de antiproibicionistas articuladores de Marchas da Maconha em suas localidades, essa mudança fez com que novos coletivos se juntassem a ANMM, que não só a Marcha da Maconha de cada cidade, como por exemplo, o coletivo CannabisAtiva, a Associação Flor da Vida, dentre outros, a decisão da mudança do artigo também ajudou a sanar as críticas de que o grupo pretendia falar por todas as marchas do Brasil. No final o grupo acabou saindo mais fortalecido e coeso desse conflito interno.

Outra questão que suscitou muito conflito, inclusive pautada no segundo encontro da ANMM para definir diretrizes, foi em relação ao motivo da militância, porém esse conflito foi ruidoso e difícil de ser mapeado, existiam pessoas que veladamente, ou de forma indireta traziam a questão da defesa apenas da maconha como uma estratégias para alcançar um objetivo, esse argumento nunca era colocado como o argumento de alguém em questão, mas acabava sempre vindo a tona, porém, quando os ânimos acirraram, todos se diziam contra a guerra às drogas, contra o extermínio seletivo, levantavam questões raciais, classistas, ao ponto de ficar impossível de identificar alguém que fosse a favor, no final das contas, de priorizar uma estratégia de defender apenas e somente a legalização da maconha.

Confesso enquanto analista a dificuldade de rastrear, como apontado no último caso, os causadores dessa controvérsia, que acabou se arrastando até o segundo encontro de organização anual da ANMM, quando de uma vez por todos se decidiu que a ANMM era um movimento antiproibicionista, antiracista, anti LGBTQI fobia, anti machismo, anticapacitismo, ou seja, decidiu-se que a questão é bem maior, e que eles devem se unir contra as diversas opressões, pois eles entendem que as lutas são transversais. Novamente acredito que o grupo saiu fortalecido desse episódio, que o forçou novamente a definir as suas características.

A próxima controvérsia que quase destruiu o grupo, foi séria, envolveu a judicialização das partes, acusações graves infundadas, comunicações violentas, chegando a revelar o pior lado do ser humano em grupo. Tudo começou com algumas pessoas do estado do Rio de Janeiro no ano de 2021. Como também já foi dito aqui nesse trabalho, essa controvérsia envolve surto psicótico, envolve a criação de uma comissão Ad Hoc do GT de Harmonia da ANMM, foram produzidos mais de 800 páginas de material ao longo de quase um ano de trabalho para que essa comissão chegasse a uma resolutiva sobre a questão, e, como já foi dito, por questões éticas e de justiça não irei aprofundar. Várias reuniões de domingo foram dominadas por pauta única envolvendo a controvérsia em questão, isso fez com que muitos militantes abandonassem o grupo, a criação dessa comissão conseguir apaziguar minimamente os ânimos no grupo do whatsapp, porém, foi devido a esse conflito, que se decidiu por criar a atual Carta de Princípios da ANMM. Para muitos a falta de regras claras em relação ao que se pode, e, o que não se pode fazer, foi o que gerou os conflitos, a Carta de Princípios.

Como já apresentada nos capítulos anteriores, a Carta de Princípios teve como objetivo organizar os pontos mais conflituosos das relações do grupo, como por exemplo, ficou proibido de se cobrar algo de alguém o cumprimento de demandas, pois o entender foi sobre a necessidade que cada um seja

responsável por suas demandas e compromissos assumidos, e que o movimento, ou o grupo é feito da doação voluntária daquilo que cada um pode fazer. Essas compreensões foram fortalecendo o sentido de pertencimento do grupo, o que parecia que iria destruir o grupo, acabou por dar mais força para ele, e novamente das controvérsias surge o novo e as amarras que tornam a rede possível.

A próxima controvérsia que será apresentada foi mais difícil de detectar, pois, durante dois anos de pesquisa, só vi sendo apontada por uma militante de Fortaleza, no final de 2022, apesar de, em ambientes externos da ANMM, em locais físicos, como nos espaços de militância de Natal-RN, quanto em outros ambientes virtuais, fóruns e grupos antiproibicionistas, consegui também verificar essa controvérsia. Ela está relacionada às narrativas críticas a militância virtual, essa narrativas atribui a essa forma de militância um sentido negativo, afirmando que a militância virtual é composta, em sua maioria, por sujeitos privilegiados, afastados das realidades concretas de problemas sociais e políticos, e que optam por essa abordagem como uma forma conveniente e menos exigente de participação.

Essas críticas questionam a eficácia da militância virtual, argumentando que compartilhar postagens, hashtags e retweets pode não traduzir-se em ações concretas para criar mudanças significativas. Alegam que a falta de envolvimento presencial pode reduzir a efetividade do ativismo e limitar o impacto real sobre as questões sociais e políticas em discussão. Outra preocupação levantada é a possibilidade de que, em alguns casos, a militância virtual seja motivada pelo desejo de mero status social e popularidade online, em vez de um verdadeiro compromisso com as causas sociais em questão. Esse enfoque na obtenção de seguidores e aprovação pode diluir a autenticidade e a seriedade das mensagens e pautas defendidas pelos ativistas virtuais.

Apesar de dizer que esta é uma controvérsia externa a ANMM, ela continua sendo interna da luta antiproibicionista. Dessa forma, ela foi e continua sendo uma controvérsia importante para o sentido de grupo que a ANMM

imprime em suas ações. Com certeza em alguns níveis essas críticas podem fazer sentido, porém após a apresentação dos dados dessa pesquisa nos capítulos passados, podemos chegar a uma análise mais aprofundada e complexa, e, menos dicotômica, sobre as questões que envolvem essa controvérsia. Porém, é importante deixar claro que aprofundar a questão não quer dizer negar as existências de privilégios, sejam eles econômicos, educacionais, raciais, de gênero, dentre outros, todavia, acusar de forma generalizante todo um grupo de não ser efetivo, apenas por funcionar em um meio onde é necessário minimamente algum equipamento eletrônico conectado a internet e o conhecimento técnico, mesmo que inicial, para operá-lo, o que notoriamente vai gerar exclusões, também não é o caminho. Não se nega que essa rede que tem "acesso" é, sim, uma rede de privilegiados, mas o que realmente importa para o social é o que eles fazem com esses privilégios, seguindo os dados analisados na pesquisa, os militantes da ANMM operam em redes de resistências e de relações de grupos que ultrapassam um olhar simplista e dicotômico que apenas sabe julgar e condenar. Não é o caso de fazer uma defesa dessa forma de militância dita virtual, mas sim de ultrapassar esses limites impostos por paradigmas que limitam a visão apenas a opostos que se excluem mutuamente. Vale ressaltar, sobre essa questão, que aquilo que chamamos de virtual tem impacto direto naquilo que chamamos de real, e a interação/relação entre esses dão forma às dinâmicas das novas realidades.

Outro fator importante para se levar em conta sobre essa controvérsia é o contexto de formação sócio-econômico-cultural da militância da ANMM, os relatos das entrevistas, apresentados nos capítulos passados, assim como os relatos etnográficos, registrados em reuniões e conversas pessoais via aplicativo de mensagem, são transformados em dados para essa pesquisa afirmar que a maioria dos militantes da ANMM são de baixa renda, salvo raras exceções, porém não se vê representantes da elite econômica, e se existem não ostentam o status, por isso são quase impossíveis de rastrear. A maioria dos militantes é de

profissionais liberais e estudantes, e praticamente todos, salvo raras exceções, compartilham histórias de opressão, seja pelo uso de substâncias, seja pela cor da pele, seja pelo gênero, seja pelo totalitarismo impositivo de pessoas ou grupos. Todos trazem relatos de injustiças presenciadas e sofridas, e trazem em comum a vontade de se unirem para lutar por melhorias sociais. Nesse sentido o movimento social antiproibicionista acaba sendo um guarda-chuva aglutinador para outros movimentos sociais e suas pautas, como foi demonstrado aqui, as pautas trabalhadas pela ANMM são transversais, existe um diálogo, simultâneo, que engloba questões sobre as drogas, sobre a o racismo, sobre a LGBTQI fobia, sobre a violência de gênero, sobre o capacitismo, sobre o autismo, sobre a questão agrária, sobre as culturas e os povos originários, ou seja, o movimento social antiproibicionista, por meio da ANMM, nos últimos dois anos vêm dialogando com praticamente todos os segmentos de movimentos sociais no Brasil e realizando uma ponte entre estes. Sendo assim, não dá para afirmar que esse grupo se mantém apenas em seus privilégios.

A análise desse trabalho leva a compreender que a formação da ANMM é um complexo resultante da relação entre subjetividades, sendo formada por ligações complementares e por antagonismos que constituem a própria dinâmica existencial do grupo, e, mesmo com toda a força dos discursos de controvérsia que impõe olhares simplistas, a realidade destrói as certezas, e nos apresenta o que ela realmente é nesse jogo de às vezes complementar, as vezes antagônico, mas paradoxalmente conexa, como o exemplo do contexto sócio-econômico-cultural pode demonstrar, pessoas de "baixa renda", acessando os meios tecnológicos para lutarem por questões sociais.

Dentro dessa controvérsia, a militância virtual desempenhou um papel fundamental no fortalecimento das redes internacionais. Através das plataformas digitais e das redes sociais, a militância virtual conseguiu transcender barreiras geográficas que antes impediam a consolidação de uma rede nacional. Essa potência inerente à militância virtual está na sua capacidade de possibilitar a

conscientização e o engajamento cívico de pessoas de diferentes partes do mundo. Esses indivíduos agora têm a oportunidade de expressar suas opiniões e compartilhar informações importantes em uma escala global.

É imprescindível reconhecer que a militância virtual desempenhou um papel crucial na formação de uma rede mais orgânica e abrangente, especialmente durante o período de isolamento social em 2020. Nesse contexto, a necessidade de manter as marchas e protestos impulsionou a emergência dessa rede que, posteriormente, definiria suas próprias características, objetivos, e, até, seu próprio nome. Um exemplo notável foi a participação dessa rede na primeira Marcha Internacional virtual, o "Global Marijuana March 2020". Esse evento foi um marco significativo que reforçou a coesão da rede e a sua capacidade de mobilização global.

Assim, é evidente que a militância virtual desempenhou um papel transformador na criação de conexões e solidariedade entre indivíduos e grupos em diferentes países. Através da internet, as fronteiras foram ultrapassadas, permitindo que a luta por causas comuns ganhasse força em escala internacional. Essa interconectividade virtual proporcionou uma nova dimensão ao ativismo, empoderando os indivíduos e capacitando-os a fazer uma diferença real, independentemente de suas localizações físicas. Ao trabalharem juntos em questões globais, a militância virtual desempenhou um papel vital no avanço de agendas e na busca por mudanças positivas em todo o mundo.

Como já dito, não é necessário ficar referenciando novamente todos os dados trazidos em análise primária por essa pesquisa, porém é importante relembrar algumas passagens da ANMM que ressaltam as características virtuais e reais da militância. Como já foi dito nos capítulos passados, a ANMM além de realizar uma série de lives sobre a votação da PL 399/2015, trazendo comentaristas de várias áreas para acompanhar as sessões, ela também criou um Grupo de Trabalho para fazer propostas de alterações no projeto de lei.

O GT da ANMM responsável por essa demanda elaborou um documento manifesto que foi enviado para os deputados federais, Natália Bonavides, Tulio Gadelha, Alexandre Padilha e Jandira Faghali. Esse documento (anexo 1) é um manifesto que defende a superação da política de drogas vigente, que é baseada no proibicionismo e na "guerra às drogas". O texto do documento argumenta que essa política aumenta a superpopulação carcerária e afeta principalmente as populações mais vulneráveis, resultando em um genocídio anual. O manifesto enfatiza a necessidade de uma nova política de drogas no Brasil, levando em consideração as raízes racistas do proibicionismo e sua conexão com o genocídio de povos nativos e africanos, além de repressões históricas a movimentos populares. Embora reconheçam a importância da regulamentação da maconha para fins terapêuticos, o texto critica o substitutivo apresentado pelo Relator, que restringe a exclusividade da produção e comercialização da planta apenas para pessoas jurídicas. Eles defendem o direito ao cultivo doméstico de medicamentos derivados da maconha, ressaltando o papel dos movimentos sociais e pacientes na luta pela regulamentação. Além disso, o manifesto destaca a importância de uma regulamentação que leve em conta os objetivos da República, incluindo a erradicação da pobreza e da criminalização, e defende a inclusão da agricultura familiar no cultivo do cânhamo. O texto conclui reforçando que a atual política de drogas prejudica a vida da população brasileira, especialmente nas favelas e periferias, e propõe emendas ao substitutivo para melhorar o texto final da Comissão Especial, visando a benefício de pacientes e seus familiares que sofrem com os efeitos do proibicionismo. A ANMM afirma que essas propostas de emendas a esse projeto de Lei não significam o abandono de suas propostas mais amplas para uma nova política de drogas, que será objeto de iniciativas dos movimentos sociais em momento oportuno. Eles se colocam à disposição para dialogar sobre as propostas apresentadas e agradecem a disposição dos deputados federais em acolher as demandas dos movimentos sociais.

De acordo com o relato dos militantes da ANMM nas reuniões dominicais, todos os deputados receberam positivamente as propostas da ANMM, e se dispuseram a mais diálogos, no entanto o Deputado Federal Alexandre Padilha foi além, e mencionou expressamente a Articulação Nacional de Marchas da Maconha em sua proposta de emenda ao PL(Anexo 2). Na justificativa o Deputado Padilha, apoiado no documento que a ANMM lhe enviou, propõe uma emenda que prioriza práticas socioeconômicas e ambientalmente sustentáveis, bem como o incentivo a boas práticas agrícolas e à inovação no plantio de cânhamo industrial. O texto argumenta que o desenvolvimento sustentável é um objetivo urgente para o século XXI, pois as mudanças climáticas exigem práticas de exploração do solo que não prejudiquem os recursos naturais nem a diversidade da vida. Segundo ele, a emenda também está em consonância com diversos artigos da Constituição Federal de 1988. O incentivo à inovação no cultivo de cânhamo industrial é visto como uma oportunidade para avanços na pesquisa científica e na bioeconomia, alinhando-se com a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Para o Deputado a implementação das diretrizes de política pública pode ocorrer por meio de diversos métodos, desde que estejam alinhados com as melhores práticas internacionais. O órgão agrícola federal será responsável por regulamentar essa atividade, e a emenda lista algumas possibilidades de atuação desse órgão, sem engessar suas ações. Ele também argumenta que a emenda não acarreta aumento de despesa ou diminuição de receita, portanto, não requer estimativa de impacto financeiro-orçamentário ou fonte de compensação orçamentária de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Por fim, o Deputado solicita o apoio dos colegas parlamentares para a aprovação da proposta, que foi apresentada em 5 de maio de 2021.

Desta forma, a ação do grupo não fica restrita ao meio virtual, como podemos infligir desse dado, ele se transforma em atuação material, como foi o caso da criação de um documento, assim como em atuação política, ao ser

incluída no discursos parlamentar por meio dos devidos representantes do legislativo brasileiro. Por si só, esse já é um avanço, pois foi a primeira vez na história do país, que as Marchas foram citadas por membros do legislativo brasileiro em uma discussão sobre lei e utilizada como argumento em relação a produção de políticas públicas para a maconha.

Ainda falando sobre as ações da ANMM que ultrapassam as barreiras entre virtual e real, tornando quase impossível operar por esse paradigma, foi a campanha iniciada há mais de um ano e meio, intitulada Descriminaliza STF. Como já dito nos capítulos anteriores, essa ação visa que o STF vote Recurso Extraordinário nº 635659, que, como já foi dito, atesta a inconstitucionalidade da punição do usuário. Essa campanha, como ficou evidenciado em vários vídeos analisados nesta pesquisa, ocorre todo dia 20, e nela vários temas transversais, como racismo, capacitismo, feminismo, dentre outros são dialogados, em forma de roda de conversas, de palestras, dentre outros formatos. Apesar desse fluxo de temas e formatos, algo que permanece como inalterado é a campanha de pressão no STF, que, por meio de um vídeo de menos de 5 minutos, ensina o militante a entrar na página do Supremo Tribunal Federal e cobrar que seja votado o recurso específico. Mesmo não tendo como afirmar o quanto isso foi ou não efetivo para que o recurso voltasse a ser apreciado pelo STF em meados de 2023, já que houve uma mudança que obrigou o STF a votar com maior celeridade os Recursos que estão parados na casa, também não podemos negar que a chegada de centenas de email na caixa de entrada do STF teve alguma efetividade.

Outro momento que nitidamente as barreiras foram ultrapassadas foi quando, também pela primeira vez na história desse país, um movimento social antiproibicionista, ligado às marchas da maconha, foi recebido por um governo de transição, no caso o novo governo liderado pelo presidente eleito para o Brasil Luiz Inácio Lula da Silva (2022-2026), representado por aqueles que viriam a compor o Ministério da Justiça. Para ser feito esse contato político, como já foi dito também nos capítulos anteriores, foi criado pela ANMM um Grupo de

Trabalho responsável pela elaboração de um documento (Anexo 3) que apontasse não só a falência da atual política de guerras às drogas, mas também que apontasse as diretrizes para uma nova política de drogas no Brasil. Novamente a produção desse documento, assim como os contatos e o recebimento do governo de transição da equipe da ANMM demonstram o quanto a militância virtual não é apenas virtual, mas é também real, produzindo documentos e acima de tudo, produzindo mudanças sociais.

Não é por acaso que essa é a última controvérsia explorada nessa pesquisa sobre a ANMM. Essa controvérsia entre militância virtual versus militância real, ou sobre a impossibilidade de se operar por meio desse paradigma dicotômico, rende muitas análises e aprofundamentos para pesquisadores e pesquisas futuras. Porém um último ponto ainda é importante ressaltar sobre a atuação da militância da ANMM. É fato que, muitos ativistas virtuais também participam ativamente de outras formas de ativismo offline, complementando sua atuação e envolvimento em diversas frentes. Outro ponto importante para ressaltar sobre a ação da ANMM está relacionada ao seu GT de Direitos Humanos que foi de fundamental importância dentro e fora das redes virtuais, dezenas de militantes que enfrentaram problemas judiciais foram atendidos pela equipe desse GT, outros militantes que queriam organizar marchas em suas reuniões também tiveram o apoio desse GT. Ou seja, o GT de Direitos Humanos da ANMM acabou sendo o meio pelo qual a rede de proteção é acionada para manter seus militantes minimamente seguros.

Outro fator, que é fundamental ser ressaltado nessa parte final da tese, principalmente por ser de difícil rastreamento, pois não é algo que aparece nas entrevistas, ou nos materiais, vídeos, lives, dentre outros, produzidos pela ANMM, nem aparecem quando aplicado apenas um olhar superficial, mas que, todavia. surge nos cadernos de campo e nas memórias das dezenas de reuniões que participei como pesquisador, ou seja, surge na pesquisa densa, e, aparece como um ponto sensível, um ponto que expõe um certo nível de fragilidade do

grupo. Esse fator acontece frequentemente em vários meios, do empresarial aos movimentos sociais, e se define quando um grupo ou equipe fica dependendo sempre das mesmas pessoas para executar determinada função, sobrecarregando essas pessoas, isso é frequentemente chamado de "sobrecarga de trabalho" ou "sobrecarga de responsabilidades". Também pode ser referido como "acúmulo de tarefas" ou "concentração de trabalho em poucos indivíduos". Essa situação ao mesmo tempo que foi prejudicial tanto para a pessoa sobrecarregada quanto para o grupo, também foi positiva, pois fez com que as pessoas se questionassem o motivo disso estar acontecendo.

Alguns casos são notórios demais para deixar passar no grupo da ANMM, o primeiro é a dependência extrema em relação ao Marcelo Groo, inclusive apelidado como o cara da tec (fazendo referência a tecnologia), praticamente todas, com raras exceções, das dezenas de transmissões feitas pela ANMM ficavam como responsabilidade dele, além também de ter a responsabilidade de abrir a sala de reunião virtual da ANMM todos os domingos (atividade que atualmente ele divide com outras pessoas) e de gravar o resumo final da reunião, que vira uma espécie de ata virtual da plenária dominical. Claro que não existe ninguém insubstituível em movimento social, porém, quando existe alguém que está lá, sempre disposto a fazer, as pessoas se acomodam, ficam dependentes.

Quando estamos falando em tecnologia, Marcelo Groo continua à frente dessa parte na ANMM, seria impossível especular como o grupo reagiria com a saída dele. Várias outras pessoas que sempre estavam à frente, pessoas que passaram por esse tipo de “acúmulo de tarefas”, se afastaram, por várias razões e motivos, e nem por isso as atividades deixaram de ser feitas, ou as demandas cessaram. Porém alguns grupos de trabalho parecem depender mais do empenho de algumas pessoas, um grupo de trabalho que foi prejudicado, foi o chamado GT de Formação Continuada, o qual, como já mencionado, tinha como objetivo a leitura e exposição de obras das ciências sobre a temática da maconha e suas

transversalidades. Não que o GT tenha sido prejudicado intencionalmente, mas, o afastamento de algumas pessoas fez com que ele encerrasse suas atividades em dezembro de 2021, totalizando 18 encontros. Pelo menos até o período final de escrita dessa tese, em meados de 2023 o GT ainda não havia voltado a funcionar, porém, acompanhei em vários momentos das reuniões dominicais pessoas querendo organizar novamente os encontros do GT ao longo de 2022, e, por isso, afirmo que mesmo hipoteticamente, sem querer entrar muito no campo das especulações, existe a possibilidade que ele volte a funcionar um dia. Talvez não da mesma forma que acontece em relação a tecnologia, mas de forma bem incisiva, o problema de sobrecarregar uma pessoa, no caso Paulo Mariante, também acontece no GT de Direitos Humanos.

Outros GT's não deixaram de existir, porém passam pelas mesmas dificuldades em relação a sobrecarga de pessoas. Durante a pesquisa verifiquei que isso ocorreu no GT dos Administradores, uma função que deveria ser rotativa, mas acaba tendo dificuldade em realmente ser, devido a falta de interesse das pessoas nessa função, também no GT de Harmonia, responsável por resolver os conflitos, esses dois GT's parecem serem os que mais dificuldades têm para conseguirem adeptos.

Por fim, existe ainda uma dificuldade em se rastrear ou entender os motivos da última controvérsia que este trabalho apresenta. Essa controvérsia, se transforma em controvérsias que consistem em como, um movimento social que se diz pluralista, horizontal, antipunitivista, antiracista, etc. ou seja, anti opressões, vai lidar com questões ligadas a problemas que envolvem deficiências ou patologias psicológicas, econômicas, educacionais, dos seus próprios militantes. Como colocar limites sem ser capacitistas? Como fazer com que todos tenham acesso? Como ajudar sem se prejudicar? Como não ser complacentes? Até onde vão os limites de um movimento social? Como financiar? Como promover união sem promover exclusão? Porém, essa controvérsia é ainda mais profunda e difícil de rastrear pelos meios científicos atuais, sem cair em

simplificações generalistas e superficiais e especulativas. Enxergar a dificuldade em se rastrear esse tipo de controvérsia pode ser um passo inicial para que novas pesquisas possam ultrapassar os limites e paradigmas científicos atuais chegando a formas mais eficazes de rastrear tais fenômenos da realidade.

Se fossemos continuar, as perguntas, dúvidas e controvérsias se acumulariam cada vez mais em infinitos dilemas que a própria demanda da realidade impõe aos atores em rede. Encerramos essa pesquisa com a inflexão final sobre o que realmente dá liga ao social? São essas as interações que expõe por meio das controvérsias não um fim em si, mas um processo dinâmico e contínuo das relações sociais, que abre caminho para que novas pesquisas sejam feitas, que novas análises surjam, fazendo com que o processo de conhecimento científico cada vez mais se melhore e não estagne. Que essa tese possa ajudar todos os cientistas, no Brasil e no mundo, que queiram pesquisar grupos e movimentos sociais antiproibicionistas sobre uma nova ótica da teoria ator-rede.

REFERÊNCIAS

ALVES, Raíra. Entrevista Raíra. Canal do Coletivo Antiproibicionista CannabisAtiva. Publicado em 24 de abril de 2023. Disponível em: <https://youtu.be/wzlCd_mhJ5E>. Acesso em: 24 de abril de 2023.

BARBEIRO, Everton. Entrevista Everton. Canal do Coletivo Antiproibicionista CannabisAtiva. Publicado em 24 de abril de 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=N0HxQYmHtzw&t=5s>. Acesso em: 24 de abril de 2023.

BARRETO, Daniel. Entrevista Daniel. Canal do Coletivo Antiproibicionista CannabisAtiva. Publicado em 24 de abril de 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CNLAKaeJkW4&t=13s>. Acesso em: 24 de abril de 2023.

BARROS, André. PERES, Marta. Proibição da maconha no Brasil e suas raízes históricas escravocratas. Rio de Janeiro: Revista Periférica, v. 3, n. 2, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. A cultura no mundo líquido moderno. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2013.

BOITEUX, Luciana. Tráfico de drogas e Constituição. Série Pensando o Diereito – Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, 2009.

BRANDÃO, Marcílio. O 'problema público' da maconha no Brasil: Anotações sobre quatro ciclos de atores, interesses e controvérsias. Rio de Janeiro: Dilema Revista de Estudos de Conflito Social, v. 7, n. 4, 2013.

BURGIERMAN, Denis. O Fim da Guerra: A maconha e a criação de um novo sistema para lidar com as drogas. Leya, 2011.

CAMPOS, Natália. Militância, Organização e Mobilização antiproibicionista da maconha: Coletivos, eventos e Marchas em Natal (RN), Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, 2013.

CARLINI, Elisaldo. História da Maconha no Brasil. In: Carlini, E. A., Rodrigues E, Galduróz JCF. Cannabis Sativa L. E substâncias canabinóides em medicina. São Paulo: CEBRID, 2005.

CARLINI, Elisaldo.; ORLANDI-MATTOS, Paulo. CANNABISSATIVA (MACONHA): medicamento que renasce?. Brasília: Revista Brasília, 2011.

CARNEIRO, Henrique. FIORE, Mauricio. GOULART, Sandra. LABATE, Beatriz. MACRAE, Edward. (org.) Drogas e cultura: novas perspectivas. Salvador: EDUFBA, 2008.

CARNEIRO, Henrique. Transformações do Significado da Palavra "Droga": das especiarias coloniais ao proibicionismo contemporâneo. In: VENÂNCIO, Renato Pinto

e CARNEIRO, Henrique (org.). Álcool e Drogas na História do Brasil. Belo Horizonte: PUC-Minas, 2005.

CARVALHO, Jonata. Emergência da política mundial de drogas: o Brasil e as primeiras conferências internacionais do ópio. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

CASTRO, Diego. O movimento antiproibicionista em Natal: histórias, atuações e espaços. Editora Novas Edições Acadêmicas, Internecional Books, 2019.

CERTEAU, Michel de. Práticas de Espaço. In: A Invenção do Cotidiano. Vol. 1. Petrópolis: Vozes, 2000.

COVID-19: o ponto de virada para a legalização global da cannabis. Smokebuddies, 2020. Disponível em: <https://www.smokebuddies.com.br/covid-19-o-ponto-de-virada-para-a-legalizacao-global-da-cannabis/> Acesso em 06 de abr. de 2020.

Da guerra ao cuidado das pessoas políticas de drogas na américa do sul depois da UNGASS. UNASUL, 2016. Disponível em <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/la-seguridad/13035.pdf> Acesso em 19 de abr. 2021.

DANIELA, Maria. Entrevista Maria Dani. Canal do Coletivo Antiproibicionista CannabisAtiva. Publicado em 24 de abril de 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fj90i6yYPk0>. Acesso em: 24 de abril de 2023.

DELEUZE, Giles. GUATARRI, Felix. Mil Platôs: Capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro, Ed. 34, 1996.

Diretrizes Internacionais Sobre Direitos Humanos e Política de Drogas. ONU. 2019. Disponívelem<https://www.undp.org/content/undp/en/home/librarypage/hiv-aids/international-uidelines-on-human-rights-and-drug-policy.html> Acesso em 17 de abr. de 2021.

DOMINGUES, Gustavo. Entrevista Gustavo. Canal do Coletivo Antiproibicionista CannabisAtiva. Publicado em 24 de abril de 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Mgl8Weqzoss&t=28s>. Acesso em: 24 de abril de 2023.

ELIAS, Gabriel. O Brasil e a UNGASS 2016. PBPD, 2016. Disponível em: <https://pbpd.org.br/o-brasil-e-a-ungass-2016/> Acesso em 16 de abr. 2021.

ELISALDO, Carlini. Cannabis Sativa L. e substâncias canabinódes em medicina. São Paulo: CEBRID, 2005.

FRANÇA, Jean. História da Maconha no Brasil. São Paulo: Três Estrelas. 2015.

GATTAZ, Ándre. Braços da resistência: uma história oral da imigração espanhola. Salvador: Editora Ponocon, 2014.

GEERTZ, C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GONTIÈS, Bernard. Maconha: uma perspectiva histórica, farmacológica e antropológica. Caicó, MENEME Revista de Humanidades. v. 4, n.7, 2003.

GOULART, Sandra. LABATE, Beatriz. (org.) O uso ritual das plantas de poder. Campinas: Ed Mercado das Letras, 2005.

GROO, Marcelo. Entrevista Marcelo. Canal do Coletivo Antiproibicionista CannabisAtiva. Publicado em 24 de abril de 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=_p6odRi_154&t=124s>. Acesso em: 24 de abril de 2023.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.

HART, Carl. Um preço muito alto: a jornada de um neurocientista que desafia nossa visão. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2014.

LABATE, Beatriz... [et al.], (orgs.) Drogas e cultura: novas perspectivas / Salvador : EDUFBA, 2008.

LABROUSSE, Alain. Geopolíticas das Drogas. São Paulo: ed. Desatino, 2010.

LATOUR, Bruno. Reagregando o social: uma teoria ator-rede. Salvador, EDUFBA, 2012.

LOPES JÚNIOR, Orivaldo Pimentel. Parcerias do conhecimento: epistemologia dos estudos da religião e do mito. Natal, 2019. Tese (Professor Titular) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

LULA, Zaza. Entrevista Zaza. Canal do Coletivo Antiproibicionista CannabisAtiva. Publicado em 24 de abril de 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kPtSKiWQN-Y>. Acesso em: 24 de abril de 2023.

MACRAE, Edward. Rodas de fumo: o uso da maconha entre camadas médias / Edward MacRae, Júlio Assis Simões – Salvador: EDUFBA; UFBA / CETAD, 2004.

MACRAE, Edward. SIMÕES, Júlio. A subcultura da maconha, seus valores e rituais entre setores socialmente integrados. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2003.

MALCHER-LOPES, Renato. RIBEIRO, Sidarta. Maconha, cérebro e saúde. Rio de Janeiro, Vieira e Lent, 2007.

MARIANTE, Paulo. Entrevista Paulo. Canal do Coletivo Antiproibicionista CannabisAtiva. Publicado em 24 de abril de 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=P44v9F5ikfA&t=336s>. Acesso em: 24 de abril de 2023.

MATOS, Marcela. Entrevista Marcela. Canal do Coletivo Antiproibicionista CannabisAtiva. Publicado em 24 de abril de 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LnTo5fZdn70>. Acesso em: 24 de abril de 2023.

MORAIS, Paulo. Drogas e políticas públicas. Tese Doutorado-sociologia, UFMG, 2005.

MORIN, Edgar. O método 4 – As ideias – habitat, vida, costumes, organização. Tradução Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 1998.

MORIN, Edgar. O método 5 a humanidade da humanidade: a identidade humana. Porto Alegre: Sulina, 5ª edição, 2012.

MORIN, Edgar. O método. 3. O conhecimento do conhecimento. Tradução Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Editora Sulina, 1999.

Nações Unidas e parceiros lançam diretrizes internacionais sobre direitos humanos e política de drogas. ONU. 2019. Disponível em <https://unaids.org.br/2019/03/nacoes-unidas-e-parceiros-lancam-diretrizes-internacionais-sobre-direitos-humanos-e-politica-de-drogas/> Acesso em 17 de abr. 2021.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares.Projeto História. São Paulo: PUC, n. 10, 1993.

ONU – Organização das Nações. Nosso compromisso conjunto de enfrentar de forma efetiva o problema mundial das drogas. Unidas. Disponível em <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/V16/042/45/PDF/V1604245.pdf?OpenElement> Acesso em 16 de abr. 2021.

ONU – Organização das Nações. resolução L.41 da sessão 2018 do Conselho de Direitos Humanos. Disponível em <https://www.conectas.org/wp/wp-content/uploads/2018/03/Oral-revision-L.-41-22March2018.pdf > Acesso em 16 de abr. 2021.

PIERACCIANI, Gian. Entrevista Gian. Canal do Coletivo Antiproibicionista CannabisAtiva. Publicado em 24 de abril de 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=A7aHQMT_tRQ&t=50s>. Acesso em: 24 de abril de 2023.

PIMENTEL, Gabriel. Entrevista Gabriel. Canal do Coletivo Antiproibicionista CannabisAtiva. Publicado em 24 de abril de 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eviCJ1Bw9lE>. Acesso em: 24 de abril de 2023.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, 1989.

Relatório Mundial sobre Drogas 2020. ONU, 2020. Disponível em <https://wdr.unodc.org/wdr2020/index.html> Acesso 19 de abr. 2021.

Relatório Mundial sobre Drogas 2020. ONU, 2020. Disponível em https://wdr.unodc.org/uploads/wdr2020/documents/WDR20_Booklet_2.pdf > Acesso em 19 de abr. de 2021.

RICOEUR, Paul. A Memória, a História, o Esquecimento. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.

RODRIGUES, Ingryd. Entrevista Dyh. Canal do Coletivo Antiproibicionista CannabisAtiva. Publicado em 24 de abril de 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=U8_s7lb792M>. Acesso em: 24 de abril de 2023.

ROS, Dai. Entrevista Dai. Canal do Coletivo Antiproibicionista CannabisAtiva. Publicado em 24 de abril de 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hNPVGincWPs>. Acesso em: 24 de abril de 2023.

SAAD, Luísa. “Fumo de negro”: a criminalização da maconha no Brasil (c. 1890-

SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as Ciências. 7. ed. Porto:Edições Afrontamento, 1995.

SANTOS, Milton. Território, Territórios. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SANTOS, Rafael. Um panorama sobre a maconha. Salvador: Informativo NEIP, 2009.

SOUZA, Jorge. Sonhos de diamba; controle do cotidiano: uma história da criminalização da maconha no Brasil republicano, Dissertação, UFBA, 2012.

TORCATO, Carlos. O uso de drogas e a instauração do proibicionismo no Brasil. Santa Catarina: Saúde & Trarsformação Social. v. 4, n. 2, 2013.

VERÍSSIMO, Marcos. A nova lei de drogas e seus dilemas: Apontamentos para o estudo das formas de desigualdade presentes nos interstícios do ordenamento jurídico-penal brasileiro. Porto Alegre: Civítas, 2010.

VIDAL, Sérgio. A regulamentação do porte, cultivo e distribuição não-comercial de Cannabis sativa: um paradigma legal de Redução de Danos. Salvador: Revista do Grupo de Estudos sobre Substâncias Psicoativas. 2009.

VIEIRA, Thiago. Entrevista Zaza. Canal do Coletivo Antiproibicionista CannabisAtiva. Publicado em 24 de abril de 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IBIYe9BYdbg>. Acesso em: 24 de abril de 2023.

Buy your books fast and straightforward online - at one of world's fastest growing online book stores! Environmentally sound due to Print-on-Demand technologies.

Buy your books online at
www.morebooks.shop

Compre os seus livros mais rápido e diretamente na internet, em uma das livrarias on-line com o maior crescimento no mundo! Produção que protege o meio ambiente através das tecnologias de impressão sob demanda.

Compre os seus livros on-line em
www.morebooks.shop

info@omniscriptum.com
www.omniscriptum.com

OMNIScriptum